



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E INOVAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

NAS TEIAS DA MEMÓRIA:
GRACILIANO RAMOS E A NARRATIVA DE MEMÓRIAS DO
CÁRCERE

Naitan Moreira Liao

Rio de Janeiro

2024

NAITAN MOREIRA LIAO

Nas teias da Memória:

Graciliano Ramos e a narrativa de Memórias do cárcere

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Doutora em Memória Social. Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e

Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Coorientadora: Diana de Souza Pinto

Rio de Janeiro

2024

M

Moreira Liao, Naitan

Nas teias da memória: Graciliano Ramos e a narrativa de Memórias do cárcere / Naitan Moreira Liao. -- Rio de Janeiro, 2024.

138

Orientador: Francisco Ramos de Farias.

Coorientadora: Diana de Souza Pinto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2024.

1. Memória. 2. Graciliano Ramos. 3. Narrador. I. Ramos de Farias, Francisco , orient. II. de Souza Pinto, Diana , coorient. III. Título.

NAITAN MOREIRA LIAO

Nas teias da Memória: Graciliano Ramos e a narrativa de Memórias do
cárcere

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias – UNIRIO

Profa. Dra. Diana de Souza Pinto – UNIRIO

Profa. Dra. Viviane Narvaes – UNIRIO

Profa. Dra. Andrea Martello – UNIRIO

Profa. Dra. Maria Lucia Guimarães – UFRJ

Profa. Dra. Marilia Etienne Arreguy – UFF

AGRADECIMENTOS

Soyons reconnaissants aux personnes qui nous donnent du bonheur;
elles sont les charmants jardiniers par qui nos âmes sont fleuries.

Marcel Proust

Aos meus orientadores, Francisco e Diana, obrigada pela atenção, paciência e orientação! Vocês foram fundamentais para dar vida não apenas a essa tese, mas também por proporcionarem momentos de acolhimento, escuta e amizade. Com vocês, nunca me senti sozinha. Vocês são minha inspiração.

À banca, que aceitou ler e contribuir de maneira imensurável na tessitura desse trabalho, com um agradecimento em especial à professora Maluh, por ter plantado uma semente no sertão anos atrás.

Aos meus amores de vida, Manu, Mel, Aya, Lion e Serena, por todos os cheirinhos e lanchinhos compartilhados, por todo dia me fazerem sorrir.

À minha família, pai, mãe, sis, obrigada pelo amor incondicional.

Tot mijn Bo, thank you for being my peaceful ocean when many times I was a restless sea. Now and way after forever!

À minha soul sister Thaisa, por estar comigo em mais um momento da minha vida!

À TDL, por tudo. Pelas risadas nos momentos difíceis e pelas conversas que acalmam meu coração. Vocês trazem leveza aos dias de luta e significado aos dias de glória!!

À amiga Tayene, “long live all the mountains we moved”!!

À amiga Giulia, por todo o amor, carinho e incentivo.

À Quezia, ami que me inspira pela força.

E um agradecimento especial à amiga Gab, que, como diria Guimarães Rosa, “é junto dos bão que a gente fica mió”.

E, ainda pegando emprestadas as palavras de Guimarães Rosa, quero, por fim, agradecer a mim mesma

“porque viver é muito perigoso
porque aprender-a-viver é que é o viver mesmo
travessia perigosa, mas é a da vida
sertão que se alteia e abaixa

O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto,
difícil mesmo, é um saber definido o que quer,
e ter o poder de ir até o rabo da palavra”

Então, retomando as palavras de Proust, obrigada, jardineiros,
sou grata a todos vocês que fazem minha alma florescer!

RESUMO

A presente tese se propõe a empreender uma análise interpretativa da obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, inserindo-a em um contexto transdisciplinar que abarca, principalmente, a Literatura, a Psicologia e a Memória Social. Com base na abordagem hermenêutica, buscamos uma produção de sentido dentre os possíveis diante das complexidades narrativas e dos significados subjacentes presentes nessa obra seminal da literatura brasileira do século XX. Assim, apresentamos a obra criticamente, bem como, no âmago da análise, encontra-se a discussão sobre as memórias individuais e coletivas evocadas pelo texto, reconhecendo sua interação dinâmica com os contextos sociais, culturais e históricos nos quais estão imersas. Ainda, ao reconhecer a complexidade da obra, propomos que a obra *Memórias do cárcere* seja entendida sob a luz do conceito de ficções de memória já que o presente trabalho também busca trazer a lume o papel da escrita como uma ferramenta de reação criativa à opressão, destacando como os relatos contidos em *Memórias do cárcere* não apenas documentam eventos passados, mas também oferecem possibilidades de reinterpretar e ressignificar as experiências vividas. Baseamos nossas análises nos escritos contidos na obra, em cartas, fotos, entendidos como vestígios de memória. A tese conclui que, ao construir a narrativa, temos um narrador que se dissocia por uma distância narrativa de entre um eu narrador e um eu experienciador, e que o eu narrador tem uma voz autorreflexiva durante a narrativa da obra, pois a distância narrativa de uma década permitiu que refletisse e se posicionasse em relação as lembranças de um período difícil no cárcere. Assim, nosso estudo ressalta a relevância contínua da obra de narrada por Graciliano Ramos pois as narrativas de resistência e memória presentes na obra transcendem o contexto específico em que foram escritas, tendo um caráter expansivo, ecoando em diferentes épocas e culturas, permitindo que observemos como, no presente, olhamos para o passado, incluindo os dias atuais já que a habilidade de Graciliano Ramos de explorar a complexidade das experiências humanas, especialmente aquelas relacionadas à opressão, torna essa obra não apenas relevantes para o seu tempo, mas também atemporais e universalmente significativas tais como resistência e memória.

Palavras-chave: Memória; Graciliano Ramos; Narrador; Escrita; Cárcere.

ABSTRACT

This thesis aims at undertaking an interpretative analysis of the work *Memórias do cárcere*, by Graciliano Ramos, making a relation into a transdisciplinary context that mainly encompasses Literature, Psychology, and Social Memory. Based on a hermeneutic approach, we seek to produce meaning from the possible interpretations amid the narrative complexities and underlying meanings present in this seminal work of Brazilian literature of the 20th century. Thus, we critically present the work, with the core of the analysis focusing on the discussion of the individual and collective memories evoked by the text, recognizing their dynamic interaction with the social, cultural, and historical contexts in which they are immersed. Furthermore, in acknowledging the complexity of the work, we propose that *Memórias do cárcere* be understood in the light of the concept of memory fictions, as this study also seeks to shed light on the role of writing as a tool of creative reaction to oppression, highlighting how the accounts contained in *Memórias do cárcere* not only document past events but also offer possibilities to reinterpret and resignify lived experiences. Our analyses are based on the writings contained in the work, as well as on letters, photos, understood as traces of memory. The thesis concludes that, in constructing the narrative, we have a narrator who dissociates himself by a narrative distance between a narrating self and an experiencing self, and that the narrating self has a self-reflective voice during the narrative of the work, as the narrative distance of a decade allowed for reflection and positioning in relation to the memories of a difficult period in prison. Thus, our study highlights the ongoing relevance of Graciliano Ramos' work, as the narratives of resistance and memory present in the work transcend the specific context in which they were written, having an expansive character, echoing in different times and cultures, allowing us to observe how, in the present, we look at the past, including the present days, as Graciliano Ramos' ability to explore the complexity of human experiences, especially those related to oppression, makes this work not only relevant to its time, but also timeless and universally significant, such as resistance and memory.

Keywords: Memory; Graciliano Ramos; Narrator; Writing; Prison.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	38
Figura 2.....	47
Figura 3.....	50
Figura 4.....	53
Figura 5.....	58

SUMÁRIO

PRÓLOGO	05
1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	08
2 ENTRE A MEMÓRIA E O CÁRCERE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
2.1 Memórias do cárcere e o retrato sociopolítico do Brasil da época.....	18
2.2 O diálogo transversal da Memória em Memórias do cárcere.....	27
2.3. Produzindo sentidos: uma abordagem Hermenêutica.....	31
3 O HOMEM POR TRÁS DA PENA.....	37
3.1 O autor de uma história presumivelmente verdadeira.....	37
3.2. Descortinando a prisão de Graciliano Ramos	45
4 SOBRE O CARÁTER FICCIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS.....	61
4.1 Afinal, aquilo é memória ou ficção?	61
4.2. Explorando novos horizontes: Memórias do cárcere enquanto uma ficção de Memória.....	78
5 O NARRADOR EM MEMÓRIAS DO CÁRCERE.....	83
5.1 Esquadrinhando as possibilidades do narrar(dor).....	82
5.2 Mudança de perspectiva na Explicação Final	103
6 CONSIDERAÇÕES.....	108
ANEXOS.....	111
REFERÊNCIAS.....	125

Eu escrevo para salvar a vida de alguém.

Provavelmente a minha própria vida.

Clarice Lispector

PRÓLOGO

O estudo que segue nas próximas páginas é fruto de diferentes preocupações, algumas pessoais, algumas acadêmicas e algumas, diríamos, sociais.

No âmbito das questões pessoais, uma inquietação, acerca da experiência de encarceramento, surgiu por ser membro de uma família que teve como antecedente um ser humano de nacionalidade Chinesa, que veio (re)construir a vida no Brasil, não por opção e sim por uma imposição decorrente de um acaso. Esse meu parente, pai de meu pai, fez parte de um capítulo singular da História, a guerra das Coreias. Durante a guerra, esse homem chamado Liao Wey Yong, ao se unir ao Exército Vermelho Chinês que se aliou a favor da Coreia dividida na porção Norte – vulgo comunista – foi vítima de um ataque de bombas e granadas por parte das tropas inimigas na trincheira em que se abrigava e acabou perdendo a consciência. Quando despertou, constatou que se encontrava aprisionado e sua única possibilidade de continuidade de vida estava no aceite de impressão permanente, em sua pele, de símbolos anticomunistas. Nesse momento, viu-se em uma encruzilhada: caso não aceitasse, seu destino seria a morte; caso aceitasse, saberia que jamais poderia regressar ao seu país e para a sua família, pois seria acusado de traição e seu destino seria também o da morte. Diante de um impasse de tamanha dureza, escolheu o caminho da vida, o que implicou em ter para sempre seu corpo marcado. Depois dessa experiência, viveu e morreu em terras brasileiras, tendo sido pai de uma filha e três filhos, todos brasileiros.

Assim, diante do fato de ser parte de uma família cujas experiências de violência e cárcere jamais foram mantidas em silêncio, nem tampouco esquecidas, estudo e problematizo uma questão que me concerne, seja diretamente por intermédio de vínculo sanguíneo, seja pelo contato de narrativas e acesso a cartas, fotografias e demais documentos que se encontram sob a guarda de meus familiares. Assim justifica-se o interesse em estudos baseados em temas relacionados à exposição de seres humanos a situações limítrofes a vida em função do teor de seus pensamentos e ideais políticos, considerados contrários ou perigosos em um contexto político e histórico determinado em que não apenas

existia grilhões para o aprisionamento de pessoas como também mecanismos de cerceamento e controle de ideias pelo aparato estatal.

Já no âmbito das questões acadêmicas, minha preocupação baseia-se no fato de ter conhecido o renomado autor da Literatura Brasileira Graciliano Ramos durante a graduação na Faculdade de Letras e, mesmo não tendo intimidade com as análises literárias, o encanto por esse “eminente criador de ideias” foi como “amor à primeira lida”.

Dessa maneira, com o pensamento de que as obras de Graciliano Ramos têm o poder de suscitar uma reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e as questões sociais que permeiam sua realidade, tais como a miséria, a injustiça, a violência e a prisão, tenho me empenhando na tarefa de estudá-lo, agora no campo de estudos da Memória Social, empreitada que gerou a dissertação de mestrado intitulada “A construção de memórias nas veredas do cárcere: o eterno sertão de Graciliano Ramos” (Liao, 2020). Nesse texto, busquei entender a escrita de Graciliano Ramos, como um grande e engenhoso artífice na arte de lidar com as palavras, no que concernia ao processo de construção de memórias em uma subjetividade marcada pelos efeitos de uma experiência carcerária decorrente de uma prisão arbitrária, cuja custódia sem acusação formal durou aproximadamente um ano, mas que, como provavelmente qualquer estadia, por mínima que seja, em uma instituição prisional, deixou sequelas inimagináveis.

Entretanto, à época, não finalizei o trabalho como um todo fechado e terminado, e nem era essa a pretensão, visto que me ocupei da tarefa de apresentar um sentido, quer dizer, uma leitura possível da obra, dentre as várias interpretações possíveis, caminho que continuo percorrendo, pois acredito que o conhecimento é uma teia que, à medida que se tece, mais falta para avançar.

Por fim, enquanto brasileira, me preocupam questões sociais, mais especificamente de cunho sociopolítico, já que nosso país tem sua história marcada, desde o início, por atos de violência, desejos de controle e diferentes modalidades do exercício do poder. Esses eventos muitas vezes deixaram cicatrizes profundas na sociedade e moldaram a maneira como nos relacionamos com o passado e o presente.

Nesse contexto, temos uma problemática crucial: as tentativas de apagamentos da memória. E essa tentativa de manipulação da memória coletiva, em meu ver, pode obscurecer as verdades inconvenientes e perpetuar injustiças,

alimentando um ciclo de desinformação e negação, de forma que lanço um feixe de luz sob a escrita de Graciliano Ramos para que possa, de alguma maneira, servir de alerta a aqueles que lançam na obscuridade fatos passados pelo silêncio, omissão ou descaso, já que, tomando emprestadas as palavras de Ricoeur (2007), considero que a ideia de uma “política da justa memória” é uma das minhas preocupações confessas.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

No intuito de guiar nossa leitura, iniciaremos apresentando o enredo que delinea as Memórias da trajetória pelo cárcere, fazendo a observação de que, nesse momento, uma breve apresentação se faz imprescindível para entender nossos passos, mas que, no decorrer de nosso estudo, traremos mais informações e detalhes que nos auxiliarão nessa empreitada.

Memórias do cárcere¹ é uma intensa narrativa que se baseia na inspiração trazida pelas experiências que o autor Graciliano Ramos passou durante sua prisão política no Brasil e é composta por quatro volumes: Viagens, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção.

No primeiro volume, Graciliano Ramos narra sua trajetória desde as ameaças que recebeu enquanto funcionário público do Estado de Alagoas, o início do seu encarceramento no quartel de oficiais e a transferência no navio Manaus. Por isso, a primeira apreensão do estado de encarceramento pelo próprio autor recebeu o título de Viagens, por se referir ao deslocamento pelas águas do Oceano Atlântico de Alagoas para o Rio de Janeiro, no porão do navio Manaus, em companhia de criminosos detidos por crimes prescritos no código penal brasileiro, momento em que Graciliano Ramos descreve com presteza toda a sujeira e o descaso com que eram tratados, ou seja, logo no início da narrativa, observamos que o narrador é levado como preso político durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, ainda que nunca tenham sido feitas acusações formais.

No segundo volume, Graciliano Ramos narra sua chegada à cidade do Rio de Janeiro, momento em que denuncia as péssimas condições de vida enfrentadas pelos prisioneiros. Ele relata a luta constante contra a infestação de percevejos nas celas e a precariedade das refeições oferecidas. O título desse volume, “Pavilhão dos Primários”, faz referência a uma instituição prisional na capital federal que recebia indivíduos que cometeram seu primeiro delito.

¹ De acordo com Ricardo Ramos (2011, p. 189), o pai aludia às lembranças da prisão como o livro da cadeia, não o livro intitulado “Cadeia”. Em uma ocasião, questionou se o pai não preferia esse título, que em sua opinião seria mais do seu estilo, ao já anunciado “Memórias do cárcere”, ao que Graciliano Ramos teria respondido que “não, tinha um capítulo chamado ‘cadeia’ em Vidas Secas, e cadeia, isolado, lembrava corrente” e finalizou, em tom irônico: “Só não posso batizar de ‘Minhas prisões’ ou ‘Recordações da casa de detenção’”.

No terceiro volume, a narrativa se desloca para a prisão de Dois Rios, na Ilha Grande, em que Graciliano Ramos descreve a aflição diante das condições deploráveis e dos maus-tratos aos prisioneiros. Ele expõe as torturas físicas e psicológicas sofridas, incluindo a escolha entre passar fome ou ingerir alimentos contaminados por roedores. O título "Colônia Correccional" deste volume destaca o contraste entre o propósito alegado da instituição e a realidade cruel vivida pelos detentos, como evidenciado pela experiência do autor.

Ao longo da leitura, o leitor é levado para dentro das celas claustrofóbicas e testemunha a dura realidade dos detentos, compartilhando suas angústias, camaradagem e, por vezes, desespero. Ainda, o narrador nos apresenta outros personagens cujas histórias contribuem para a trama e oferecem diferentes perspectivas sobre a vida na prisão, dentre eles, personagens – infelizmente - já conhecidos, como Olga Benário, Nise da Silveira, Rodolfo Ghioldi, entre outros², quer dizer, ao longo da obra, o autor faz alusão à atmosfera opressiva da prisão e à dinâmica entre os detentos.

No último volume, intitulado "Casa de Correção", Graciliano Ramos reflete sobre sua própria condição física debilitada e percebe que essa era a intenção do governo desde o início: enfraquecer os prisioneiros para que não pudessem resistir às imposições estatais. Ele destaca a ironia de ser transferido para uma instituição destinada a condenados, apesar de nunca ter sido formalmente julgado.

Dado o exposto, entendemos que o processo de ler e problematizar uma obra tão densa produz efeitos que fazem com que o leitor que inicia a leitura não seja o mesmo depois de finalizá-la, considerando-se o processo de transformação subjetiva que a leitura e interpretação de uma obra podem gerar. Nesse sentido, consideramos a obra na qualificação de densa por alguns motivos: a profundidade temática, já que aborda temas profundos, como a experiência do autor durante seu período de prisão, todas as reflexões sobre a injustiça, a opressão, a luta pela sobrevivência, a solidão e a introspecção; o contexto histórico e político no qual se encontrava o autor da obra; a estrutura narrativa não linear da obra pois o narrador alterna entre memórias da prisão e reflexões mais amplas; multiplicidade de personagens, que são inúmeros e narrados muitas vezes com riqueza de detalhes, motivações e dilemas ao longo da narrativa.

² Para uma melhor apreciação dos personagens citados durante a narrativa, ver a seção Anexo 1 dessa tese.

Assim, acreditamos que o “leitor prévio” e o “leitor posterior” a Memórias do cárcere não são mais os mesmos e defendemos essa ideia pois as várias páginas que compõem a obra narram detalhadamente experiências, diálogos, relações, personagens que compartilhavam o espaço da prisão, local não só de reclusão, repressão, controle e confinamento, mas também de encontro, tomando emprestado as palavras do poeta Manuel Bandeira (1966, p. 246), da “Indesejável das gentes”. Somos cômicos de que a narrativa dessas experiências produz efeitos no leitor de modo a enredá-lo nas teias das distintas vias passíveis de serem apreendidas da obra.

Entendendo que a obra oferece um olhar poderoso sobre a prisão e suas ramificações, indo além de um mero relato factual, destacando as condições desumanas e a arbitrariedade do sistema judicial e é, portanto, uma obra rica em complexidade narrativa, profundidade filosófica e uma exploração intensa da condição humana diante da adversidade política e social, que nos aventuramos a dizer que dissertar sobre o livro Memórias do cárcere é uma tarefa singular e para trilhar esse caminho, tomamos o conselho do próprio Graciliano Ramos (2005):

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa; a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

Entretanto, ressaltamos: minha tarefa de lavadeira de roupas, seguindo a analogia proposta por Graciliano Ramos, para quem se entusiasma no âmbito da escrita, não é de nenhum modo conclusiva, visto que muita coisa ainda há para ser dita pois vários sentidos podem ser produzidos, apenas, nessa trajetória, produzimos um possível.

Ainda, nos aventamos a dizer que tecer considerações sobre a referida obra é tarefa singular – e aqui aproveitamos para justificar a relevância da referida pesquisa para o campo científico - pois as análises existentes até então, em sua

grande maioria ou mesmo em sua totalidade, privilegiam ou se detêm em questões relativas aos estudos linguísticos e literários, seguidas por estudos relativos aos fatos históricos, conforme notamos nos exemplos de estudos citados a seguir³.

Um dos estudos existentes que tem como foco o caráter histórico de Memórias do cárcere é a dissertação defendida no programa de Mestrado em História da Universidade de Uberlândia, em 2004, intitulada *A democracia no Brasil é um intervalo comercial: autoritarismo, estética e representações em Memórias do cárcere (1953;1984)*, de autoria de Tania Nunes Davi. A autora destacou-se ao se debruçar sobre a tarefa de escrutinar as múltiplas e intrincadas apropriações engendradas pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos em relação à obra literária Memórias do cárcere. Tais apropriações, revelou a pesquisadora, constituem uma peça essencial na compreensão do processo criativo do diretor, cujo poder de transformação transcendeu os limites da tela. Nesse contexto, a dissertação de Tânia Nunes Davi não apenas se concentrou na análise das relações intrínsecas entre a produção cinematográfica e a literária, mas também lançou luz sobre os diálogos sofisticados e complexos que emergiram desse encontro e como as escolhas estilísticas e narrativas do cineasta dialogaram com as contingências e desafios sociais do período histórico em questão, a Era Vargas. Além disso, a pesquisa de Tânia Nunes Davi ressaltou que o alcance das representações e das conexões tecidas por Nelson Pereira dos Santos vai além do contexto do governo de Vargas, estendendo-se corajosamente para abranger a realidade autoritária que se estabeleceu no Brasil após o ano de 1964. Esse feito notável, como destacou a autora, demonstra a habilidade singular do diretor do filme homônimo em transcender as barreiras temporais e políticas, alçando sua obra cinematográfica a um status de relevância perene na história cultural do Brasil.

Já em relação ao campo de estudos das Letras, há uma gama de pesquisas cujas origens vão desde Programas de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos até Programas de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada. A título de exemplo, temos a tese intitulada *Um olhar discursivo na obra Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos*, de autoria de Gabriela Pacheco Amaral, defendida em 2021, quando obteve o título de Doutora em Linguística do Texto e do Discurso. No texto em questão, a autora se concentra em uma análise de Memórias do

³ Nesse momento, apresentamos apenas um estudo de cada área a título de exemplificação. Para maiores pesquisas bibliográficas, ver Anexo 2 dessa tese.

cárcere e explora os motivos por trás do sucesso dessa obra, que incluem o testemunho político do período brasileiro em que foi escrito, bem como a habilidade literária e artística do autor. A pesquisa também analisa as várias narrativas de vida presentes na obra, que abrangem as experiências de Graciliano Ramos na prisão e se entrelaçam com outros relatos. O texto se baseia no conceito de narrativa de vida e utiliza uma abordagem qualitativa e linguístico-discursiva em sua análise do corpus. Em resumo, o texto da autora se dedica a analisar a diversidade de identidades narrativas assumidas pelo sujeito enunciativo de Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere*, destacando as influências diretas da vida do autor como um sujeito histórico na construção dessas narrativas.

Um outro exemplo de estudos situado no campo das Letras é a tese intitulada *Memórias do cárcere: acordos e desacordos entre o intelectual e o político*, de autoria de Marcio Fonseca Pereira. A tese em questão tem como objetivo realizar uma análise literária da “autobiografia” *Memórias do cárcere*, tomando como ponto de partida a interpretação de Antonio Candido em sua obra *Ficção e Confissão*. A tese busca apresentar uma perspectiva alternativa, embora não diametralmente oposta à de Candido – autor que, em seu texto, foca no caráter de puro depoimento e declina da ideia de autobiografia em relação a *Memórias do cárcere* - ao considerar a visão de Graciliano Ramos sobre o ato de escrever literatura e o papel do escritor na sociedade brasileira de sua época. Além disso, o estudo incorpora uma análise das contradições políticas do autor, um elemento relevante na configuração do texto “autobiográfico”, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais abrangente da obra e do escritor como figura cidadã e intelectual inserida no contexto político e cultural dos anos 1930.

Além dos estudos mencionados anteriormente, há uma outra dissertação sobre *Memórias do cárcere*, mas dessa vez oriunda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, intitulada *A Trajetória de Graciliano Ramos e a multiplicidade de sentidos de memórias do cárcere*, de autoria de Fabio Villani Simini. Na dissertação em questão, o autor reflete sobre as múltiplas ressonâncias das memórias em diferentes categorias de patrimônios que se instituíram ao longo do tempo, tais como o patrimônio literário - a obra já citada de Graciliano Ramos - e cinematográfico - o filme de Nelson Pereira dos Santos de 1984. O estudo se concentra em como essas memórias se manifestaram ao longo do tempo em diferentes categorias de patrimônio cultural, incluindo o patrimônio

literário representado pela obra de Graciliano Ramos e o patrimônio cinematográfico, exemplificado pelo filme de Nelson Pereira dos Santos, que adaptou a obra para o cinema. A dissertação ainda visa analisar a diversidade de significados presentes nesses patrimônios, considerando-os não apenas como objetos culturais, mas também como fontes valiosas para análise histórica, cada um com sua própria historicidade.

Dado o exposto, entendemos que, apesar de existirem estudos em diferentes campos do saber sobre a obra, há uma lacuna no que se refere ao nosso campo de estudos, o da Memória Social, em sua característica principal: lançar um olhar para um passado, não como uma sequência de fatos ocorridos temporalmente e sim como uma possibilidade de construção de um entre muitos sentidos possíveis a partir do presente. Quer dizer, não seguimos a trilha que pressupõe a existência de uma verdade, na temporalidade relativa ao passado, a ser revelada, mas optamos pela abertura de um caminho que se relaciona ao processo de criação, pois em nossa concepção, Memórias do cárcere não é uma reprodução fiel do passado, mas sim uma construção ativa e influenciada por uma série de fatores sociais, históricos, culturais.

Reconhecemos a importância de se analisar a obra como um prisma, olhando para os vários ângulos possíveis e produções de sentidos possíveis. Ou seja, é essencial reconhecer a relevância de analisar a obra sob diversos enfoques, desvendando as camadas de sentidos possíveis. Entretanto, é notório que ainda persiste uma lacuna que clama por um aprofundamento dedicado: é precisamente esse espaço de investigação que essa tese busca preencher, direcionando o foco para as lentes até então menos exploradas que destacam as lacunas latentes no tecido da memória.

Dessa maneira, a escolha da empreitada a que nos propomos nos leva ao seguinte objetivo: fazer uma leitura crítica de Memórias do cárcere, com base na Hermenêutica, à luz do campo da Memória Social.

A fim de alcançar esse intento, objetivamos especificamente:

a) analisar vestígios de memória (cartas, fotografias, rascunhos do livro) com vistas a compreender de que forma a narrativa da obra em questão opera a relação lembrança e esquecimento acerca das experiências no cárcere;

b) a partir da análise de marcas discursivas, compreender como o narrador constrói a narrativa da experiência prisional;

Com o propósito de alcançar esses objetivos, lançamos mão de algumas ferramentas teóricas.

Inicialmente, como nosso objetivo geral envolve apresentarmos Memórias do cárcere criticamente, consideramos de suma importância trazer nosso posicionamento em relação a mesma, pois consideramos a obra uma ficção de memória. De acordo com Neumann (2010), as ficções de memória não são meramente relatos objetivos e factuais do passado, mas sim construções complexas que se relacionam as experiências individuais e coletivas, bem como as necessidades e aspirações do presente. Em um sentido mais amplo, referem-se às histórias que pessoas ou culturas contam sobre seus passados como resposta à pergunta fundamental: "Quem sou eu?" ou, coletivamente, "Quem somos nós?". Ou seja, por meio dessas narrativas, as pessoas dão sentido às suas vidas, encontrando conexões entre eventos passados e seus eus presentes.

Em segundo lugar, a fim de analisar marcas discursivas e linguísticas na narrativa de Memórias do cárcere, baseamos a estrutura de nossa análise em três dos quatro pontos sugeridos por Stanzel (1971) quando da análise de narrador de primeira pessoa da obra Moby Dick, em seu texto *Narrative Situations in the Novel*: 1) a coexistência de um eu narrador e um eu narrado; 2) a existência de uma distância narrativa entre o eu narrado e o eu narrador; e 3) o eu narrador se dissocia do eu narrado por uma tendência à introspecção.

Embora tenhamos um momento específico na tese em que focalizaremos esses pontos, gostaríamos de adiantar brevemente que o primeiro ponto ressalta a distinção entre o narrador como figura que conta a história (eu narrador) e o protagonista ou personagem central que experiencia os eventos (eu experienciador). Em Memórias do cárcere, essa distinção pode ser particularmente complexa, pois o narrador está contando suas próprias experiências como prisioneiro político durante a era Vargas. Já em relação ao segundo ponto, destaca a presença de certa distância ou separação entre o narrador como figura que conta a história e o eu narrado como personagem que vive os eventos. Essa distância pode se manifestar de várias formas, como diferenças de perspectiva, tempo ou conhecimento entre o narrador e o protagonista. Em Memórias do cárcere, essa distância pode ser evidenciada pela reflexão retrospectiva do autor sobre seus dias na prisão, criando uma separação temporal e emocional que influencia a maneira como os eventos são narrados e interpretados. Por fim, o terceiro ponto aponta para

a propensão do narrador a se afastar das ações e eventos narrados para se engajar em uma análise mais profunda de seus próprios pensamentos, sentimentos e motivações. Em Memórias do cárcere, essa tendência à introspecção pode ser observada nas reflexões do narrador sobre sua experiência na prisão, suas interações com outros prisioneiros e guardas, além de próprias crenças políticas e ideológicas.

Por fim, com o intuito de alcançar o objetivo de analisar vestígios de memória, encontramos a noção de vestígio, proposta por Ricoeur (1968, p.25), segundo o qual “a apreensão do passado por seus vestígios documentais é uma observação no sentido pleno da palavra; pois observar não significa nunca registrar um fato bruto”. Quer dizer, nessa concepção, o vestígio, que, em si, existe no presente, é o que dá abertura para a interpretação. Assim, quando atribuímos valor de vestígio a um documento, como nos propomos fazer ao considerarmos as cartas, fotografias e rascunhos, entendemos existir uma operação interpretativa, de tentar figurar o mundo que existia, mundo que hoje falta, não existe mais, pois o vestígio vale por uma coisa passada. Nessa lacuna, nessa ausência, é que há espaço para interpretação, pois a ideia é que trabalhemos com a incompletude existente, dotando-a de sentido e significado.

Dessa maneira, buscaremos, no primeiro capítulo que segue essa introdução, contextualizar a obra no contexto em que foi escrita, pois entender o contexto político, social e cultural da época é crucial para compreender as motivações por trás da narrativa da obra. Ao apresentar esse *background* pretendemos não apenas situar a narrativa no contexto histórico em que se desenrola, mas também elicitar a relevância e a atualidade do que está sendo narrado, pois, embora a obra seja situada em um período específico da história brasileira, muitos dos temas que ela aborda, como opressão política, injustiça social, resistência ainda ressoam nos dias de hoje. Dessa forma, destacaremos elementos relevantes do período histórico em que o autor Graciliano Ramos esteve preso durante o Estado Novo no Brasil, um regime autoritário liderado por Getúlio Vargas, bem como faremos menção a um desdobramento da obra Memórias do cárcere: o filme Memórias do cárcere. Em seguida, trataremos o caráter transversal da memória dentro do nosso campo de estudos, o da Memória Social, bem como explicaremos de maneira mais detalhada o método de pesquisa que adotamos nesse estudo: a Hermenêutica.

Em seguida, no capítulo intitulado *O homem por trás da pena*, buscaremos focar no percurso que levou o autor de *Memórias do cárcere* a chegar nas setecentas páginas de narrativas. Recorremos, nesse título de seção, ao vocábulo “pena” pelo jogo de palavras que entoa: a pena como referência ao aparo, ou bico de pena, ferramenta utilizada por escritores para escrita e caligrafia, e pena enquanto punição, reparação por uma ação julgada repreensível, embora salientamos mais uma vez que Graciliano Ramos não tenha sido julgado e condenado a cumprir uma pena, uma vez que não houve procedimentos acusatórios, nem a indicação de um crime. Acrescentamos que a sua prisão dependeu tão somente da vontade e caprichos de autoridades estatais a partir de suspeitas infundadas de cunho puramente ideológico. Com esse propósito em mente, nossa empreitada consistirá em explorar elementos de natureza histórica e biográfica, os quais, em sua confluência, irão contribuir para a construção desse pano de fundo que envolve a narrativa em questão. Nosso propósito é desvendar os elementos históricos e biográficos que convergem e, conjuntamente, colaboram para a tessitura do contexto que permeia a narrativa em análise. Ou seja, voltaremos nosso olhar para alguns dados biográficos do autor, buscando compreender suas experiências pessoais, suas convicções políticas e seu engajamento social já que entendemos que a interseção entre a vida de Graciliano Ramos e a narrativa de *Memórias do cárcere* permitem-nos desvendar alguns dos matizes subjetivos que permeiam a construção da narrativa.

No capítulo seguinte, intitulado *Sobre o caráter ficcional: alguns apontamentos*, com base em uma revisão bibliográfica, trataremos da relação entre memória e ficção. Tal empreendimento se propõe a abordar a intrincada relação entre os conceitos de memória e ficção. Essa exploração se revela premente, uma vez que buscamos conferir um enquadramento teórico que habilite a compreensão da obra literária objeto de nossa análise, conferindo-lhe o necessário contexto crítico e conceitual, bem como reforçamos nosso argumento ao considerar *Memórias do cárcere* enquanto uma ficção de memória.

Na sequência, direcionaremos nosso foco para as discussões em torno do narrador, analisando trechos selecionados de *Memórias do cárcere*, passagens que serão não apenas o ponto focal de nossa análise, mas também pistas que nos levarão às interpretações propostas ao longo do estudo. Essa seção visa também explorar as intrincadas nuances que emanam da interação entre o narrador e o

texto. Ao abordar a figura do narrador, almejamos desvelar suas características distintivas e compreender como sua voz se entrelaça à trama narrativa.

Por fim, trazemos nossas considerações sobre o estudo ao longo dessa pesquisa, contextualizando-os em relação aos objetivos iniciais. Nomeamos esse capítulo como considerações pois entendemos que não podem ser consideradas finais já que acreditamos que o conhecimento é uma teia em constante tecelagem, sempre deixando espaço para novas descobertas. Ou seja, entendemos que esse trabalho não pode ser encerrado em sua totalidade, pois procuramos apresentar um sentido entre muitos possíveis ao exploramos uma nuance no processo de construção da memória.

Dessa maneira, iniciamos nosso estudo apresentando o percurso da obra Memórias do cárcere.

2 ENTRE A MEMÓRIA E O CÁRCERE: CONTEXTUALIZAÇÃO

Consideramos de imperiosa relevância abrir nossas reflexões contextualizando o momento histórico e político que, de certo modo, propiciou, em razão de critérios ideológicos, a prisão de Graciliano Ramos e que gerou sentimentos, ainda no cárcere, de criação e compartilhamento do “excelente material” fornecido a partir de sua interação cotidiana em ambientes prisionais e o contato contínuo com agentes envolvidos. Assim, em seguida, contextualizaremos e apresentaremos a obra Memórias do cárcere, objeto de nossa reflexão pelas próximas páginas.

2.1 Memórias do cárcere e o retrato sociopolítico do Brasil da época

Imaginemos o seguinte cenário: Brasil, início do século XX. Nessa época, o país vivenciava uma atmosfera marcada por transformações sociais, políticas e econômicas que culminaram em profundas mudanças em suas estruturas. Nesse contexto, a figura de Graciliano Ramos emergiu como um dos observadores atentos dessas mudanças que eram apresentadas à sociedade sob argumentos convincentes de progresso.

Entretanto, agora mais especificamente, imaginemos o país na década de 1930, um período tumultuado na história brasileira, principalmente ante o desmoronamento quase completo dos frágeis alicerces que davam suporte à Primeira República. Políticas de industrialização e modernização, lideradas pelo governo de Getúlio Vargas, visavam alterar a face econômica do país, o que implicou em mudanças profundas nos setores produtivos, no padrão de consumo, na distribuição de renda, nas relações de trabalho e nas políticas econômicas em geral já que houve a promoção da industrialização como um novo motor de crescimento econômico, incentivo a criação e expansão de indústrias em diversos setores, como o têxtil, siderúrgico, automobilístico, entre outros, com o objetivo de impulsionar a produção nacional e reduzir a necessidade de importações, entre outras ações.

Embora de fato, segundo Fausto (2012), Getúlio Vargas tenha lançado mão de iniciativas que visavam benefícios para o povo trabalhador, visando atingir grande popularidade, suas medidas estavam sempre tingidas de características autoritárias e oportunistas, além de focalizarem em interesses econômicos, ou seja, essas políticas também trouxeram consigo desigualdades e tensões sociais já que o governo centralizou o poder, limitou liberdades civis e exerceu uma mão firme sobre a cultura e a imprensa, a fim de moldar a opinião pública de acordo com seu modo particular de entender a nação. Suas medidas de restrição incidiram igualmente no setor cultural, pois a produção cultural no país durante a Era Vargas foi caracterizada também por atos de controle e repressão: havia uma seleção prévia de obras, roteiros de peças teatrais e enredos de musicais no sentido de proibir conteúdos considerados inadequados ao cenário político.

Nesse ambiente de efervescência política e repressão, Graciliano Ramos, já renomado escritor, encontrou-se no centro das contradições e agitações da época. Aclamado por sua perspicácia e sensibilidade literária, Graciliano Ramos era também conhecido por seu posicionamento crítico frente à realidade social brasileira. Suas narrativas engajadas⁴ frequentemente expunham a exploração dos mais vulneráveis e a corrupção do poder. Esse ativismo literário, embora incômodo para o regime, consolidou sua voz como uma das mais potentes do período, que na época se ocupava da narração do livro intitulado *Angústia*.

De acordo com Moraes (2012), no ano de 1935, as tensões políticas estavam tomando proporções inimagináveis. O setor industrial, nessa época, havia emergido como o epicentro dinâmico da economia brasileira, promovendo um aumento substancial no contingente de trabalhadores urbanos. O pacto estabelecido por Getúlio Vargas com as elites garantia a base de sustentação para a expansão capitalista, com um Estado robusto como alicerce. Entretanto, essa dinâmica também restringia a participação popular nas decisões políticas. Simultaneamente, as demandas por justiça social e melhores condições laborais ganhavam impulso, alimentadas pelo crescimento industrial acelerado.

No cenário global, o crescimento veloz do fascismo na Europa contribuía para infundir um sentimento de inquietação nas mentes já que o surgimento de regimes totalitários, como os de Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha, traziam

⁴ Para melhor apreciação das obras escritas pelo autor Graciliano Ramos, consultar anexo 3 dessa tese.

consigo ideologias extremistas e práticas autoritárias que ecoavam além das fronteiras europeias, ou seja, a ascensão do fascismo na Europa contribuía para amplificar as tensões existentes, gerando preocupações sobre os rumos da democracia e dos direitos individuais não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. No Brasil, esse contexto internacional inflamava ainda mais as já complexas questões políticas e sociais, adicionando uma camada de desafios e incertezas ao cenário doméstico

De acordo com informações contidas na biografia oficial de Graciliano Ramos, (Ramos, apud Moraes, 2012, p. 123), em meados de 1935, Graciliano teria escrito para a esposa Heloísa: “A encrenca política está num beco sem saída: ninguém sabe como esta porcaria vai acabar. É melhor pensar em outra coisa. Enfim, tudo vai muito mal, no pior dos mundos possíveis”. Entretanto, tudo que já ia mal viria a piorar pois, nesse contexto caótico, em 1936, Graciliano Ramos foi preso sob a alegação de envolvimento em atividades comunistas - embora nunca tenha havido acusação formal, essa evidência fica clara em diversas passagens da narrativa de Memórias do cárcere.

Como mencionamos, a natureza autoritária do período ditatorial de Vargas possibilitou que diversas vozes fossem caladas através de prisões arbitrárias e em muitos casos, como esse, sem nem julgamento. Entretanto, a prisão de Graciliano Ramos não foi apenas um incidente isolado, mas sim uma consequência de um momento histórico repleto de tensões políticas e sociais que levaram, entre outras medidas, à centralização do poder, repressão política, criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável por propagar as ideologias que favorecessem esse regime ditatorial e controlar a narrativa pública por meio de uma série de medidas propagandísticas, tais quais censura e controle da imprensa; propaganda benéfica ao governo; culto à personalidade de Getúlio Vargas – o que não se admira, já que por muitos é considerado como o “Pai dos pobres⁵” (Levine, 2001).

É possível entender então que a detenção injusta, bem como as experiências vividas durante esse período - o qual consideramos traumático - de quase um ano, motivaram a escrita da narrativa que viria a tomar forma em Memórias do cárcere.

⁵ Getúlio Vargas ficou conhecido como o “Pai dos Pobres” ao implementar uma série de medidas voltadas para a classe trabalhadora e camadas mais pobres da sociedade. Algumas das principais ações incluíram a consolidação das leis do trabalho (CLT), instituição da Previdência Social, entre outras.

Para essa afirmação, tomamos como base um trecho da carta que Graciliano Ramos escreveu para a mulher, Heloisa, pouco tempo após ser posto em liberdade:

Apesar de tudo não me sai da cabeça a ideia de escrever essa *história comprida* que você sabe, em quatro volumes. Penso *naquela gente* que vi o ano passado, uns *tipos ótimos*. Falei no projeto a alguns conhecidos daqui, excelente na opinião deles, está claro. *Tudo é excelente*. Se me arranjar aqui, farei o romance *em dois anos* (Ramos, 1980, p. 178, grifo nosso).

Destacamos alguns enunciados com o intuito de traçar considerações a respeito da carta escrita por Graciliano Ramos. Embora essa carta tenha sido escrita apenas dois meses após sua saída da prisão, enquanto tentava se reestabelecer, enquanto ex-prisioneiro que é posto em liberdade, na cidade do Rio de Janeiro – referência do advérbio de lugar *aqui* - já de início notamos os planos de narrar a história comprida em quatro volumes. Em seguida, podemos observar a ideia de “tratar aquela gente”, isso é, os companheiros de prisão, como personagens de uma narrativa literária, considerados, em sua opinião, uns tipos ótimos. Poucos enunciados depois, a ironia – traço constante em suas narrativas – se faz presente quando afirma que tudo sobre essa história comprida é “excelente”. Por fim, nos informa que pretendia escrever o romance em dois anos – objetivo que não foi alcançado, já que a obra inicia dez anos depois e tem publicação póstuma. Dado o exposto, entendemos que os trechos destacados dessa carta já nos dão indício do caráter ficcional da obra que será narrada e que sabemos, se tratava de Memórias do cárcere.

Dessa maneira, abrimos a cortina para entrar em cena a obra em si. Em Memórias do cárcere, como o próprio título pressagia, Graciliano Ramos nos brinda com inúmeras páginas de detalhadas narrações sobre os diferentes ambientes prisionais pelos quais foi obrigado a passar. A obra se divide em quatro partes denominadas: Viagens, Pavilhão dos primários, Colônia Correccional e Casa de Correção.

No primeiro itinerário, são narradas as trajetórias de viagens desde o momento da detenção e prisão em Alagoas até a transferência para o Rio de Janeiro a bordo de um porão de navio⁶, conforme podemos observar em:

Chegamos ao fim da escada, paramos à entrada de um porão, mas durante minutos não compreendi onde me achava. Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa. Lá fora anoitecera; ali duvidaríamos se era dia ou noite. (...) Detive-me, piscando os olhos, tentando habituar a vista. Erguendo a cabeça, via-me no fundo de um poço, enxergava estrelas altas, rostos curiosos, um plano inclinado, próximo, onde se aglomeravam polícias e um negro continuava a dirigir-me a pistola. Era como se fôssemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. Resvaláramos até ali, não podíamos recuar, obrigavam-nos ao mergulho. Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião dos nossos proprietários, necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam.

Desviando-me deles, tentei sondar a bruma cheia de trevas luminosas. Ideia absurda, que ainda hoje persiste e me parece razoável: trevas luminosas (Ramos, 2011, p. 103).

Como podemos notar nessa breve passagem, essa experiência, em razão das condições de privação, corresponde a uma das passagens relatadas em termos de marcantes experiências de humilhação, descaso e sofrimento e, por extensão, uma analogia com animais em rebanhos sob vigília e controle de vaqueiros paramentados.

Dando continuidade aos itinerários que compõem a obra, temos, em seguida, referência a uma instituição prisional situada na cidade do Rio de Janeiro, na época capital federal, que tinha por finalidade custodiar pessoas que teriam praticado seu primeiro crime, por isso Pavilhão dos Primários.

No terceiro itinerário da obra, a temida e ameaçadora prisão da Ilha Grande⁷ nos é apresentada e – embora tenha passado por lá apenas onze dias – tem um capítulo inteiro dedicado a essa prisão situada em uma região do Estado do Rio de Janeiro.

⁶ Na época, era comum o transporte de pessoas criminosas em porões de navios em condições altamente insalubres de acomodação e alimentação, remontando a uma modalidade aviltante de deslocamento relativo ao tráfico de pessoas negras escravizadas do continente Africano para as Américas, conforme é muito bem denunciado no famoso poema *Navio negreiro*, de Castro Alves.

⁷ O Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como Colônia Penal de Dois Rios, fica situado na Ilha Grande, uma ilha que integra a geografia da cidade de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, no último itinerário da obra, o narrador preludia um fim ao contar sobre a Casa de Correção, último lugar de “estadia” prisional, que concernia a pessoas julgadas e condenadas por seus atos criminosos e posterior liberdade.

Gostaríamos de salientar que, na leitura que pretendemos dessa obra, não temos em mente proceder uma interpretação no sentido de revelar verdades que, supostamente, poderiam ser depreendidas das páginas das quatro partes. Isso quer dizer que não é nosso objetivo desvelar coisas e sim construir, por intermédio de uma prática interpretativa, uma memória, com discursos que aludem a um tecido histórico referido a uma determinada trama social e política.

É possível notar, ao lermos os títulos que compõem o sumário da obra – no caso da edição única em que estamos nos baseando, mas como referência aos volumes – que o primeiro deles, *Viagens*, faz referência a ritmo mais “lento” temporalmente, transitório, nos deslocamentos iniciais. Uma breve passagem pelos primeiros capítulos nos reforça essa ideia pois, curiosamente, os oito primeiros capítulos – ou seja, por volta de sessenta páginas - narram apenas três dias de “viagens”. Os títulos seguintes, porém, têm uma referência espacial (Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional, Casa de Correção, respectivamente). É como se o narrador tivesse “desistido de controlar” o tempo e, resignado com os acontecimentos que sabe que virão, se dedica a simplesmente narrar os acontecimentos, tendo sua voz misturada à dos companheiros de prisão. Essa afirmativa pode ser evidenciada no trecho seguinte, que versa: “era como se me achasse numa vala, único sobrevivente no meio de cadáveres, e nas grades do cemitério surgia de quando em quando um rosto de demônio, a vigiar-nos” (Ramos, 2011, p. 182). Ou seja, ao fazer uma analogia da cela de prisão com o cemitério, utilizando a primeira pessoa, a princípio, tem sua voz misturada aos colegas quando se inclui na ideia de estar sendo vigiado, pois sabe que talvez apenas ele se sinta uma vida pulsante em uma cova, todos ali, vivos ou mortos, estão sendo vigiados.

Ainda em relação às partes que compõem Memórias do cárcere, talvez ao darmos uma simples visada, tenderemos a considerar a obra como um todo configurado pela continuidade de suas partes em razão dos enredos estabelecidos em cada uma. Desse modo, poderíamos admitir que há uma continuidade na obra explicitada do seguinte modo: a primeira parte precipitou a escrita da segunda; a segunda da terceira e a terceira da quarta. Adotando esse viés, poderíamos denominar a parte que se inicia nas primeiras páginas como a primeira e que se

finaliza nas últimas páginas quarta ou última parte do livro, como se pudéssemos imaginar as quatro partes como fases concatenadas de um mesmo processo: a primeira parte consistiria em uma espécie de abertura conquanto que a última seria considerada como uma espécie de fechamento. Porém, embora essa tenha sido a linha cronológica adotada em algumas leituras da obra, de acordo com Moraes (2012, p. 255)⁸, não seguiremos por essa vertente em nossas reflexões, pois, ao adotarmos o método Hermenêutico, entendemos que “o todo e as partes de uma obra de arte mutuamente se implicam, de tal forma que a parte representa o todo punctualmente concentrado” (Souza 2010, p. 32). Uma vez que nosso objetivo consiste em declinar da ideia de que existem marcadores únicos na leitura da obra, objetivamos construir uma memória relacionada à experiência de prisão e ao narrador que se ocupou de construí-la⁹, após a sua liberdade dos grilhões que o confinavam a um ambiente repleto de ameaça, entre outros tantos fatores devastadores da subjetividade.

De acordo com Ricardo Ramos¹⁰ (2011, p. 181), os manuscritos do livro foram entregues a José Olympio¹¹ enquanto Graciliano Ramos ainda estava vivo: embora a elaboração dos escritos tenha levado anos, entregava três capítulos mensalmente, pelos quais recebia certa quantia, e os mesmos foram mantidos no cofre do editor, que pessoalmente os levou para a gráfica, ou seja, sem a interferência de qualquer pessoa¹², e se encarregou da publicação do livro, que

⁸ Viagens de 25 de janeiro de 1946 a 28 de maio de 1947; Pavilhão dos Primários, de 29 de maio de 1947 a 12 de setembro de 1948; Colônia Correccional, de 15 de setembro de 1948 a 6 de abril de 1950; Casa de Correção, de 6 de abril de 1950 a 1 de setembro de 1951.

⁹ Sabemos que nem todas as pessoas que cumpriram uma pena ou ficaram encarceradas sem condenação, conforme aconteceu com Graciliano Ramos, se ocuparam da produção de relatar suas vivências nas instituições prisionais.

¹⁰ Um dos filhos de Graciliano Ramos, o qual teve papel ativo na criação de Memórias do cárcere ao datilografar para o pai, Graciliano Ramos, que já estava debilitado pelo câncer. Ricardo de Medeiros Ramos trabalhou como cronista e jornalista, foi professor de comunicação e presidiu a União Brasileira de Escritores. Escreveu diversos contos e romances, tais como, *Irmão mais velho*, *irmão mais novo*; *Mulher, Estação primeira*; *Contos moçambicanos*; *Desculpe a nossa falha*; *O rapto de Sabino*; e *Graciliano: retrato fragmentado*, sendo consagrado com os mais significativos prêmios literários do país.

¹¹ José Olympio Pereira Filho destacou-se no cenário literário brasileiro como editor, desempenhando um papel fundamental na disseminação da literatura no país. De acordo com reportagem da revista *Veja*, “um dos endereços mais agitados do Rio de Janeiro nos anos 1930 e 1940 era a rua do Ouvidor, 110. Ali, onde funcionava a Livraria José Olympio, reunia-se, especialmente aos sábados, aquela que seria considerada a nata da literatura brasileira: autores como José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz (...)”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/editora-jose-olympio-faz-80-anos-com-foco-nos-classicos-nacionais>. Acesso em: maio de 2022.

¹² Insta comentar que houve uma polêmica em relação à publicação de Memórias do cárcere, que segundo fontes – inclusive de Clara Ramos, filha de Graciliano Ramos - teria sofrido alterações em

ocorreu em setembro de 1953. Ainda de acordo com Ricardo Ramos (2011, p. 183), foi um livro relativamente caro, já que foi lançado em quatro volumes, mas que “desde logo virou um best-seller”. Teve também repercussão na crítica, entre eles o *Tribuna da Imprensa*¹³, em que Carlos Lacerda teria escrito páginas e páginas de elogios ao que denominou “depoimento estarecedor sobre as misérias da ditadura de Getúlio” (Ricardo Ramos, 2011. p. 183). Ainda segundo relata o filho com recurso às suas memórias, em dois anos e meio o livro *Memórias do cárcere* tivera três edições sucessivas¹⁴, todas de grandes tiragens, ou seja, entendemos o quanto Graciliano Ramos se tornara um escritor popular e aclamado¹⁵.

Graciliano Ramos não finaliza suas memórias. No fim do último volume, não encontramos mais nenhum capítulo que nos conte como foi finalmente libertar-se dos muros da prisão ou o que fez da vida o Graciliano Ramos de depois da prisão visto que as últimas letras são de autoria de seu filho em uma seção intitulada “Explicação Final”. No entanto, essa aparente falta de um último capítulo que finalize a história tem um significado profundo: “a ausência literal e metafórica da última palavra atua como reforço da contradição maior que percorre todo o texto – a tentativa ensaiada por Graciliano de, pela escrita, libertar-se do cárcere e, ao fazê-lo, ver-se, de certa forma, condenado a repeti-lo” (Miranda, 1992, p. 112). Ou seja, compreendemos que o livro não pretende fornecer um desfecho convencional, ou esperado, pois a narrativa não busca traçar os eventos imediatos após a prisão. O próprio autor, ao abster-se de nos dar um “final da história”, nos lembra que a obra

comparação aos manuscritos originais. Segundo nos conta Ricardo Ramos (2011, p. 180), “não demorou muito e a direção do partido nos procurou: (...) queriam ler *Memórias do cárcere* e *Viagem*. Eram livros políticos, deviam ter a aprovação partidária antes de publicados. Com eventuais mudanças e supressões”. Entretanto, esclarece em seguida: “Seria impossível retirar os livros da José Olympio, alterá-los, sem que isso transpirasse. Na linha do maior escândalo. (...) Era desrespeito, era inconcebível, nem pensar. (...) Os livros seguiram a sua produção normal, sem interferências”.

¹³ De acordo com informações contidas no site do *Tribuna da Imprensa* digital: Carlos Lacerda, um dos mais competentes jornalistas de seu tempo, assinava uma coluna chamada “A *Tribuna da Imprensa*” no jornal *Correio da Manhã*. Quando deixou a publicação, resolveu montar seu próprio diário e o nome escolhido não poderia mesmo ser outro. Assim, em 27 de dezembro de 1949, foi para as ruas pela primeira vez a “*Tribuna da Imprensa*”. Disponível em: <<https://tribuna.com.br/institucional/historia-do-jornal/>>.

¹⁴ De acordo com Moraes (2012), 10 mil exemplares foram esgotados em 45 dias de lançamento.

¹⁵ A versão com a qual trabalhamos no presente estudo foi publicada em volume único pela editora Record, do Rio de Janeiro, no ano de 2011, e consta da sua 45ª edição, contando com recheadas 727 páginas. Vale salientar que essa edição conta com a supervisão e posfácio do professor de Teoria da Literatura Wander Melo Miranda.

se concentra mais nas experiências vividas do que na conclusão linear dos eventos, deixando o entorno do presente fora de seu escopo.

Insta ainda mencionar que a obra teve tamanha repercussão e popularidade que teve desdobramentos que transcenderam a Literatura, pois houve também uma adaptação para o cinema em filme com título homônimo. Assim, temos mais um indício da relevância de Memórias do cárcere: o filme.

No que tange a adaptação cinematográfica de Memórias do cárcere, dirigida por Nelson Pereira dos Santos, em 1984, notamos uma interpretação, dentre as várias possíveis, por parte do diretor, dos acontecimentos narrados na obra. Vale salientar, no ano de 1984, o pano político no qual o Brasil se encontrava ainda era o da ditadura militar, que teve início em 1964 com o golpe que derrubou o presidente democraticamente eleito, João Goulart. Durante a ditadura militar, o país foi marcado por uma série de restrições às liberdades civis, censura à imprensa, perseguições políticas e violações dos direitos humanos. A censura era uma prática comum, com a supressão de informações e a proibição de críticas ao regime e, para nós, isso sugere que o filme ganha uma relevância particular em um contexto de ditadura, expandindo seu significado. Isso ocorre porque o filme nos permite refletir sobre o passado a partir da perspectiva do presente, convidando o espectador a adotar uma postura crítica em relação aos eventos históricos. Ao fazer isso, o filme ressoa com momentos significativos de nossa história, trazendo à tona reflexões sobre o período da ditadura e suas implicações, quer dizer, é uma forma de como, no presente, olhamos para o passado, nos colocando em uma posição crítica, pois traz ecos de momentos de nosso país.

Ainda, considerando que o filme foi produzido duas décadas após a publicação póstuma do livro de Graciliano Ramos, podemos dizer que o filme assegurou a disseminação da injustiça ocorrida com o autor, trazendo o tema à lume para debate, como maneira de incitar pensamento crítico no público, principalmente àqueles que porventura não tiveram condições de ler quase setecentas páginas da obra, mas que se interessaram pelo tema. O diretor Nelson Pereira dos Santos é, inclusive, um nome reconhecido no mundo cinematográfico, tendo inúmeros filmes em seu currículo, inclusive Vidas Secas, obra também de autoria de Graciliano Ramos. Dito isso, entendemos que o diretor se interessava pelas narrativas de cunho crítico e denunciativo de Graciliano Ramos, bem como entendemos que, o fato de ambos terem participado do partido político PCB –

Partido Comunista Brasileiro¹⁶, são indícios de uma forte relação de identificação dos pensamentos do diretor de cinema com os pensamentos do autor literário.

A fim de colocar em prática seus desejos de criação do filme, o diretor leu e estudou atentamente a obra, não só pela questão de decidir o que seria demonstrado no filme, mas como quais atores exerceriam melhor o papel dos personagens narrados por Graciliano Ramos. Para o elenco principal, temos destaque na escolha dos atores Carlos Vereza como o protagonista que interpreta Graciliano Ramos e Glória Pires como escolha de atriz para interpretar a segunda esposa de Graciliano Ramos, Heloísa. Quem teve a oportunidade de ler o livro e assistir ao filme pode notar que o diretor manteve a maior parte dos personagens e acontecimentos mais marcadamente narrados na obra literária, mas por questões de adaptação que são inerentes ao campo do cinema, foi preciso sintetizar alguns acontecimentos para que o filme tivesse espaço para minimamente retratar a grandeza das memórias de Graciliano Ramos sem comprometer a narrativa da obra literária original.

Entretanto, uma das diferenças principais entre as duas obras de arte se dá no fechamento. Já no que diz respeito ao final do filme, entendemos que, como uma forma de homenagear Graciliano Ramos, o diretor optou por um final alternativo: no lugar de retratar Graciliano Ramos lançando seus escritos iniciais de memórias aos domínios do mar, Nelson Pereira planejou uma realidade alternativa em que, antes de ser posto em liberdade, os rascunhos de Graciliano Ramos foram distribuídos entre os colegas encarcerados, para que de alguma maneira cada um deles tivesse uma folha, uma parte de suas memórias. Por fim, nos é possível ver a tão ansiada cena de Graciliano Ramos sendo posto em liberdade.

2.2 O diálogo transversal da Memória em Memórias do cárcere

Tendo apresentado a obra e a produção cinematográfica que dela desdobrou, gostaríamos nesse momento de salientar que, conforme já mencionamos em momento anterior, intentamos mirar nossas problematizações não apenas nos campos da Literatura, da Psicologia, da História, ou outro campo

¹⁶ Essa informação consta em Moraes, 2012.

disciplinar, mas caminhar transdisciplinarmente e transversalmente no campo teórico da Memória. Para isso, é necessário situarmo-nos em relação ao nosso lugar de fala e da enunciação do nosso posicionamento, no caso, o campo de estudos da Memória Social, considerando o entrecruzamento de saberes que convergirão em nossas análises e interpretações.

No caso de Memórias do cárcere, entendemos que as memórias construídas, ao longo do texto, não são apenas relativas às experiências individuais, de cunho pessoal, de Graciliano Ramos, mas sim vivências compartilhadas de todos aqueles e todas aquelas que fizeram parte do coletivo social nas prisões que em conjunto configuram um percurso de vida marcado sobretudo por ameaças constantes e ainda esforços para garantir a sobrevivência. De acordo com Halbwachs (2004, p.30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

Quer dizer, o exercício de lembrar, ao escrever essas “memórias de um cárcere”, foi ancorado pelas interações, conversas e testemunhos daqueles que compartilharam aquele passado vivido pois entendemos que, em nossa perspectiva da memória, embora só o indivíduo tenha a capacidade de lembrar, as memórias individuais não existem isoladamente; elas são moldadas e influenciadas pelas relações sociais e contextos culturais em que os indivíduos estão inseridos. Segundo os argumentos de Halbwachs, a memória é uma construção social e as lembranças de um indivíduo são moldadas pela sua participação em grupos sociais e pela maneira como esses grupos estruturam as lembranças coletivas.

Nesse contexto, as memórias individuais são formadas a partir de quadros disponibilizados pelo meio social que seriam os “quadros sociais da memória” (Halbwachs, 2011), ou seja, são as estruturas sociais, grupos e comunidades que fornecem o contexto e o significado para nossas memórias individuais. O autor ainda enfatiza que a memória é um processo dinâmico e interativo, em que as lembranças individuais são influenciadas por lembranças compartilhadas pelos grupos ao qual pertencem.

Além disso, a maneira pela qual Graciliano Ramos dá forma às operações de lembrança e esquecimento de suas memórias é nada mais nada menos, que pela linguagem, já que o ser humano, ao se expressar através da linguagem, atualiza as memórias coletivas dos grupos sociais nos quais participou, permitindo a construção

do passado a partir do presente. A linguagem, para Halbwachs, é expressão da memória coletiva. A análise da linguagem somente no indivíduo, se fosse possível, se resumiria a um movimento corporal de articulação. O indivíduo, ao se expressar através da linguagem, revisita as memórias coletivas dos grupos sociais nos quais participa/participou, permitindo a reconstrução do passado sobre o presente. Nesse sentido, o sujeito busca no seu universo interior, nas suas experiências passadas, o significado para o momento presente, fazendo suas palavras terem sentido na sociedade através de suas memórias. Além disso, não há lembrança fora da linguagem:

Não podem existir recordações que não se relacionem com as palavras. Falamos de nossas lembranças para evocá-las; essa é a função da linguagem e de todo o sistema de convenções que a acompanha e é o que nos permite reconstruir a todo momento nosso passado (Halbwachs, 2011, p. 324)¹⁷.

A essa altura da nossa problematização, poderíamos admitir que a memória, tanto em relação à lembrança quanto ao que diz respeito ao esquecimento, tem um caráter seletivo em virtude de não ser possível construir todos os eventos ocorridos. Além disso, o processo de seleção na memória é moldado por narrativas dominantes ou hegemônicas dentro de uma sociedade ou grupo social específico. Certas histórias ou versões dos eventos podem ser privilegiadas e perpetuadas, enquanto outras são negligenciadas ou silenciadas: é o que chamamos de memória oficial.

O conceito de memória oficial a que nos referimos, cunhado por Michel Pollak (1989), se refere à construção e difusão de uma versão particular do passado, muitas vezes moldada de acordo com os interesses de grupos ou instituições específicas, como governos, autoridades, elites ou outros detentores de poder. A memória oficial tende a enfatizar certos eventos, narrativas e perspectivas enquanto negligencia ou minimiza outros aspectos que podem ser considerados inconvenientes, controversos ou desfavoráveis.

¹⁷ Do original: No pueden existir recuerdos que no se relacionen con las palabras. Hablamos de nuestros recuerdos para evocarlos; ésa es la función del lenguaje y de todo el sistema de convenciones que lo acompaña y es lo que nos permite reconstruir en cada momento nuestro pasado

Segundo esse autor, a memória oficial não é uma representação neutra do passado, mas uma narrativa seletiva que serve a propósitos específicos. Ela pode ser usada para fortalecer a identidade de um grupo, legitimar regimes políticos, promover uma determinada visão da história ou até mesmo ocultar eventos ou práticas embaraçosas. Esse conceito destaca a relação entre memória e poder, mostrando como aqueles que controlam a produção e a difusão da memória têm a capacidade de influenciar a percepção coletiva do passado. A memória oficial muitas vezes entra em conflito com as lembranças individuais e outras formas de memória que podem divergir da narrativa dominante. Ou seja, a memória oficial é uma construção social que reflete os interesses e valores de grupos ou instituições dominantes, moldando a maneira como um determinado período histórico é lembrado e interpretado.

Nesse contexto, a obra Memórias do cárcere ainda ressalta a relação intrínseca entre memória e resistência (Liao, 2020), na concepção foucaultiana¹⁸ de resistência como criação pois, ao reconstruir as memórias das experiências carcerárias marcadas pela opressão política, a narrativa nos mostra como as memórias podem ser instrumentos de resistência contra regimes autoritários. Em certo sentido, o poder se dispersa em diferentes níveis e possibilita, aos sujeitos, a capacidade de resistir, sendo a resistência uma manifestação da memória, ou ainda, uma dobra de memória, já que, de acordo com Gondar (2003, p. 35),

Ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para constituir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento.(...) É nesse momento que a memória, até então assujeitada ao poder ou, no máximo, emergindo como instrumento de denúncia, passa a ser vista como uma estratégia autônoma de resistência: ela é capaz de fazer uma deriva no saber e no poder instaurando uma independência em relação a eles.

¹⁸ A resistência, na concepção foucaultiana, não se limita a ações revolucionárias ou confrontos abertos, mas pode ocorrer de maneiras mais sutis e cotidianas. Isso inclui práticas individuais ou coletivas que questionam, subvertem ou rejeitam as formas de poder e controle existentes, buscando criar novas possibilidades de ser e agir: em vez de apenas reagir ao poder, a resistência como criação busca transformar as condições de possibilidade em que o poder opera.

Nesse sentido, entendemos a escrita de Memórias do cárcere enquanto resistência criativa ao poder, pois a sujeição viabiliza que a pessoa nessas circunstâncias recorra a estratégias de domínio, valendo-se de recursos assistenciais, como a criação. Ainda, insta salientar que formas de resistência variam em resposta às maneiras pelas quais o poder é imposto às pessoas em situações de dominação, representando, nesse contexto, uma via possível para a construção de subjetividades. Foucault (1979, p. 91-92) nos diz que “não há relações de poder sem resistências; estas são, na mesma medida, mais concretas e eficazes, pois emergem exatamente onde as relações de poder são exercidas”. Ou seja, as manifestações da memória geradas pela resistência em condições de sujeição não são apenas respostas ativas à sujeição, mas também mecanismos que produzem “uma multiplicidade de maneiras de subjetivar-se. Assim, mais do que assegurar a preservação do passado, a memória pode ser encarada como uma aposta no futuro” (Gondar, 2003, p. 42).

2.3 Produzindo sentidos: uma abordagem hermenêutica

Um outro aspecto de nossa pesquisa que gostaríamos de mencionar se refere ao da metodologia que escolhemos para nos guiar: a Hermenêutica.

Segundo Palmer (1969, p. 23), o termo "hermenêutica" tem suas origens no grego "hermeneuein", que se traduz como interpretar. Além disso, há sugestões de que essa palavra esteja conectada ao deus grego Hermes, o qual tinha a função de intermediário entre os deuses e os humanos e era responsável por traduzir e comunicar mensagens divinas de uma forma que pudesse ser compreendida pela mente humana. Ainda, há registros de que Platão e Aristóteles foram os primeiros a abordar questões de interpretação textual e filosófica: Aristóteles discutiu a arte de persuadir através da interpretação eficaz dos discursos, lançando as bases para a compreensão do processo interpretativo. Essa associação sugere que a hermenêutica não se limita simplesmente à interpretação de textos, mas também implica uma espécie de tradução ou transformação do conhecimento, tornando-o acessível e compreensível para as pessoas.

Com o passar dos anos a Hermenêutica passou por transformações significativas e no século XIX, com a crescente complexidade dos textos literários e

filosóficos, hermenêuticos como Friedrich Schleiermacher (2010) e Wilhelm Dilthey (1947) redefiniram a abordagem interpretativa: Schleiermacher introduziu a ideia de “compreensão empática”, enfatizando a necessidade de entender o contexto cultural e as intenções do autor para uma interpretação precisa. Dilthey, por sua vez, concentrou-se na importância de entender as experiências humanas que estão por trás de textos. Em outras palavras, ele enfatizava que para compreender adequadamente algo produzido pelos seres humanos, como um texto literário, uma pintura, ou até mesmo uma ação ou expressão individual, é necessário considerar o contexto cultural, social e emocional em que essas expressões ocorreram. De acordo com esse autor,

Chamamos compreensão o processo pelo qual as manifestações sensíveis dadas nos revelam a vida psíquica mesma; chamamos exegese, a arte de compreender as “manifestações da vida”; chamamos hermenêutica esta técnica de interpretação das manifestações vitais fixadas por escrito (DILTHEY apud REIS, 2003, p. 193)

Posteriormente, Heidegger (1964) desenvolveu uma Hermenêutica que se baseava na relação fenomenológica da existência humana, enfatizando que a compreensão e a interpretação são aspectos essenciais da experiência humana. Suas ideias foram posteriormente ampliadas por Gadamer (1977) em sua obra *Verdade e Método*, no qual ele propôs uma interconexão entre hermenêutica, estética e filosofia. Segundo Gadamer, a interpretação não é apenas um método, mas uma expressão da própria condição humana: o intérprete, ao se aproximar de uma obra, já está inserido no horizonte de significados aberto por ela, o que ele chama de “círculo hermenêutico”. Assim, a interpretação não é apenas uma atividade passiva, mas sim um processo ativo e produtivo, que envolve a relação do intérprete com a tradição cultural da qual faz parte. É essa compreensão da interpretação como um ato criativo que fundamenta sua utilização neste estudo.

Nesse estudo, nos aproximamos do pensamento de Paul Ricoeur (1988), cuja abordagem sobre a Hermenêutica destaca que os modelos literários não reproduzem a realidade, mas também a questionam. Nessa perspectiva, a Hermenêutica assume o papel de interpretar os significados que surgem por meio da linguagem. O autor argumenta que interpretar elucidar os sentidos possíveis que emergem a partir de uma profunda reflexão sobre eles. Seguindo essa linha de

raciocínio, é possível entender que a Hermenêutica busca interpretar os significados potenciais presentes nos textos. Na perspectiva hermenêutica de Ricoeur, o texto representa a fixação ou substituição do discurso oral pela escrita.

Ricoeur desafia a dualidade proposta por Dilthey entre explicação (tipicamente associada às ciências naturais) e compreensão (tipicamente associada às ciências humanas), propondo que essas abordagens não sejam vistas como opostas, mas sim como complementares e interdependentes (Ricoeur, 1978). Na realidade, ao adotar a abordagem hermenêutica, Ricoeur se distancia da corrente predominante entre filósofos, sociólogos, antropólogos e historiadores na França¹⁹, que tendiam a favorecer o estruturalismo, abordagem teórica que busca identificar e analisar as estruturas que organizam os elementos de um sistema, seja ele linguístico, cultural, social ou psicológico.

Embora reconheça o valor da análise estrutural na filosofia, Ricoeur não aceita integralmente os princípios dessa abordagem. Em vez disso, ele busca integrar a compreensão das estruturas com a interpretação dos significados e das experiências humanas, enfatizando a importância do contexto e da narrativa na compreensão do mundo e do ser humano. Ricoeur argumenta que a análise estrutural, embora útil para identificar padrões e regularidades, por si só é insuficiente para compreender plenamente a complexidade da experiência humana. Ele defende uma abordagem hermenêutica que reconhece a importância das interpretações, narrativas e símbolos na construção do significado, buscando uma síntese entre a análise estrutural e a interpretação hermenêutica para uma compreensão mais completa da realidade.

No entanto, é importante ressaltar que as interpretações podem variar de acordo com o ponto de vista e as reflexões de cada leitor, o que leva a diferentes abordagens e compreensões do mesmo texto. A interpretação decorre da ação do leitor diante da escrita, ou seja, a escrita mobiliza sensações que influenciam no processo de produção de sentido, bem como das reflexões produzidas, visto ser compreendida como uma interação entre o leitor e o texto. Essa dimensão da escrita, mobilização visando a interpretação, está contemplada no âmbito da Hermenêutica. Aprofundando a questão da Hermenêutica como ferramenta fundamental no processo de interpretação, Ricoeur (2009, p. 47) assinala que:

¹⁹ Na França, o estruturalismo foi uma corrente predominante entre filósofos e outros estudiosos do século XX, influenciando diversas áreas do pensamento e da pesquisa acadêmica.

[...] com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. A dissociação da significação verbal do texto e da interação mental do autor dá ao conceito de inscrição o seu significado decisivo, para além da mera fixação do discurso oral prévio. A inscrição torna-se sinônimo de autonomia semântica do texto, que resulta da desconexão do autor relativamente ao significado verbal do texto. Em relação ao que o autor quis dizer e ao que o texto significa. A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa agora mais do que o que o autor quis dizer, quando escreveu.

Ou seja, Ricoeur sugere que, quando um autor escreve um texto, ocorre uma dissociação entre a intenção original do autor e o significado do texto pois enquanto o autor tem uma intenção específica ao escrever, essa intenção pode não coincidir completamente com o significado que o texto adquire para seus leitores. Essa dissociação é ampliada pela inscrição do discurso por escrito. A inscrição, ou seja, a transformação do discurso oral em texto escrito, confere ao texto uma autonomia semântica, o que significa que o texto adquire sua própria vida e significado independentemente da intenção original do autor.

Assim, Ricoeur argumenta que o significado do texto se torna mais importante do que a intenção original do autor, o que o texto significa para seus leitores e como é interpretado ao longo do tempo passa a ter maior relevância do que o que o autor pretendia comunicar no momento da escrita. Essa mudança de foco destaca a complexidade e a riqueza da interpretação textual

Ainda, nesse estudo sobre Memória do cárcere, coadunamos com a ideia de que as obras literárias não funcionam como uma reprodução: a Hermenêutica tem a incumbência de interpretar e não reproduzir os sentidos que foram originados por meio da linguagem. Em seu modo de entender, “interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto” (Ricoeur, 1988, p. 121), ou seja, é possível admitir, seguindo essa linha de raciocínio, que a Hermenêutica busca elucidar sentidos possíveis pois houve, *a priori*, uma profunda operação de atenção sobre os mesmos. É por essa razão que se estabelecem diferenças entre as interpretações: cada leitor interpreta com base em sentidos que dependem de seu ponto de vista, das ferramentas de que dispõe para leitura, de seu universo subjetivo e das condições sócio históricas. A interpretação decorre da ação do leitor diante da escrita, ou seja, a escrita mobiliza sensações que influenciam no processo de

produção de sentido, bem como das interpretações produzidas, visto ser compreendida como uma interação entre o leitor e o texto:

A interpretação de um texto se completa na interpretação de si de um sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou mesmo começa a se compreender (Ricoeur, 1978, p. 152)

Depreende-se, assim, que uma vez que a escrita constitua um texto, a possibilidade de significação deve ser aberta a inúmeros interlocutores do mesmo modo que a produção de interpretações, pois em um texto é possível serem produzidas inúmeras leituras dependendo da maneira como, no leitor, são mobilizadas as condições de sensibilidade. Nesse sentido, a interpretação, leia-se, a produção de um sentido possível, constitui-se como uma etapa complementar à escrita e, enquadrando a questão por esse viés, a própria narrativa que acontece por intermédio da escrita pode ser considerada um primeiro tempo da atividade interpretativa ao qual se segue a ação do leitor ou qualquer destinatário da obra que inclusive pode ser o próprio narrador.

Ainda segundo o autor:

Toda a interpretação se propõe vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural passada, à qual pertence o texto, e o próprio intérprete. Ao superar esta distância, ao tornar-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho ele quer torná-lo próprio, isto é, fazê-lo seu; é, portanto, o engrandecimento da própria compreensão de si mesmo que ele persegue através da compreensão do outro. Toda a hermenêutica é assim, explícita ou implicitamente, compreensão de si mesmo através do desvio da compreensão do outro (Ricoeur, 1978, p. 18)

Com base na proposta de Ricoeur, notamos que é necessária uma interpretação que leve em consideração uma distanciação do texto, visando manter a distância entre o supostamente vivido e o contado remetendo o sentido interpretativo ao ato de compreender e compreender-se na obra. Ou seja, ao propormos uma interpretação para os vestígios de memória presentes na obra, nós enquanto leitores temos a possibilidade de nos encontrarmos conosco por meio de uma leitura que fazemos do outro, ou seja, tencionamos nos incluir como intérpretes, a fim de compreender a nós mesmos enquanto sociedade e

subjetividades já que “quanto mais o ser se compreende melhor ele se explica” (Ricoeur, 1989, p. 61) e porque

Ler é, em qualquer caso, entrelaçar um discurso novo com o discurso do texto. Esta imbricação de um discurso com outro põe em destaque, na própria constituição do texto, sua capacidade original de ser reconsiderado, seu caráter aberto. A interpretação é o resultado concreto desta imbricação e desta reconsideração (Ricoeur, 1999, p. 74)

Assim, apresentamos a questão da interpretação hermenêutica, conceito que norteará nossos estudos, com base na obra de Paul Ricoeur e que nos é relevante para discutir os discursos e interpretações possíveis na obra Memórias do cárcere.

Dado o exposto até então, notamos que a obra e a maneira como as temáticas de prisão (injusta) em um contexto sociopolítico determinado, e de construção de memória são colocadas na narrativa de Memórias do cárcere se mantêm atuais em um mundo que supostamente está em constante modificação e evolução: ao lermos as narrações, ou seja, na interação do texto conosco enquanto leitores, compreendemo-las relevantes e atuais, e é nesse pensamento que baseamos nossa empreitada a partir daqui.

3 O HOMEM POR TRÁS DA PENA

Nesse capítulo, focalizaremos a figura subjetiva de Graciliano Ramos, explorando as camadas de complexidade por trás do homem que deu vida a palavras tão profundas e envolventes. Graciliano Ramos, para além de suas obras literárias notáveis, também traz consigo uma história pessoal rica em experiências e perspectivas que enriquecem e informam sua escrita. Ao adentrar os elementos que moldaram sua vida, suas convicções e suas interações com a sociedade, buscaremos compreender melhor um dos objetivos de nosso estudo, que é o de compreender como o narrador de *Memórias do cárcere* constrói a narrativa da experiência prisional. Assim, pretendemos também, nesse capítulo, olhar mais atentamente para as circunstâncias que culminaram na prisão do autor de *Memórias do cárcere*.

3.1 O autor de uma história presumivelmente verdadeira

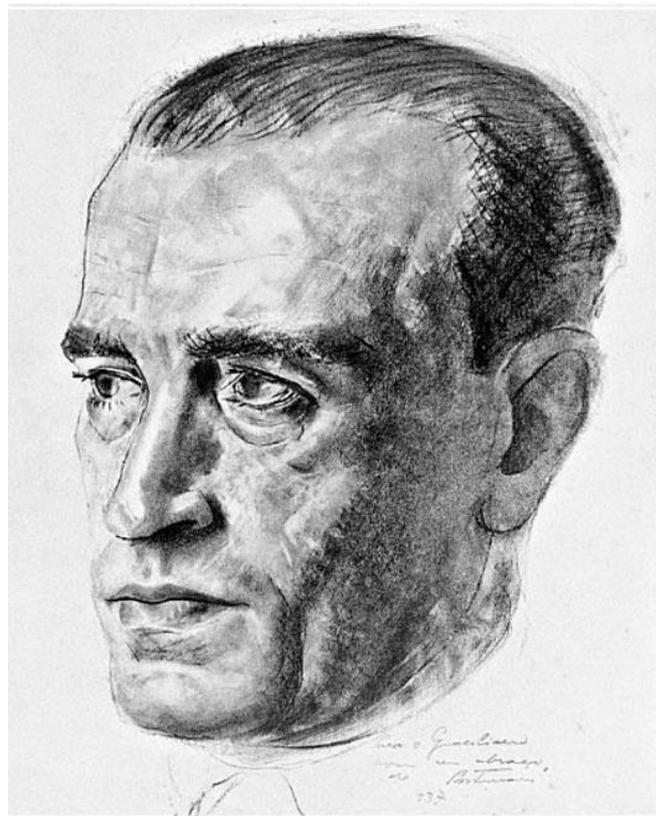
No cerne deste estudo, encontra-se a figura literária de Graciliano Ramos, um dos mais proeminentes escritores brasileiros do século XX. A riqueza e profundidade das suas obras reverberam não somente nas páginas impressas, mas se estendem para além do texto, ou seja, as obras desse autor têm um impacto mais amplo e profundo na compreensão e na representação das experiências humanas, abordando temas e questões que ressoam com a vida das pessoas de maneiras variadas e significativas. Graciliano Ramos transcende a mera designação de escritor para se tornar um cronista da alma humana em suas múltiplas facetas. À medida que este capítulo se desenrola, exploraremos as nuances da vida e da obra *Memórias do cárcere*, mergulhando em passagens de sua biografia, a fim de aprofundarmos na narrativa dessa história “presumivelmente verdadeira”.

Concordamos com Candido (2006, p. 49) quando diz que “apesar de a crítica mais em voga (...) afirmar que a obra vale por si, e em si mesma deve ser considerada, independente da pessoa do escritor, não nos furtamos à curiosidade que este desperta”. Dessa maneira, damos início a um breve passeio pela história

de vida do referido autor de Memórias do cárcere, a fim de preparar o terreno para a discussão mais detalhada da influência de acontecimentos na vida do autor na criação da obra mencionada.

Graciliano Ramos de Oliveira foi e sem dúvida ainda pode ser considerado dono de uma história singular, não apenas no exercício do papel de escritor renomado da literatura brasileira, mas no papel de quem nos possibilitou observar de perto dores, angústias, magistral intelecto e criatividade. A título de ilustração, apresentamos Graciliano Ramos pelas mãos de Cândido Portinari, amigo pessoal do autor em questão. O desenho, feito a carvão e crayon sobre papel, foi criado em 1937, três meses após a saída de Graciliano da prisão, e rendeu o seguinte comentário de Graciliano Ramos à esposa: “Não sei se já lhe disse que Portinari me fez um retrato maravilhoso. Bandeira me disse há dias que muita gente anda com dor-de-corno por causa desse retrato. É formidável” (Moraes, 2012, p. 156):

Figura 1 – Retrato de Graciliano Ramos



Fonte: Moraes (2012).

Em entrevista a Homero Senna, certa vez, Graciliano Ramos afirmou: “nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou” (Ramos, apud Senna, 1978, p. 55). Ora, se estamos a nos debruçar sobre os escritos, notas, apontamentos, esboços de Graciliano Ramos que resultaram na obra *Memória do cárcere*, insta conhecermos quem era Graciliano a fim de tentar, dentro do possível, compreender o que escrevia, pois em nossa concepção há a relação de correspondência entre fatos biográficos de Graciliano Ramos e os escritos do narrador de *Memórias do cárcere*, quer dizer, entendemos que elementos da vida do autor podem ser identificados ou percebidos em suas obra literária. Embora autor e narrador façam parte de mundos distintos, conforme veremos com mais detalhes no capítulo 5 desse estudo, entendemos que há uma sobreposição desses mundos, ou seja, é inegável a conexão que há entre os fatos da vida de Graciliano Ramos e o que foi descrito pelo narrador.

Jorge Semprún (1995), em *L'Écrit ou la vie*²⁰, compartilha suas reflexões sobre a relação entre a experiência de vida e a escrita, especialmente no contexto do Holocausto e dos campos de concentração nazistas, dos quais ele foi sobrevivente. Nesse momento, ressaltamos com veemência que não nos propomos a igualar as experiências de cárcere de Graciliano Ramos com o contexto do Holocausto. Entretanto, consideramos que quando Semprún aborda a questão da linguagem como uma ferramenta para tentar expressar e compreender o trauma, o horror e a experiência da morte em um ambiente tão extremo, assim como explora como as palavras podem se tornar insuficientes ou inadequadas para capturar plenamente a realidade dos horrores vivenciados nos campos de concentração, a escrita, nesse sentido, torna-se uma tentativa de dar sentido ao indizível, de testemunhar a experiência e de evitar que as atrocidades sejam esquecidas.

Trazemos o texto de Semprún a lume no sentido de que ele explora como a literatura pode ser uma maneira de dar voz às vítimas e aos sobreviventes, de resistir ao esquecimento e de compreender as complexidades da experiência humana em situações extremas. E é assim que nos referimos a *Memórias do cárcere*: uma tentativa de narrar experiências que são da ordem do indizível (Liao, 2020).

²⁰ Este livro foi traduzido para a língua portuguesa sob o título: *A escrita ou a vida* e publicado pela Editora Companhia das Letras em 1995.

Dado o breve, mas necessário parêntese, damos continuidade à apresentação da pessoa de Graciliano Ramos. Por razões de organização, vamos começar do começo: Graciliano Ramos nasceu na cidade de Quebrângulo²¹, em Alagoas, em 27 de outubro de 1892. O Brasil nessa época já tinha como pano de fundo uma crise econômica, oriunda dos resquícios de escravidão de pessoas negras agora libertas, disputas políticas por poder, atmosfera de incerteza, já que fazia apenas três anos que a República havia sido proclamada (Moraes, 2012, p. 31), em uma espécie de golpe militar que pôs fim ao Regime Imperial para a implantação do Regime Republicano.

Tendo nascido na região Nordeste, Graciliano Ramos foi também exposto às dificuldades da vida no agreste desde seus primeiros anos de vida, fazendo parte de uma família de classe média, que em razão dessas dificuldades migrou para diversas cidades da Região Nordeste, tais como Buíque, no Estado do Pernambuco e Viçosa, Palmeira dos Índios e Maceió, essas três últimas no Estado de Alagoas.

Era o primeiro dos dezesseis filhos de Sebastião Ramos de Oliveira, dono de uma pequena loja de tecidos e Maria Amélia Ramos, mãe compartilhada com mais quinze irmãos. Segundo nos conta em *Infância* (Ramos, 1995, p. 12):

Foi o medo que orientou nos primeiros anos, pavor. Depois as mãos finas se afastaram das grossas, lentamente se delinearam dois seres que me impuseram obediência e respeito. Habituei-me a essas mãos, cheguei a gostar delas. Nunca as finas me trataram bem, [...]. As grossas muito rudes, abrandavam em certos momentos.

Conforme podemos depreender da passagem acima, a mãe, na forma de “mãos finas” e o pai na forma de mãos grossas” evocam em Graciliano Ramos

²¹ Quebrangulo é um município do Estado de Alagoas, com população de 11.289 habitantes, de acordo com informações do último Censo do IBGE. É uma cidade da antiga Zona da Mata, situada na região norte do Estado e, atualmente, faz parte da microrregião de Palmeiras do Índios. Sua área territorial é de 342 km², distando 115 quilômetros da capital. A cidade apresenta uma particularidade: é entrecortada por pontes sobre os rios Paraíba do Meio e o Quebrangulinho, não tendo sido planejada quando começou o processo de povoamento. Mesmo assim, as ruas obedecem a uma estética que tem como característica o aspecto retilíneo e simétrico. Cabe observar que suas ruas foram construídas de modo a conformar uma configuração em cruz, provavelmente sendo esta uma alusão ao sentimento de religiosidade dos seus habitantes.

menino uma imagem de medo em oposição a imagem parental de carinho ao intentarem impor obediência e respeito.

Tendo tomado gosto pelos livros em certa altura de sua vida, era disciplinado e considerava de extrema importância o estudo da Língua Portuguesa, bem como de outras línguas adicionais, como Latim, Inglês, Francês e Italiano, além de ter relação estreita com os dicionários, como podemos observar em suas palavras na biografia escrita por Moraes (2012, p.42): “Dicionários, para mim, nunca foram apenas obras de consulta. Costumo lê-los e estudá-los. Como escritor, sou obrigado a jogar com as palavras, preciso conhecer-lhes o valor exato”.

Já adulto, em 1914, tomou a decisão de mudar-se para o Rio de Janeiro, conforme anuncia em carta para o pai, e dá início ao seu ofício de escritor:

Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso (Ramos, apud Moraes, 2012, p. 52)

Ao chegar na cidade do Rio de Janeiro, à época capital federal, trabalhou como jornalista em diferentes meios de comunicação, como a Revista Ilustrada O Malho²² e o *Jornal Correio da Manhã*²³, até regressar para o Nordeste em 1915, devido a tragédias familiares, pois em um só dia, morreram uma irmã e dois de seus irmãos (Otacília, Leonor e Clodoaldo), além da mãe e outra irmã estarem em estado grave, vítimas de peste bubônica.

²² O periódico “O Malho”, uma revista ilustrada, se distinguia por incorporar em suas matérias um tom de humor e sátira política. Lançado em 1902, o periódico era marcado por sua ênfase na sátira política e no humor. Embora mantivesse tendências conservadoras, especialmente na esfera governamental, a revista circulou por mais de meio século, passando por um período de interrupção durante a ditadura estabelecida por Getúlio Vargas em 1930. Sua maior notoriedade derivava das charges e caricaturas que tinham como objetivo zombar e criticar a política nacional. Cabe acrescentar um detalhe importante: as sátiras políticas produzidas pelo periódico repercutiram na política parlamentar, sendo os posicionamentos da revista considerados de autoria subversiva de seus proprietários. Mesmo assim, a revista gozava de grande prestígio no meio da divulgação de informações.

²³ O jornal brasileiro “Correio da Manhã”, durante sua primeira fase de publicação no Rio de Janeiro, abrangeu o período de 15 de junho de 1901 a 8 de julho de 1974. Fundado por Edmundo Bittencourt, o jornal orgulhava-se de priorizar a divulgação de informações em detrimento de expressar opiniões. O periódico desempenhou um papel de oposição à elite no poder, o que resultou em diversas ocasiões de seu fechamento, juntamente com a prisão de seus proprietários e líderes por parte das autoridades estatais. Sua primeira edição foi lançada em 15 de junho de 1901, uma época marcada por agitações sociais significativas no Brasil, devido à implementação do regime republicano, que herdou as complexidades do passado colonial.

Ao retornar da cidade do Rio de Janeiro, fixou residência cidade de Palmeira dos Índios. Nessa época casa com sua primeira esposa, Maria Augusta de Barros, e volta a trabalhar na loja de tecidos do pai, mas os presságios da morte que já fazem parte de sua experiência de vida retornam, já que sua esposa vem a falecer em 1920, no nascimento do quarto filho, apenas cinco anos depois do casamento.

Em 1927 disputou a eleição para a Prefeitura de Palmeira dos Índios, sendo eleito prefeito, cargo que exerceu por dois anos, devido às grandes contradições a que se impunha: realizar tarefas burocráticas, vendo-se na iminência de abrir mão de seus ideais revolucionários. Apesar de ser apoiado pelo governador do Estado, renunciou ao cargo de prefeito em 10 de abril de 1930, por motivos que admite não muito ortodoxos: “quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas”²⁴.

Ainda de acordo com Moraes (2012), Graciliano focou nos negócios, que não andavam bem, já que a seca dificultava a plantação de algodão e favorecia a inflação da cotação do mesmo, além de favorecer o cenário de pobreza e emigração para outras regiões do Brasil, o que acabou abrindo espaço para a expansão e domínio do coletivo de cangaceiros em várias regiões dos Estados do Nordeste Brasileiro.

Por volta de 1926, o bando de Lampião ameaçava a cidade de Palmeira dos Índios, e na opinião de Graciliano Ramos, ele é um ser “cruel (...). Se conservara ruim, porque precisa conservar vivo o sentimento de terror que inspira (...) vemos perfeitamente que o salteador cafuzo é um herói de arribação bastante chinfrim” (Ramos, 2011, p. 5). De opinião bastante afiada sobre a figura de Lampião, mas não apenas escondido por trás das palavras, na época Graciliano e outros amigos mobilizaram moradores da cidade para cavar trincheiras e fazer barricadas para proteger a cidade, e inesperada resistência levou Lampião a mudar de rumo, indo em direção a Mossoró, município do interior do Rio Grande do Norte.

Embora fosse pessoa de opiniões marcadas, nessa época não tinha definido uma militância partidária ainda. Entretanto, Graciliano Ramos acabou incumbindo-se de duas funções políticas: conforme mencionado, uma enquanto prefeito de

²⁴ O trecho faz parte de um autorretrato e consta do Site oficial do Escritor Graciliano Ramos. Disponível em: <<https://graciliano.com.br/autorretrato/>>. Acesso em: junho de 2023.

Palmeira dos Índios em 1927; e uma posteriormente, em 1933, como diretor da Instrução Pública (equivalente à atual Secretaria de Educação).

Antes de adentrarmos nesse pormenor, cabe adicionarmos um parêntese: nessa mesma época, estava andando pelas ruas da cidade quando esbarrou com Heloísa de Medeiros Ramos, jovem de dezoito anos que tirou o seu sossego pois foi amor à primeira vista, e com quem veio a se casar dois meses depois (Moraes, 2012).

Voltemos aos seus ofícios políticos. Enquanto prefeito, sua aventura na prefeitura da cidade teve fim prematuro pois dois anos após ter assumido renunciou para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado, em Maceió – de cujo ofício também pediu demissão em 1931, período em que passa a dedicar-se a escritura e publicação de dois de seus mais famosos livros, *São Bernardo* e *Caetés*. Podemos conjecturar que não deve ter sido tarefa das mais fáceis para um homem das letras trabalhar com burocracias, conforme observamos na expressão de seus desejos de renúncia em cartas para a esposa Heloisa apenas um mês após ter assumido o cargo de prefeito:

Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho na cabeça uns parafusos de menos, mas não sou imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio (Ramos, apud Moraes, 2012, p. 65).

Embora tenha permanecido no cargo por apenas vinte e sete meses, redigiu relatórios oficiais que, conforme suas próprias palavras, em carta a Raul Navarro²⁵ em 1937, um ano após ser posto em liberdade:

Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e *escrevi uns relatórios que me desgraçaram*. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão (Ramos, apud Peres, 2008. p. 123, grifo nosso).

Os relatórios elaborados por Graciliano Ramos no exercício de prefeito chamaram a atenção de Augusto Frederico Schmidt, um renomado editor carioca que o incentivou a publicar a obra *Caetés* (Moraes, 2012). Já no ofício de diretor da Instrução Pública, cargo que assumiu a convite do capitão Afonso de Carvalho,

²⁵ Um dos tradutores argentinos dos escritos de Graciliano Ramos.

tomava decisões da seguinte importância: suprimira das escolas a obrigatoriedade do hino, instituíra o fornecimento de alimentação e vestimenta aos alunos menos abastados, recusou-se a “passar” alunos que não obtivessem notas como favor a pessoas de considerada importância, ou seja, era contra favorecimentos, entre outros atos que prezavam pela melhoria no acesso à igualdade no campo da educação, além de ser contra favorecimentos e tráfico de influência (Moraes, 2012).

Não podemos esquecer que é nessa época (1930-1935) que o Brasil passa por outro momento intenso no campo político: a ascensão de Getúlio Vargas como presidente decorrente de um golpe de Estado. Quer dizer, nesse período, mesmo vivendo em Maceió, trabalhando como diretor da Imprensa Oficial, professor e diretor da Instrução Pública do Estado, ele não era uma pessoa despercebida das autoridades governamentais, principalmente em razão de suas ideias. Na opinião de Graciliano Ramos em carta para a mulher, explica:

Essa coisa de política é bobagem, e eu não entendo disso. (...) Não acredite nos boatos que aparecem por aí. Não há perigo, nenhum perigo. O pano desceu, está finda a peça. Eu, como tu sabes, não representei nenhum papel: sou miúdo demais (Ramos, apud Moraes, 2012, p. 94)

Graciliano Ramos estava parcialmente correto: o pano desceu, mas a peça estava longe de findar, já que foi durante o governo de Vargas que Graciliano foi preso, momento em que nos cabe focar na conjuntura de fatos que culminaram na prisão - prisão essa a que o narrador de Memórias do cárcere se refere - ainda em Alagoas, e assim permaneceu por onze meses, embora em diferentes ambientes prisionais. De acordo com Nelson Werneck Sodré, historiador que prefaciou Memórias do cárcere:

Não foram os problemas locais que determinaram a prisão de Graciliano; foram questões de ordem ideológica. Na Instrução Pública, ele seguia à risca os seus princípios, era igual para todos, premiava os que mereciam, defendia os professores – era um homem de primeira ordem. Havia desgostosos, pessoas que foram feridas em seus interesses. A tarefa de prendê-lo o oficial a executou a mando do general Newton Calvalcanti, cujo nome eu evito declinar para que não sobreviva ao esquecimento (...). Como comandante da 7ª Região Militar, e já adepto ao integralismo, tratou de fazer uma

limpeza de todos aqueles que suspeitava de serem simpatizantes do comunismo. Nesta leva foi apanhado o Graciliano (Sodré, apud Moraes, 2012, p. 112).

No âmbito nacional, o contexto histórico e político que compõe o cenário da prisão do autor é caracterizado pelo esfacelamento de setores contrários ao governo, resultante do clima de ditadura e repressão que se disseminou no país após os levantes de 1935. Com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, qualquer sinal de pensamento dissidente passou a ser considerado uma ameaça potencial e, muitas vezes, um crime, sendo duramente reprimido. Por outro lado, no âmbito internacional, é relevante lembrar que o mundo estava se encaminhando para um regime totalitário, com destaque para o partido alemão nazista, o qual angariou diversos seguidores, principalmente nos países europeus.

Certamente sem coincidência nenhuma, foi na função de diretor de uma instituição pública que um dia Graciliano Ramos começou a receber ligações telefônicas anônimas, cujo conteúdo versava sobre ameaças endereçadas a si. A essas ocorrências seguiu-se a visita de uma parente que fez alusão a “vários crimes” cometidos imputados a Graciliano. Há também que considerar, nessa conjuntura, os bilhetes de advertência de Alberto Passos Guimarães, ensaísta alagoano vinculado ao Partido Comunista, alertando-o de que chegou ao conhecimento do partido que Graciliano era uma pessoa visada. Essas ocorrências não foram potencialmente capazes de causar inquietação em Graciliano Ramos, a ponto de o preocupar. Esses fatos culminaram com um episódio ocorrido em março de 1936, às sete da noite, quando Graciliano Ramos recebeu em sua casa um oficial do exército para levá-lo preso. Curiosamente, esse agente estatal era o mesmo tenente que um mês antes fora à Instrução Pública, para intermediar um pedido de aprovação para uma sobrinha (Moraes, 2012), solicitação a qual Graciliano Ramos negou-se peremptoriamente a atender, dado seu julgamento de um pedido absurdo e infundado. O ato de prisão efetivamente se cumpriu e então Graciliano Ramos ficou custodiado em uma prisão no Estado de Alagoas, à espera de ser enviado ao Rio de Janeiro.

3.2 Descortinando a prisão de Graciliano Ramos

Uma particularidade acerca da prisão de Graciliano Ramos é evidenciada no documento da Polícia Civil do Distrito Federal, datado de 20 de março de 1936, haja vista que nos chama atenção justamente o fato de, entre as várias informações apresentadas no formulário, uma permanecer sem preenchimento, ou melhor, sem uma resposta, além da parte destinada a “Observações”, na qual poderiam ser acrescentadas informações importantes. Porém para os propósitos de nossa reflexão, nos deteremos apenas na lacuna não preenchida concernente ao motivo da prisão.

Indagamos qual teria sido o motivo que justificou a autoridade policial deixar essa lacuna em branco? A bem dizer, o fato de o agente estatal não ter preenchido essa lacuna e se ocupado do preenchimento das demais é assaz significativo, haja visto que uma incerteza ou mesmo um julgamento forçaram-no a tomar essa decisão. Podemos, sem dúvida, argumentar que essa lacuna é uma ausência, principalmente no tocante ao registro de uma detenção, que nos encaminha para pensar em duas hipóteses: em um caso, o agente estaria cômico do motivo pelo qual Graciliano Ramos teria sido preso e decidiu pela omissão; em outro, em meio a tantas divagações sobre o motivo da prisão, julgou que não caberia preencher a lacuna com qualquer tipologia criminosa, deixando, para quem encontrasse a ficha, o encargo de concluir a tarefa.

Por uma ou por outra ação decisória do agente estatal, uma questão se evidencia em forma de inquietação: por que razão o motivo que justificaria a prisão não aparece no documento? Quanto a esse vestígio deixado no documento, na concepção de vestígio de Ricoeur (1989), nos indagamos: estaríamos diante de um esquecimento? Da intenção proposital de não nomear uma causa para a acusação? Ou, simplesmente, não havia, na legislação do Código Penal Brasileiro, um artigo para qualificar e justificar a prisão de Graciliano Ramos? Teria sido uma ordem de uma autoridade que ocupava um cargo em um escalão superior do agente diante do embaraço e da repercussão que poderia ter a indicação de uma tipologia de crime que justificasse a prisão e detenção?

São perguntas que formulamos, todavia não temos respostas para as mesmas já que, conforme como pontua Le Goff (2006), trata-se de um documento e como em todo e qualquer documento, não há letra morta. Então, temos que considerar esse rastro, uma espécie de vazio, em sua importância para a

compreensão da prisão do autor e, assim, a omissão no preenchimento do documento pode estar relacionada, tanto às dificuldades das autoridades, quanto aos caprichos pessoais da autoridade máxima da nação à época. Sendo assim, a lacuna fala, de forma insistente e contundente, *per si*. Quer dizer, não podemos, em nenhuma hipótese, deixar de lado a significação da lacuna. É importante, a esse respeito, constatar no próprio documento o campo “motivo” do ato de prisão:

Figura 2: Registro de chegada ao Rio de Janeiro

POLICIA CIVIL DO DISTRICTO FEDERAL
DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANCA POLITICA E SOCIAL
SECÇÃO DE SEGURANCA POLITICA

Sr. Dr. Director do Gabinete de Identificação e Estatística.

Remetendo-vos a «individual datiloscópica» da pessoa a quem se referem as notas abaixo, rogo-vos me informeis o que a respeito da mesma constar neste Gabinete.

Nome: **Graciliano Ramos**

Idade: **43** annos, Naturalidade: **Alagoas**

Pai: **Sebastião Ramos** Mãe: **Maria Amelia Ramos**

Instrução: **sim** Profissão: **F. Publico** Est. Civil: **cas.** Residência: **R. da Caridade, 167-Maceio**

Côr: **branca** Motivo: _____ Data da identificação: **20-3-36.**

Observações: _____

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1936.

Graciliano Ramos
Firma da pessoa reconhecida

Fonte: APERJ, (1960?)

A lacuna referente ao motivo da prisão, nos interessa enquanto vestígio, já que um de nossos objetivos nessa tese é o de analisar vestígios de memória com vistas a compreender de que forma a narrativa da obra em questão opera a relação lembrança e esquecimento acerca das experiências no cárcere. No caso do documento acima, entendemos que, à medida em que é deixada sem preenchimento, suscita várias interpretações, especialmente no tocante à motivação que consumou o ato de prisão de um escritor já reconhecido nacionalmente.

É pertinente assinalar que, de fato, não havia motivos concretos para a prisão de Graciliano Ramos. Entretanto, justificativas desarrazoadas bastaram para sustentar a prisão que teve caráter completamente arbitrário, mas cujas consequências, como provavelmente de todo ato de prisão, resultaram em danos

peçoais e um alto custo subjetivo para o autor, que ao assumir a personagem de narrador, passou uma década hesitando quanto à sua disposição de trazer a lume ou não a situação vivida em uma espécie de enredo criado a partir da sua capacidade imaginativa e também das lembranças de pessoas e lugares que estavam ainda a sua disposição.

Uma linha acusatória com a pretensão de justificar a prisão de Graciliano Ramos aponta para o fato de que seus escritos continham opiniões subversivas, principalmente de denúncia social, na expressão de ideias que não se alinhavam ao pensamento político vigente à época, mobilizado em defesa da suposta expansão e dominação do comunismo no Brasil. Todavia, em seus romances, a personificação de suas personagens não continha qualquer espécie de ataque a quem quer que seja. Quer dizer, com sua escrita, Graciliano Ramos, além de não atacar nenhuma pessoa, adotava um modo crítico pautado em ironias, mas de forma bastante sutil.

Vale acrescentar que, algumas pessoas adeptas à ideia da prisão de Graciliano Ramos poderiam ainda sustentar o motivo baseado no ditado popular “diga-me com quem andas e te direi quem és”, já que era amigo de pessoas as quais, devido aos seus ideais, eram consideradas criminosas, tais quais Alberto Passos Guimarães (formalmente processado pela Lei de Segurança Nacional) e Raquel de Queiroz (também detida), entre outros nomes. De resto, a acusação poderia ainda ser estendida a dois de seus filhos, que eram filiados ao Partido Comunista, fato esse interpretado como certa cumplicidade pelo pai. No entanto, o fato concreto que teve um peso considerável na sua condenação recaiu na acusação de não patriotismo em razão de uma medida que suspendia a obrigatoriedade de cantar o hino nacional nas escolas. Mas nada disso foi alegado de fato.

Aproveitando o ensejo, gostaríamos de tecer algumas considerações mais específicas sobre a prisão de Graciliano Ramos, pois a detenção ocorreu em um momento de instabilidade política no Brasil e acreditamos que ao explorar as trajetórias e experiências carcerárias, podemos construir *insights* sobre as lutas políticas e sociais da época, contribuindo para uma análise do contexto histórico em que a obra está inserida. Ainda há de se falar no fato de a prisão ter sido um período de profunda reflexão para Graciliano Ramos. Ao nos determos em pormenores do ato de prisão, podemos entender melhor as motivações por trás das escolhas narrativas.

A trajetória tem início em um quartel do Exército ainda no Estado de Alagoas, seguida, posteriormente, pela transferência para uma prisão na cidade do Rio de Janeiro, no porão de navio, em companhia de pessoas criminosas. A obrigatoriedade e a imposição das autoridades no tocante à mudança de Estado, em um porão de navio, podem ser consideradas por diferentes ângulos:

1) significa uma prática de humilhação, principalmente para uma pessoa que tinha uma boa reputação e dispunha de boas condições econômicas;

2) representa um local de isolamento e de segregação; e,

3) demonstra o descaso e abandono, em termos de assistências, já que o porão era conhecido como o lugar do navio em que não havia ventilação, luz, condições higiênicas mínimas, além da obrigatoriedade de convivências com pessoas que praticaram delitos considerados de alta periculosidade.

A trajetória continua com sua prisão na casa de Detenção, na cidade do Rio de Janeiro, em que foi para o Pavilhão dos Primários. De acordo com a legislação da época, durante a atmosfera política instável que reinava no Brasil, o presidente Washington Luís determinou em decreto (Brasil, 1930) que o Pavilhão de Primários da Casa de Detenção do Distrito Federal seria destinado à detenção privativa e provisória de pessoas acusadas de crimes denominados de crime políticos em razão dos ideais das pessoas presas.

A trajetória de Graciliano Ramos continua com o posterior anúncio da sua transferência para a prisão na Ilha grande, momento em que Graciliano Ramos pondera: “Já me haviam feito andar em três Estados²⁶ e conhecer cinco prisões. Novas mudanças arbitrárias, inexplicáveis, chegariam” (Ramos, 2011, p. 330) e posteriormente finaliza na transferência para a Casa de Correção da Corte, na cidade do Rio de Janeiro, de onde foi liberado. Cabe aqui salientar uma contradição: a essa instituição prisional eram destinadas aquelas pessoas que, tendo cometido seus delitos, tivessem sido julgadas e condenadas por seus atos para cumprimento de uma pena por um período determinado. Entretanto, no caso do autor de Memórias do cárcere, não houve sequer acusação formal, que dirá mencionar processo e condenação, e mesmo assim foi nessa instituição que teve seus últimos dias como pessoa presa.

²⁶ Convém um esclarecimento sobre os três Estados mencionados: ao chegar do Estado de Alagoas, Graciliano Ramos foi para uma prisão na cidade de Niterói, à época capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo depois transferido para uma prisão no Rio de Janeiro no Estado da Guanabara.

Curiosamente, as autoridades brasileiras continuaram observando de perto os passos do cidadão Graciliano Ramos mesmo após a saída da prisão, conforme pode ser observado nos documentos que compõem o dossiê, que contam com notas sobre todos os seus atos, publicações, entrevistas, viagens, ou seja, as decisões de Graciliano Ramos após a saída da prisão foram de conhecimento público. Temos como alguns exemplos a pretensão de envio de uma carta endereçada a Getúlio Vargas, sobre a qual nos debruçaremos mais adiante; na década de 1940, o ingresso e filiação ao Partido Comunista Brasileiro²⁷, cujo nome que concentrava os ideais era o de Luís Carlos Prestes; em função dessa filiação partidária, marcou uma posição que não era repudiada e bastante temida no contexto político brasileiro, haja vista que a ideia de um regime comunista era defendida como ameaça e atentado aos bons costumes.

Em razão dessa filiação Graciliano Ramos realizou viagens a países europeus, tendo conhecido, à época, a extinta União Soviética, em 1952; entre outras decisões e acontecimentos, todos, devemos lembrar, vigiados de perto e anotados em seu prontuário. A título de ilustração, a chegada da viagem para a União Soviética e Tchecoslováquia pode ser observada na imagem abaixo:

²⁷ De acordo com Ricardo Ramos (2011, p. 94): “Um dia, comentando artigo de Carpeaux sobre Gramsci, larguei uma frase infeliz, aligeirada. Saíra de moda o teórico italiano. Meu pai veio com quatro pedras, defendendo [Gramsci], mencionando o muito que ele esclarecera sobre o papel do escritor. (É curioso observar, quando saíram as Memórias, as referências e aproximações foram Dostoiévski e Pellico, ninguém citou Gramsci). No entanto, ele falou com respeito incomum. Como se o ensaísta fosse a sua bíblia, rezasse por ela, dava a impressão de que era a própria raiz da sua opção partidária”.

Figura 3: O escritor Graciliano Ramos, terceiro da esquerda para a direita, e a comitiva do Partido Comunista chegando em Moscou



Fonte: Fundo Graciliano Ramos, IEB/USP.

Além da referida viagem, outras várias atualizações subsequentes podem ser encontradas, e seu prontuário só têm fim quando da última anotação: a morte de Graciliano Ramos.

Sobre esse fato, há um episódio a se mencionar. De acordo com Moraes (2012), três horas após a morte de Graciliano Ramos, uma voz anônima, de forma surpreendente - que depois se identificou como do Departamento de Ordem Política e Social - telefonou para a Casa de Saúde em que Graciliano Ramos estava internado e indagou se era verídica a informação do falecimento do referido autor, pois, de acordo com o interlocutor do Departamento de Ordem Política e Social, gostariam de inutilizar a ficha que compunha o prontuário de prisão de Graciliano Ramos. Quer dizer, a autoridade policial mostrou-se inquieta com o prontuário de um brasileiro que acabara de perecer, não no sentido de conservação para a posterioridade, mas simplesmente para um fim específico: a inutilização. Se atentarmos para essa palavra, somos levados a concluir que, uma vez tendo morrido Graciliano Ramos, as práticas de vigilância e controle não seriam mais necessárias, o que efetivamente não aconteceu, haja vista que seu prontuário só é elevado à categoria de arquivo em 1960, quase uma década após de sua morte.

Claramente, na lógica do DOPS e das autoridades estatais responsáveis pelo órgão, aprisionar um ser humano seria o suficiente para calá-lo, bem como estando a pessoa morta, suas ideias desvaneceriam, ou seriam objeto de um apagamento. Nesse momento, indagamos: o que será que pensariam os agentes estatais responsáveis pela repressão cientes de que anos após o ocorrido ainda são lidas e estudadas as narrativas de Memórias do cárcere? É claro que, ao questionar o que os agentes estatais responsáveis pela repressão pensariam ao perceber que a obra ainda é lida e estudada anos depois, estamos aventando a ideia de que as narrativas presentes na obra têm um poder de resistência que transcende o tempo e ecoam a memória coletiva daqueles envolvidos no contexto social a que nos referimos.

Dessa forma, podemos afirmar que tanto o ato da prisão quanto as condições de encarceramento tiveram um efeito subjetivo em Graciliano Ramos, contribuindo para as condições e possíveis sequelas que muitas vezes afetam pessoas submetidas ao encarceramento: o estranhamento acerca de si, uma certa despersonalização, questionamentos, angústia. Infelizmente, é prática comum observar a profunda transformação que tem lugar no corpo à medida que se reduz a nada mais do que um lugar das necessidades vitais de sede, apetite e sonolência, expressando ainda marcas de incômodo por diferenças de temperaturas, doenças e ferimentos. Esse processo de reducionismo da potência corporal, nas instituições prisionais, funciona para confundir as referências que delimitam as lembranças e as vivências (Goffman, 2008).

Antes de continuarmos com informações biográficas sobre Graciliano Ramos, gostaríamos de nos deter brevemente sobre uma carta²⁸ que Graciliano Ramos pretendia enviar a Getúlio Vargas. O documento, datado de agosto de 1938, não chegou a ser enviado²⁹, conforme informa a Folha de São Paulo³⁰. Na verdade, do teor dessa carta endereçada à autoridade máxima do país à época, podemos deduzir que, principalmente, a atitude de reserva pode ter uma relação como o

²⁸ Consideramos essa carta como um documento de extrema relevância em razão da qual seu ator expressa, de forma contundente, as suas opiniões. O fato de a mesma não ter chegado ao seu destinatário não impediu que as ideias circulassem. Na rubrica de um documento é passível de comentários e também de análise.

²⁹ É claro que o não envio dessa carta atíça, em muito, a nossa curiosidade, no sentido de saber qual teria sido o motivo que carrou a decisão de reserva em relação ao documento, mas que ao mesmo tempo, o rascunho foi conservado.

³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1209201007.htm>. Acesso em: janeiro de 2023.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1938 ³¹

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas:

Peço permissão a V. Ex.a para entretê-lo com alguns fatos de pequena importância, referentes a um indivíduo. Desculpe-me V. Ex.a importuná-lo com eles: são insignificantes, mas a verdade é que deviam ter sido narrados há quase dois anos. Resumo-os em poucas linhas. Em princípio de 1936 eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores de universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me. Depois de onze meses abriram-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram. Onde concluo que a minha presença aqui não constitui perigo. Mas eu vivia em Maceió, era lá que trabalhava, embora o meu trabalho tenha sido julgado subversivo. Quando me trouxeram para o Rio, imaginei muitas coisas: que me conservassem detido e arranjassem um processo, que me devolvessem ao lugar donde me tiraram, que me dessem um meio de viver em outra parte. Está claro que a comissão incumbida de malhar o extremismo não era obrigada a oferecer-me colocação; retirou-me, porém, o ofício que eu tinha, e até hoje ignoro porque se deu semelhante desastre. Adotei, em falta de melhor, uma profissão horrível: esta de escrever, difícil para um sujeito que em 1930 era

³¹ Carta a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 29 ago. 1938. Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Série Correspondências, Subsérie Correspondência Ativa (cópia)

prefeito na roça. Se não me houvesse resignado a ela, provavelmente não estaria agora redigindo estas impertinências, que um negócio de livraria me sugeriu a semana passada. O meu editor referiu-me com entusiasmo a publicação de cinqüenta milheiros dos discursos de V. Ex.a - e isso me trouxe a ideia esquisita, de que V. Ex.a havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentá-lo, coisa que não teria sido possível antes de 1930. V. Ex.a é um escritor. Mas, embora lance os seus livros com uma tiragem que nos faz inveja, não vai ganhar muito e sabe que neste país a literatura não rende. Andaria tudo bem se tivéssemos exportação, pois o mercado interno é lastimável. Ultimamente uma companhia americana resolveu traduzir para o espanhol alguns romances brasileiros. Com certeza apareceram dificuldades: as obras escolhidas encaharam. E é provável que circulem na América do Sul os livros da Academia. V. Ex.a conhece os livros da Academia? Realmente o Sr. Conde Afonso Celso entregou a alma a Deus, mas podemos estar certos de que o substituto dele não será melhor. Enfim, não possuímos literatura, o que temos é diletantismo, um diletantismo produtor de coisas ordinariamente fracas. Mas estou descambando em generalidades, e no começo desta carta pedi licença para tratar dum caso pessoal. Como disse a V. Ex.a., a comissão repressora dum dos extremismos, do primeiro, achou inconveniente que eu permanecesse em Alagoas, trouxe-me para o Rio e concedeu-me hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável. Agora é necessário que eu trabalhe, não apenas em livros, mas em coisas menos

aéreas. Ou que o Estado me remeta ao ponto donde me afastou, porque enfim não tive intenção de mudar-me nem de ser literato. Como declarei a V. Ex.a, ignoro as razões por que me tornei indesejável na minha terra. Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cinqüenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades. É possível. Afinal o prejuízo foi pequeno, e lá naturalmente acharam meio de restabelecer a ordem. Sinto muito senhor Presidente, haver-lhe roubado alguns minutos. Mas a culpa é de V. Ex.a, que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos. Pelo êxito dele, que julgo certo, aqui lhe trago minhas felicitações. Caso V. Ex.a queira ocupar-se com o assunto desta carta, peço que se entenda com o meu amigo Mauro de Freitas, uma das poucas pessoas decentes que aqui tenho conhecido.

Apresento-lhe os meus respeitos, senhor Presidente, e confesso-me admirador de V. Ex.a.

Conforme podemos notar, a carta endereçada a Getúlio Vargas se faz banhada em tons de ironia e ameaça, já que considera o mínimo de responsabilidade às pessoas, no caso autoridades estatais, que o retiraram de sua terra natal, do convívio com sua esposa e com seus filhos a ponto de alterar o curso de sua trajetória pessoal, a qual contou com muitas dificuldades para garantir alguma forma de sobrevivência para si. Ou seja, o autor da carta sugere que a ironia reestrutura o real, dá-lhe nova significação, pois é na verdade uma dissimulação que só é desvendada pelo olhar irônico do observador privilegiado.

Ainda que não tenha sido enviada – por questões que podemos conjecturar, mas jamais afirmar – os rascunhos do conteúdo da carta, também considerados sólidos vestígios de memória, já que o autor habilmente emprega a ironia ao

construir não só uma projeção de si mesmo enquanto inocente, bem como sugere ter uma posição contrária ao regime. Magistralmente, ele faz isso sem expressar explicitamente tais ideias na carta. Em vez disso, há uma sugestão subliminar dessas intenções, uma comunicação entrelinhas que fala sem dizer. Esse uso astuto da linguagem revela a complexidade da situação e da mente do autor da carta, que, apesar das restrições e do perigo iminente, encontra maneiras criativas de expressar suas convicções e resistir ao regime opressivo. Essa dinâmica entre o que é dito e o que é sugerido adiciona uma camada de profundidade à análise da correspondência e destaca a poderosa interação entre a memória, a linguagem e a resistência em contextos de repressão política, pois em obras que lidam com temas de repressão política e opressão, como é o caso de *Memórias do cárcere*, entendemos que a memória desempenha um papel crucial na resistência aos eventos ocorridos enquanto a linguagem é a ferramenta através da qual essas memórias são atualizadas, expressas e compartilhadas.

Embora a carta não tenha sido enviada ao seu destinatário, Graciliano Ramos acabou por aceitar a nomeação para inspetor federal de ensino (Ramos, 2014) em setembro de 1938, momento em que Getúlio Vargas designa, em ofício, Graciliano Ramos para o cargo.

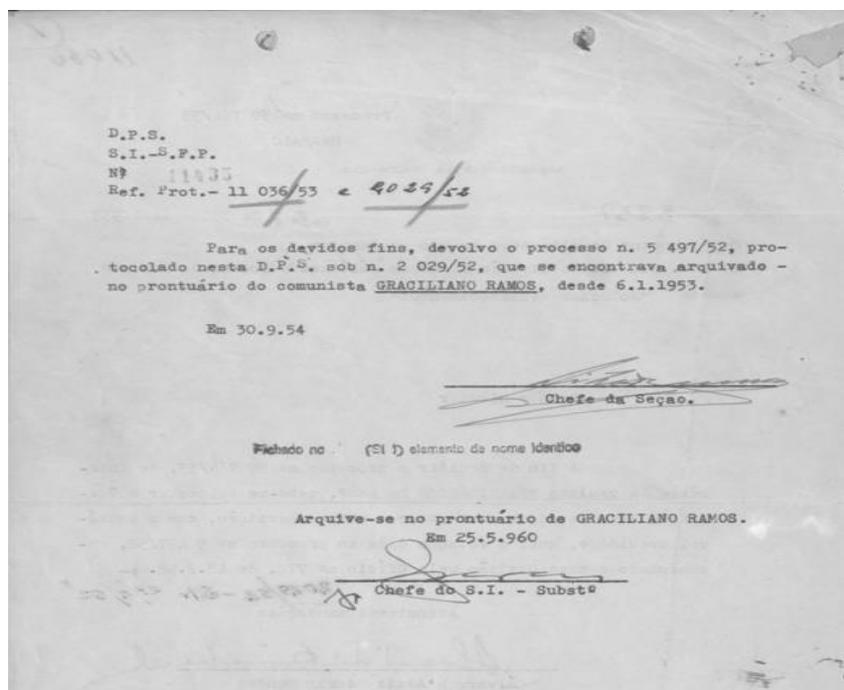
Apesar de ter ocupado ofícios públicos, dado entrevistas, escrito e publicado livros ao longo dos anos que sucederam sua saída da prisão, a verdade é que Graciliano Ramos não alcançou sucesso financeiro significativo e, em 20 de março de 1953, faleceu, vítima de um câncer de pulmão, aos 60 anos, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como obras póstumas notáveis a crônica *Viagem*³², o livro de contos *Histórias de Alexandre* e a narrativa de cunho autobiográfico intitulado *Infância*.

Conforme mencionamos anteriormente, e ainda tomando emprestado documentos oficiais que compõem nossa escavação arqueológica de rastros e vestígios da experiência de encarceramento, há evidências de que as autoridades governamentais brasileiras continuaram observando de perto os passos do autor-narrador em questão, de modo a seguir, de forma vigilante, todos os seus, conforme

³² No texto, narra a viagem que fez em 1952 à Tchecoslováquia e à URSS. De acordo com o filho Ricardo Ramos, Graciliano teria dito: “Vou escrever um livro com isenção, relatar o que verei sem deixar-me influir pela admiração, pelo respeito. Espero...” (Ramos, apud Ramos, 2011, p. 154) e mais adiante o filho nos conta: “As impressões de viagem não seriam nenhum best-seller. Pior, desagradariam aos dois lados. Não recusando, não endeusando. Claro que a perspectiva de um comunista, mas não atrelado” (Ricardo Ramos, 2011, p. 164).

podemos depreender na junção de documentos diversos que fazem parte do seu dossiê³³, em uma espécie de relato minucioso de ocorrências, principalmente no tocante às viagens realizadas. Eis o que evidenciamos em prontuário que se refere a duas temporalidades distintas: uma que concerne ao período de custódia na prisão e, outra, relativa ao período que se sucedeu à sua saída. A seguir, reproduzimos um documento, que consta em um encaminhamento no qual lê-se a informação: “comunista Graciliano Ramos”:

Figura 5: Folha do Prontuário de Graciliano Ramos



Fonte: APERJ, (1960?)

Ao mesmo tempo, Graciliano Ramos seguia resiliente e resistente ao continuar com seu ofício de escritor, bem como com seus compromissos partidários, já que nessa época fazia parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Conforme

33 Há, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, um dossiê completo contendo os documentos referentes a prisão de Graciliano Ramos, tais como seu prontuário, de número 11.473, fichas cadastrais, anotações sobre sua vida, recortes de revistas e notícias de jornais, entre outros. Alguns desses documentos são apresentados neste estudo e fazem parte desse dossiê.

podemos observar – também como observação no dossiê que compõe o prontuário de prisão - em uma de suas últimas entrevistas:

- Eu sou comunista e me orgulho disso - disse Graciliano Ramos. (...) Agora, mais que nunca, sou um homem de Partido. Minhas ideias e minha filiação política não constituem segredo para ninguém”³⁴

Com base nesses acontecimentos, após ser posto em liberdade, Graciliano Ramos, inflamado pelo desejo de escrever sobre essa experiência desde o momento em que ainda estava preso, começa a dar forma a Memórias do cárcere. Em seu *Retrato fragmentado*, Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos, narra:

Li ou datilografei um dos capítulos iniciais de Memórias do cárcere, não estou lembrado, e me admirei com o diálogo entre o general e Graciliano, no quartel do Recife. Saíra meia dúzia de linhas extremamente discretas. *Versão bem diferente daquela que tantas vezes contara.*

- Por que você não deu o nome do Newton Cavalcanti?

- Por que iria dar? Que importância tem ele?

A birra era antiga, o general integralista a antagonizá-lo fazia muito, o Velho a reagir dizendo publicamente: “É uma cavalgada”. Preso, nas mãos do homem que chefiava a Região Militar do Nordeste, ao ouvir a ameaça de fuzilamento, perdera as estribeiras e o mandara à puta que o pariu.

- Faltou a mãe dele. Sorriu:

- Não havia testemunhas.

- O capitão Mata não estava com você?

Riu:

- Seria o mesmo que nada. Ele ficou apavorado, pensou que eu endoicera. Não botei aí que me aporrinhou um bocado? Milico, e de polícia, não ia sustentar esculhambação em general do Exército.

Calou-se para logo continuar:

- Tem mais. Se eu pusesse o xingamento, pareceria bravata. Sem a menor verossimilhança.

Viu na minha cara, não me convencera. Perder uma porrada em cheio por simples cautela. E, afinal, aquilo era memória ou ficção?

Paciente, quase professoral, explicou:

- Fui até onde podia e devia. Repare, o sentido geral está claro, só que virou resistente. Ou renitente. O difícil era não me avacalhar, como pessoa ou personagem.

³⁴ “Sou um homem de partido – afirma Graciliano Ramos”. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 5 de março de 1953. Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), pasta 11.473

E me adivinhando:
- É memória sim. Mas de cadeia.
(Ricardo Ramos, 2011, p. 64).

O diálogo a que se refere Ricardo Ramos é narrado em Memórias do cárcere da seguinte maneira:

Pela manhã, de volta do banheiro, atravessando um corredor, avistamos o comandante em companhia de um homem alto, magro, sério. Enviamos-lhe um cumprimento, e ele nos deteve, nos apresentou:

- General, estes senhores...

- Finda a apresentação, o homem alto pregou-me um olho irritado:

- Comunista, hem?

Atrapalhei-me e respondi:

- Não.

- Não? Comunista confesso.

- De forma nenhuma. Não confessei nada.

Espiou-me um instante, carrancudo, manifestou-se:

- Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo.

- Oh! general! murmurei. Pois não estou preso?

E calei-me prudente: o diabo da frase podia ser interpretado como um desafio, que eu não estava em condições de lançar.

(RAMOS, 2011, p. 74)

Com base nesse diálogo, evocamos a indagação de Ricardo Ramos para dar mais um passo em direção as nossas reflexões: Afinal, aquilo era memória ou ficção? Consideramos de relevância evocar essa discussão já que, ao fazê-lo, estabelecemos um posicionamento em relação a nossa apresentação crítica sobre a obra, bem como entendemos que essa discussão permite que seja aberto espaço para um diálogo mais amplo, ou seja, que possam ser aprofundadas questões sobre a natureza da narrativa, a relação entre realidade e ficção, além de novas perspectivas em relação ao nosso objeto de estudos.

4. SOBRE O CARÁTER FICCIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Neste capítulo, buscaremos explorar a o caráter da ficcionalidade, enquanto conceito fundamental da Literatura, mais especificamente na sua relação com a obra em estudo, Memórias do cárcere. Pretendemos fazer uma incursão em escritos (livros, dissertações, teses, entre outros gêneros) de autores que já versaram sobre o tema, refletindo sobre as possíveis visões e enquadramentos que já existem da obra, além de sugerir uma interpretação, já que temos como finalidade, nesse estudo, contribuir para a construção de novos significados possíveis.

4.1 Afinal, aquilo é memória ou ficção?

Não é de hoje que Graciliano Ramos e seus textos são objetos de reflexão e pesquisa de críticos e estudiosos. Incluindo-nos na rubrica desses estudiosos e reconhecendo a importância de se discutir a miríade de possibilidades que oscilam entre textos literários, autobiográficos, memorialísticos, históricos, de depoimentos, entre outros, tencionamos, nesse capítulo, trazer a discussão sobre como nos posicionamos em relação a obra Memórias do cárcere.

Concordamos com Barthes (1988) quando diz que a leitura de um texto por parte do leitor configura um papel ativo na experiência de leitura, o que pode promover diversas interpretações e pontos de vista sobre um mesmo texto. Segundo o autor, ao questionar a autoridade das categorias tradicionais, incluindo gêneros literários, o leitor desempenha um papel ativo na interpretação. E é esse um dos pontos principais no estudo de Memórias do cárcere, já que entendemos que diferentes interpretações são possíveis e nos debruçamos, neste estudo, sobre uma interpretação nossa.

Ao afirmarmos que a obra narrada faz alusão a um percurso de vários acontecimentos da história da experiência prisional de Graciliano Ramos, e que, por esse motivo, se enquadraria na rubrica de um testemunho, estaríamos revelando apenas uma visão dessa narrativa, sem levar em consideração como essa obra é,

potencialmente, produtora de memórias que concernem a uma temporalidade referida como o passado.

Entretanto, seguindo as pistas abertas pelos estudiosos do campo da Memória Social, entendemos que Memórias do cárcere não é uma simples reprodução de eventos passados, mas sim uma atualização que se evidencia por meio da narrativa, uma criação das memórias coletivas de um grupo - no caso de Memórias do cárcere, de pessoas encarceradas. Segundo Ricoeur (1997), é através da narrativa que os eventos passados são vividos e significados no ato de narrar, tornando-se parte da experiência presente do leitor. A bem dizer, a arte de narrar é a via que possibilita a criação do evento narrado. Ou seja, Ricoeur nos propõe o entendimento de que a memória pode produzir sentidos, permitindo trazer a lume experiências que não estão no momento presente, mas que podem ser referidas a um momento passado, fazendo com que a pessoa lembre e atualize essa experiência. Em sua visão, então, a memória seria mais do que uma simples apresentação do passado, muito mais do que um depósito de lembranças que não se deixam cair no esquecimento.

Nesse ponto, questionamos: o fato de ser uma narrativa que atualiza memórias de um determinado grupo social exclui o caráter ficcional da obra? Em outras palavras, haveríamos sempre de classificar *Vidas Secas* e *São Bernardo* nos limites da ficção, enquanto *Infância*³⁵ e *Memórias do cárcere* permaneceriam nos limites do que podemos considerar não ficção? Ora, considerando que todos os textos de Graciliano Ramos, ainda que imaginados, inventados pela mente criativa do autor, são parte de quem é Graciliano Ramos, ou seja, dialogam com suas experiências de vida, não podemos dizer que seriam também textos de cunho memorialístico? Para tentar responder nosso próprio questionamento, revisaremos algumas referências teóricas existentes sobre Memórias do cárcere a fim de adensarmos a discussão sobre o assunto e entender quais são as visões de leitura existentes até então com a finalidade de aprofundarmos nossa busca por respostas - o que, na verdade, consiste na propositura de questões.

Ao nos ocupar de descortinar os densos véus relativos à obra, focalizaremos

³⁵ De acordo com Ricardo Ramos (2011), Graciliano nunca teve problemas com a crítica, sempre estiveram em harmonia. Mas cita que, saído o *Infância*, Graciliano Ramos recebeu uma nota assinada por Sérgio Milliet, na qual dizia que o livro não era bem memória, nem conto, nem ensaio, mas tinha de tudo: era um livro importante do sr. Graciliano Ramos. Ao que Graciliano reagiu, aborrecido: "Por exclusão, não é nada".

inicialmente na perspectiva histórica. De acordo com Nelson Werneck Sodré³⁶, nome que, inclusive, foi escolhido para prefaciar a edição de 1981 de Memórias do cárcere:

É certo que estas Memórias do cárcere despertarão um interesse invulgar mercê do depoimento em si que elas encerram, mercê de se constituírem como que na autópsia de uma época das mais sombrias que esse país já atravessou (Sodré, 1981, p. 9).

É possível observar, nas palavras desse autor, que as Memórias do cárcere narradas são importantes não apenas por serem um depoimento pessoal, mas também porque oferecem uma visão profunda e crítica de um momento histórico complexo e obscuro no Brasil, em referência ao período ditatorial referido ao governo Vargas.

Ainda de acordo com Sodré (1989, p. 11), Graciliano Ramos,

Escreveu, realmente, com exatidão espantosa, com rigor excepcional. Tudo o que é negro em sua narração, é negro pela sua própria natureza, o que é sórdido porque nasceu sórdido, o que é feio é mesmo feio. Não há pincelada do narrador, no sentido de frisar traços, de agravar condições, de destacar minúcias denunciadoras. O libelo é seco, puro, despido de qualquer fantasia. Tudo sai da realidade, com a arte do escritor, mas sem deformação.

Ou seja, de acordo com o ponto de vista desse crítico, em Memórias do cárcere não encontramos uma escrita literária ficcional, mas sim um texto de natureza predominantemente documental.

Cabe aqui um parêntese: reforçamos o pensamento de que não negamos o fato de que há um alto teor histórico nas narrativas de Memórias do cárcere: o conteúdo das narrativas menciona fatos e personagens que realmente existiram e

³⁶ Militar e historiador, Nelson Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, na então capital federal do país, a cidade o Rio de Janeiro. Sodré conciliou a carreira no Exército, na qual alcançou o posto de general-de-brigada, à formação como sociólogo e historiador de orientação marxista. Trabalhou também como crítico literário e considerava-se um profissional da imprensa. Insta salientar que, em agosto de 1961, o historiador militar foi promovido, por antiguidade, a coronel, último posto da carreira no Exército. Duas semanas após o golpe de 1964 Sodré teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar que assumiu o poder. A cassação não tinha apenas objetivos político-eleitorais, pois a posterior regulamentação das punições o impediu de lecionar e de escrever artigos para a imprensa.

fizeram parte da História do Brasil. Essas experiências narradas partem de um ponto histórico situado no tempo e espaço brasileiros. Porém, há uma questão na relação história e memória, que precisa ser levantada. No presente estudo, coadunamos com a perspectiva de memória de Halbwachs (1990). Conforme já discutimos anteriormente, ao lembrar-se, o indivíduo não apenas volta sua atenção para si mesmo, mas também sua comunidade, seu local de origem, seus entes queridos e os eventos vivenciados, de maneira que a memória é compreendida como um fenômeno que depende da existência de quadros sociais. Segundo Halbwachs, a memória não é apenas individual, mas ancorada em organizações coletivas. Isso significa que o exercício de lembrar está ligado ao pertencimento a um grupo social, em que outras pessoas atuam como testemunhas de um passado compartilhado. No entanto, é importante ressaltar que, embora a memória seja um fenômeno coletivo, somente o indivíduo tem a capacidade de lembrar. Ainda de acordo com esse autor, o sujeito carrega consigo o grupo social ao qual pertence, mesmo em suas lembranças individuais. As memórias individuais são formadas a partir dos quadros sociais disponibilizados pelo meio social, influenciando o que deve ser lembrado e esquecido.

Após a Primeira Guerra, Halbwachs vai lecionar na Universidade de Estrasburgo, momento em que estabelece profunda ligação com os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, fazendo parte do comitê editorial da revista dos *Annales*³⁷ (Revel, 2009).

Segundo o autor:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há na realidade dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos (Halbwachs, 1990, p. 82).

³⁷ A revista *Annales d'histoire économique et sociale* (Revista dos *Annales de História Econômica e Social*) foi uma publicação acadêmica francesa fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Ela desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da escola histórica conhecida como Escola dos *Annales* e revolucionou a prática da história ao propor uma abordagem interdisciplinar e uma nova maneira de conceber o estudo histórico.

Nesse contexto, observamos que o argumento de Halbwachs é o de que o campo histórico, ao priorizar a racionalidade, muitas vezes negligenciava a experiência vivida e não conseguia integrar adequadamente a memória coletiva em suas análises. Quer dizer, se para Halbwachs, a memória coletiva estava intrinsecamente ligada à vida social e à experiência compartilhada entre os indivíduos, perdurando na sociedade enquanto os vínculos dos grupos sociais que a compõem permanecem, por outro lado, a história, ao colocar-se acima dos grupos sociais e da sociabilidade por eles construída, tendia a se concentrar na descrição dos eventos puramente factuais, ignorando, muitas vezes, a dimensão subjetiva e coletiva da memória.

Por esse motivo, entendemos que, embora as Memórias do cárcere possam ser “abertas” e “investigadas”, como em um processo de autópsia, retomando as palavras de Sodré (1989), não podemos negligenciar o caráter social das memórias que estão sendo narradas – ainda que repetições, imprecisões e omissões ocorram - logo, entendemos que uma simples e única visão de depoimento histórico não deva ser dada a essa obra.

Ainda segundo Halbwachs, os historiadores focam na memória dos protagonistas dos acontecimentos, ou seja, na memória “dele” ou “dela”, quando estariam, na verdade, se referindo às memórias das coletividades como um todo, logo, seriam “deles, delas”. Ao falarmos em memória coletiva, entretanto, reiteramos que a memória coletiva não deriva da individual: a relação é justamente o inverso.

Ricoeur introduz outra questão crucial:

O par narrativa histórica/narrativa de ficção [...] é claramente antinômico. Uma coisa é um romance [...], outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora formulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor. Ao abrir um romance, o leitor prepara-se para entrar num universo irreal a respeito do qual a questão de saber onde e quando aquelas coisas aconteceram é incongruente; em compensação, o mesmo leitor está disposto a operar o que Coleridge chamava de wilful suspension of disbelief, sem garantia de que a história narrada seja interessante: o leitor suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade, e aceita entrar no jogo do como se — como se aquelas coisas narradas tivessem acontecido. Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob conduta de devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente. Além disso, ao ultrapassar o limiar da escrita, ele se mantém em guarda, abre um olho crítico e exige, se

não um discurso verdadeiro comparável ao de um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, admissível [...], honesto (Ricoeur, 2007, p. 274)

Ainda segundo o autor, deve-se levar em consideração a natureza da realidade histórica passada. O ponto de partida aqui é a indagação sobre o significado de “real”. O que exatamente o termo implica quando aplicado ao passado histórico? Ricoeur reconhece a dificuldade e a complexidade dessa questão, mas propõe um postulado indireto: segundo ele, a noção de “real” tem a capacidade de distinguir entre história e ficção. O “real” refere-se à experiência vivida no mundo. Portanto, a história está intrinsecamente relacionada à busca pela realidade e pela verdade. Apesar das inúmeras dificuldades epistemológicas que esse postulado “realista” pode suscitar, Ricoeur argumenta que a busca pela verdade não deve ser abandonada pelo historiador.

Ainda de acordo com Ricoeur (2007), uma abordagem fenomenológica da memória não deve ignorar os desafios que surgem no campo da imaginação. Segundo o autor, memória e imaginação se diferenciam pois enquanto a imaginação se volta para o irreal, em forma de devaneios, em algumas circunstâncias, alucinatórias, a memória se volta para a realidade anteriormente vivida.

Em seguida, ao olharmos a obra por outro ângulo que não o histórico, mas sim o literário, temos críticos da Literatura que trazem outro ponto de vista para a leitura da obra. Imbuídos da tarefa de produção de significado, eles têm lançado luz sobre as complexidades artísticas e nuances psicológicas presentes na narrativa. Ao desvendar a vastidão interpretativa contida nessas memórias, temos mais uma razão para crer que a obra transcende seu contexto histórico, ressoando com uma resistência que permanece cativante para leitores e críticos ao redor do mundo até os dias de hoje.

O primeiro que trazemos a lume é Antonio Candido. Considerado pelo próprio Graciliano Ramos como nosso “melhor crítico literário”³⁸, em seu ensaio *Ficção e Confissão* (2006), Candido oferece uma diferente perspectiva ao escrever quatro ensaios que trazem análises sobre algumas obras canônicas de Graciliano Ramos. Desses quatro ensaios o primeiro, de mesmo título do livro, *Ficção e confissão*, não

38 Graciliano Ramos, apud Ricardo Ramos, 2011, p. 123

diz respeito a uma única obra de Graciliano Ramos, mas faz menção a Caetés, São Bernardo, Angústia, Memórias do cárcere e Infância. No segundo ensaio, *Bichos do subterrâneo*, Candido versa sobre a obra Angústia, enquanto, nos dois últimos ensaios, Candido versa sobre as obras que trazem em seus títulos: *No aparecimento de Caetés* e *Cinquenta anos de Vidas secas*.

Ainda no início do livro, Candido inicia sua escrita trazendo uma carta datada de 12 de novembro de 1945, endereçada a ele, que teria sido seu último contato epistolar com Graciliano Ramos (Ramos, apud Candido, 2006, p. 12), que transcrevemos na íntegra:

Antonio Candido:

Só agora, lido o último artigo da série que V. me dedicou, posso mandar-lhe estas linhas e conversar um pouco. Muito obrigado. Mas não lhe escrevo apenas por causa dos agradecimentos: o meu desejo é trazer-lhe uma informação ajustável ao que V. assevera num dos seus rodapés.

Arriscar-me-ia a fazer restrições ao primeiro e ao segundo, se isto não fosse considerado falsa modéstia. E impertinência: com as vivas atenções dispensadas ao meu romance de estréia, foram apontados vários defeitos, o que de certo modo atenua a parcialidade otimista.

Onde as nossas opiniões coincidem é no julgamento de Angústia. Sempre achei absurdos os elogios concedidos a este livro, e alguns, verdadeiros disparates, me exasperaram, pois nunca tive semelhança com Dostoiévski nem com outros gigantes. O que sou é uma espécie de Fabiano³⁹,

³⁹ Fabiano é o protagonista do romance *Vidas Secas*. Ele é um vaqueiro nordestino que luta para sobreviver em meio à seca e à pobreza do sertão brasileiro. Fabiano nos é apresentado como um homem simples e rude, mas também como alguém que busca melhorar sua condição de vida e a de sua família, composta por sua esposa, Sinha Vitória, e seus dois filhos, além da cadela Baleia. Insta salientar, há um episódio em *Vidas Secas* em que Fabiano dirige-se à cidade para comprar mantimentos e vai à bodega para tomar um pouco de cachaça, quando um soldado o aborda para jogar cartas. Perde e, preocupado em como contará à esposa sobre o ocorrido, ao perceber que soldado o provoca, revida na ofensa e é conduzido a prisão, apanha de facão e é trancado em uma cela. Notamos, então, uma correlação a experiência de encarceramento de maneira injusta, pois

e seria Fabiano completo se a seca houvesse destruído a minha gente, como V. muito bem reconhece.

Por que é que Angústia saiu ruim? Diversas pessoas procuraram razões, que não me satisfizeram. Olívio Montenegro usou frases ingênuas e pedantes, misturando ética e estética. João Gaspar Simões afirmou que o americano é incapaz de introspecção - e com esta premissa arrasou-me. Veja só. Nada há mais falso que um silogismo. Álvaro Lins veio com aquele negócio de tempo metafísico. Mas isso diz pouco, não é verdade? Se eu constituísse uma exceção à regra de João Gaspar Simões e contentasse alívio Montenegro e Álvaro Lins, Angústia não deixaria de ser um mau livro, apesar de haver nele páginas legíveis.

Por que é mau? Devemos afastar a idéia de o terem prejudicado as reminiscências pessoais, que não prejudicaram Infância, como V. afirma. Pego-me a esta razão, velha e clara: Angústia é um livro mal escrito. Foi isto que o desgraçou. Ao reeditá-lo, fiz uma leitura atenta e percebi os defeitos horríveis: muita repetição desnecessária, um divagar maluco em torno de coisinhas bestas, desequilíbrio, excessiva gordura enfim, as partes corruptíveis tão bem examinadas no seu terceiro artigo. É preciso dizermos isto e até exagerarmos as falhas: de outro modo o nosso trabalho seria inútil.

E aqui vem a informação a que me referi. Forjei o livro em tempo de perturbações, mudanças, encrucas de todo o gênero, abandonando-o com ódio, retomando-o sem entusiasmo. Matei Julião Tavares em vinte e sete dias; o último capítulo, um delírio enorme, foi arranjado numa noite. Naturalmente seria indispensável recompor tudo, suprimir excrescências, cortar pelo menos

Fabiano, da mesma forma que aconteceu com Graciliano Ramos, é acusado de um delito que desconhece, é o encarceramento sem procedimentos formais, e a libertação ocorre sem condenação ou julgamento prévio.

a quarta parte da narrativa. A cadeia impediu-me essa operação. A 3 de março de 1936 dei o manuscrito à datilógrafa e no mesmo dia fui preso. Nos longos meses de viagens obrigatórias supus que a polícia me houvesse abafado esse material perigoso. Isto não aconteceu - e o romance foi publicado em agosto. Achava-me então na sala da capela. Não se conferiu a cópia com o original. Imagine. E a revisão preencheu as lacunas metendo horrores na história. Só muito mais tarde os vi. Um assunto bom sacrificado, foi o que me pareceu.

Esta explicação tem apenas o fim de exhibir-lhe o prazer que me causou o seu juízo. Quando um modernista retardatário e pouco exigente me vem seringar amabilidades a *Angústia*, digo sempre: - “Nada impede que seja um livro pessimamente escrito. Seria preciso fazê-lo de novo”.

Permita-me que apenas toque nos seus estudos relativos a *São Bernardo*, *Vidas secas* e *Infância*. Ser-me-ia difícil estender-me sobre eles. O que faço é agradecer. Por muito vaidoso que sejamos, às vezes certas opiniões nos amarram: diante delas ficamos atrapalhados e sem jeito.

Adeus, Antonio Candido. Abraços do admirador e amigo

Graciliano Ramos

Aqui, cabe uma observação. Consideramos de relevância trazer a carta recebida por Candido pois, primeiro, a consideramos como um vestígio de memória. Entendendo a memória como um processo de construção ativa, os vestígios de memória seriam o que influenciam essa construção, moldando a maneira como interpretamos o evento passado. Nesse sentido, a carta seria um ponto de partida para nossa interpretação. Além disso, entendemos ser importante trazer a carta a lume pois ela não fala desse autor a que estamos nos referindo nesse momento, mas, principalmente, do seu remetente, Graciliano Ramos. Embora verse sobre as obras sobre as quais se debruçou Antonio Candido nesse livro, como *Caetés*, *Angústia*, *São Bernardo* e *Vidas Secas*, vemos uma menção sobre a prisão em sua

carta, o que não só interferiu na produção de *Angústia*, como, entendemos, é um fato que se faz tão presente que insta ser mencionado na carta, ainda que de maneira branda, pois se refere à experiência em diferentes âmbitos carcerários como “viagens obrigatórias”.

Ainda, interpretando essa carta em forma de vestígio, temos a menção a dois nomes: Dostoiévski e Fabiano. Considerando que Fiódor Dostoiévski foi um renomado escritor russo do século XIX, considerado um dos maiores expoentes da literatura mundial, conhecido por suas obras literárias profundas e complexas, que exploram temas como o existencialismo, a moralidade, a psicologia humana e a espiritualidade, e que suas narrativas frequentemente retratam personagens atormentados pela culpa, dilemas morais e conflitos psicológicos, refletindo as complexidades da condição humana; e que Fabiano é um dos personagens principais do romance *Vidas Secas*, escrito por Graciliano Ramos, um personagem chefe de uma família de retirantes que vive em condições extremamente precárias no sertão nordestino do Brasil, apresentado como um homem simples, trabalhador e silencioso, que luta para sobreviver em meio à seca e à miséria, profundamente humano, cujas lutas e aspirações refletem as condições adversas enfrentadas pelo povo nordestino durante o período em que se passa a história; a sua auto-comparação com o personagem Fabiano nos mostra uma projeção de si, enquanto subjetividade que resiste às dificuldades e injustiças.

Dando continuidade aos capítulos seguintes do texto *Ficção e Confissão*, Antonio Candido inicia seus ensaios sobre *Caetés* e outras obras de Graciliano Ramos. Entretanto, o que nos interessa nesse momento, são as menções que o autor faz à obra *Memórias do cárcere*, ainda que de maneira breve, pois não há um capítulo dedicado a *Memórias do cárcere* em si; ele o faz no decorrer do texto.

Antonio Candido argumenta que Graciliano Ramos utiliza a ficção literária como um meio de confissão pessoal e reflexão sobre suas próprias experiências e visões de mundo. Segundo Candido, as narrativas são construídas a partir de elementos autobiográficos e os personagens e eventos ficcionais expressam a perspectiva e a voz do autor. Nesse sentido, Antonio Candido nos alerta sobre a singularidade de *Memórias do cárcere*, afirmando, logo na abertura de suas reflexões, que essa obra é, evidentemente, “outro universo” (Candido, 2006, p. 76).

Ainda em sua análise crítica, argumenta Candido que Graciliano Ramos “extravasou os limites do gênero e, cada vez mais preocupado pelas situações

humanas, substituiu-se ele próprio aos personagens” e rompeu com as “amarras com a ficção ao registrar a experiência de adulto”. No entanto, ele ressalta que esses elementos constituem polos que são unidos por uma ponte, tornando-os contínuos e solidários. Dessa forma, a obra de Graciliano Ramos é caracterizada pela interseção entre ficção e confissão, em que o autor compartilha suas experiências pessoais de forma ficcional.

Podemos, ainda, ampliar essa discussão ao incluir algumas reflexões presentes no referido ensaio *Confissões* de Antonio Candido. Nesse texto, Candido discute a importância da confissão na literatura como um ato de revelação íntima por parte do autor e argumenta que a confissão é uma forma de autorrevelação dentro da narrativa, na qual o autor compartilha partes de si mesmo de maneira mais pessoal e sincera. Candido destaca que, ao utilizar a ficção como meio de confissão, Graciliano Ramos não apenas compartilha suas experiências pessoais, mas também oferece ao leitor uma visão íntima de sua própria identidade e subjetividade. Nesse sentido, a confissão literária não se limita apenas à revelação de eventos autobiográficos, mas também envolve uma profunda reflexão sobre a condição humana e a complexidade das relações sociais: Graciliano Ramos convida o leitor a mergulhar em sua própria jornada interior, questionando as fronteiras entre realidade e ficção, verdade e subjetividade. Quer dizer, ao analisar *Memórias do cárcere* à luz dessas reflexões, seria possível perceber como Graciliano Ramos utiliza a ficção para confessar suas experiências e visões de mundo, revelando-se ao leitor de maneira profunda e autêntica.

Além disso, podemos enfatizar a ideia de que a confissão proposta por Candido, na obra de Graciliano Ramos, não se limita apenas à revelação de aspectos pessoais, mas também abrange uma reflexão sobre questões sociais e políticas. Por meio de seus relatos ficcionais, o autor não apenas compartilha suas vivências no cárcere, mas também critica o sistema prisional e denuncia as injustiças sociais. Assim, a confissão em *Memórias do cárcere* adquire um caráter mais amplo, contribuindo para uma reflexão não apenas sobre a vida do autor, mas também sobre a sociedade em que ele está inserido.

Além disso, ao abordar a questão da confissão na literatura, Antonio Candido lança luz sobre o papel do leitor no processo de interpretação e compreensão da obra, já que, para Candido, a confissão literária não é apenas um ato unilateral de revelação por parte do autor, mas também um convite ao leitor para participar

ativamente do diálogo literário. Ao se identificar com as experiências e reflexões do autor, o leitor é convidado a refletir sobre sua própria vida e experiências, estabelecendo assim uma conexão profunda e pessoal com a obra. Nesse sentido, a confissão literária não apenas revela a subjetividade do autor, mas também abre espaço para uma troca de experiências e perspectivas entre autor e leitor, enriquecendo, assim, o significado e o impacto da obra literária.

Por fim, entendemos que Antonio Candido defende a seguinte ideia:

Talvez seja errado dizer que *Vidas Secas* é o último livro de ficção de Graciliano Ramos. *Infância* pode ser lido como tal, pois a sua fatura convém tanto à exposição da verdade, quanto da vida imaginária; nele as pessoas parecem personagens e o escritor se aproxima delas por meio da interpretação literária, situando-as como criações (Candido, 1992, p. 51)

Se o critério usado por Candido para considerar a obra *Infância* como uma narrativa com aspecto ficcional é o fato de que as pessoas são apresentadas como criações, verdadeiras personagens dentro do universo construído por Graciliano Ramos, entendemos que, em sua concepção, *Memórias do cárcere* não seria um livro de ficção pois esses mesmos critérios não estariam presentes na obra. Na verdade, para esse autor, *Memórias* é “depoimento puro, muito distante da tonalidade propriamente criadora” (Candido, 1992, p. 64).

Dado o exposto, gostaríamos de tecer um comentário. Embora reconheçamos que o ensaio de Candido seja um texto que deva ser apreciado e estudado em toda a sua magnitude, por concordarmos com Graciliano Ramos quando da opinião de que Antonio Candido é um ótimo crítico literário, além de reconhecer que os ensaios oferecem uma análise primorosa das narrativas, a visão de mundo do autor e os temas recorrentes nas obras de Graciliano Ramos, parece que a dimensão da memória não recebe a mesma atenção. Acreditamos que explorar mais profundamente o papel da memória, principalmente em *Memórias do cárcere*, poderia enriquecer ainda mais a compreensão dessa obra e sua importância dentro da produção literária de Graciliano Ramos.

Um outro nome que insta mencionar no que diz respeito aos estudos da Literatura Brasileira é o do crítico Hermenegildo Bastos (1998), que nos chama a atenção para a discussão sobre o caráter da obra *Memórias do cárcere* em seu texto *Memórias do cárcere, literatura e testemunho*, ao abordar a obra *Memórias do*

cárcere sob a perspectiva da literatura de testemunho. No texto, ele questiona o caráter da obra, explorando se ela deve ser considerada puramente como um relato autobiográfico ou se transcenderia essa classificação para se tornar uma obra literária de maior alcance. Bastos defende a ideia de que Memórias do cárcere não deve ser limitada apenas à categoria de autobiografia ou relato factual pois, segundo o autor, entender Memórias do cárcere puramente como uma autobiografia seria questionável.

Inicialmente, o gênero autobiografia englobaria a questão da factualidade, isso é, o leitor de uma (auto)biografia confia que a história que está sendo lida é real. Entretanto, segundo Bastos, é possível pôr em xeque a classificação da obra como autobiografia a partir do momento em que sua característica real, verdadeira, pode ser questionada por alguns motivos: de acordo com esse autor, o gênero autobiográfico pressupõe uma narrativa baseada em fatos reais da vida do autor, no entanto, Graciliano Ramos sugere que a história contada pode ser questionada em termos de sua factualidade, quer dizer, ele próprio admite que outros indivíduos poderiam ser mais aptos a contar a história de forma mais precisa ou completa, quando admite que a história “presumivelmente verdadeira” poderia ser narrada por “outros mais aptos” (Ramos, 2011, p. 11).

Além disso, a obra apresenta elementos que vão além de uma simples narrativa de fatos autobiográficos. Graciliano Ramos utiliza técnicas literárias e narrativas que podem incluir elementos fictícios ou interpretativos, tornando a linha entre realidade e ficção menos clara. Isso sugeriria, por exemplo, que a obra pode ser mais adequadamente entendida como uma obra de literatura baseada em experiências pessoais, em vez de uma autobiografia estrita.

Ainda defendendo o seu argumento, Bastos diz que a autobiografia não daria conta de lidar com a questão do tempo, quer dizer, as características desse gênero textual não permitiriam dar conta de superar a defasagem temporal entre o eu que narra a história e o eu que a viveu, de modo que o autobiógrafo se valeria de técnicas textuais e de outras ferramentas que tornariam a narrativa um texto de cunho imaginativo.

Em seguida, continua:

A obra tem muito de memorialística, porque trabalha lembranças procurando recuperar o passado. Mas tem também muito de autobiografia, pois é aquilo que Dilthey, em seus estudos sobre a

autobiografia, chamou de 'conexão de uma vida': a prisão é o ponto de referência a partir do qual o autor-personagem revê a própria vida (Bastos, 1998, p. 55)

Nesse momento, o autor admitiria que a obra não apenas pode ser considerada como uma autobiografia, mas que também poderia ser considerada memorial. A seguinte passagem resume essa ideia, quando reforça, alguns parágrafos à frente, que o texto de Memórias do cárcere

[...] ora se encaminha numa direção, acentuando o aspecto confessional, ora noutra, acentuando o aspecto memorialístico. A grandeza literária das Mc advém dessa ambiguidade, do tratamento estético literário do testemunho (Bastos, 1998, p. 60)

No entanto, embora o autor faça menção ao aspecto memorialístico da obra, seu argumento nos conduz a uma discordância, pois interpretamos que ambiguidade e coexistência não são necessariamente sinônimas. Enquanto a ambiguidade sugere uma falta de clareza ou definição entre dois estados ou conceitos distintos, a coexistência implica existência simultânea de diferentes elementos. Entendendo que “a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua fixidez é a reconstrução permanente” (GONDAR, 2016, p.19), nossa concepção é de que Memórias do cárcere apresenta uma coexistência de lembrança e esquecimento, em vez de uma ambiguidade entre os dois.

Nesse momento, observamos o principal ponto de argumentação de Bastos: “as Mc são um relato subjetivizado: (...) testemunho” (1998, p.84). Portanto, Bastos, ao argumentar que a obra de Graciliano Ramos possui características testemunhais que a tornam uma peça de literatura mais complexa, ou seja, ao analisar a obra sob a perspectiva do testemunho, destaca o papel de Graciliano Ramos como testemunha de seu tempo, capturando não apenas suas experiências individuais na prisão, mas também as condições sociais, políticas e culturais da época em que viveu.

Ainda, entendemos que Bastos, da mesma maneira que Candido, também declina do caráter ficcional em Memórias do cárcere, pois, segundo o primeiro autor, o movimento é justamente o contrário, de afastamento da ficção:

Agora Graciliano personagem revisa as obras de ficção, comenta ou cita passagens dessas obras, avalia os mecanismos da sua criação, reescreve-as. Ele se pergunta até que ponto seus livros de ficção conseguiriam dar valor às classes oprimidas. A necessidade imperiosa da confissão levou-o a abandonar a ficção (Bastos, 1988, p.62)

Em nossa concepção, embora Memórias do cárcere possa conter elementos de testemunho, e reconheçamos que essa seja uma nova possibilidade de leitura para a obra, entendemos que Memórias do cárcere transcende essa categorização devido à sua natureza artística, narrativa e temática, bem como consideramos que o caráter ficcional deva ser levado em consideração ao se analisar Memórias do cárcere, conforme discorreremos com mais detalhes adiante.

Em linha de pensamento similar ao de Bastos, deparamo-nos com o nome de Alfredo Bosi, renomado crítico literário, professor, ensaísta e poeta brasileiro. O autor lança a questão no início do seu ensaio *A escrita do testemunho em Memórias do cárcere*: “como a memória de fatos históricos se fez construção literária pessoal sem descartar o seu compromisso com o que vulgarmente se entende por realidade objetiva? Uma palavra ajuda a avançar na solução do problema acima formulado. Essa palavra é *testemunho*” (Bosi, 1995, p. 309, grifo nosso). Ao introduzir o conceito de testemunho, Bosi destaca a importância da narrativa como uma forma de dar voz às experiências vividas e a maneira pela qual o autor defende seu argumento é atentando para a figura do narrador:

As Memórias do cárcere dão o paradigma dessa complexidade textual. Ao percorrê-las, somos levados tanto a reconstituir a fisionomia e os gestos de alguns companheiros de prisão de Graciliano, quanto a contemplar a metamorfose dessa matéria em uma prosa una e única - a palavra do narrador (Bosi, 1995, p. 310).

Notamos, então, que Bosi ressalta a singularidade do ponto de vista narrativo, enfatizando a perplexidade do narrador-testemunha, que se esforça em vão para compreender o verdadeiro significado dos eventos narrados. Bosi argumenta que essa perplexidade é expressa na obra de forma moderna e marcante, evidenciando a sensibilidade do narrador para além dos eventos narrados.

Em um outro texto de sua autoria, *Literatura e Resistência*, Bosi (2002, p. 221) afirma que:

O depoente é um dos três ou quatro maiores prosadores de nossa literatura, de modo que seria perder-nos em descaminhos querer interpretar suas lembranças de preso desconsiderando os padrões narrativos e estilísticos que as enfocaram.

No entanto, a análise de Bosi não explora o processo pelo qual o narrador busca compreender e dar sentido à realidade que vivenciou. Não considera, por exemplo, o impacto das disputas ideológicas e a não-adesão à ortodoxia partidária na formação da perspectiva do narrador. Apesar de o narrador ser um militante cuja voz ressoa a dos prisioneiros, isso não garante necessariamente uma compreensão completa das lembranças narradas.

Mais uma vez, entendemos o ensaio de Bosi pertinente e um estudo que oferece contribuições significativas para a compreensão de Memórias do cárcere. Entretanto, em nosso ver, embora ofereça uma análise perspicaz da perplexidade do narrador-testemunha, o aspecto da memória não recebeu a mesma atenção e sentimos que uma análise mais aprofundada da interação entre memória e narrativa poderia enriquecer ainda mais sua interpretação.

Dado o exposto até então, consideramos que embora essas leituras descritas até então sejam leituras pertinentes, de estudiosos e críticos do tema, elas não levam em consideração a trajetória pelas quais o narrador constrói a experiência vivenciada em sua operação de lembrança e esquecimento dos eventos narrados. Considerando que o narrador de Memórias do cárcere não é apenas um indivíduo isolado, mas sim um membro de um grupo social mais amplo que foi afetado pelas circunstâncias políticas da época, ao narrar sua experiência na prisão, ele evoca não apenas suas próprias lembranças, mas também os traços de uma memória coletiva compartilhada por outros prisioneiros políticos, suas famílias e suas comunidades. Quer dizer, a trajetória pela qual o narrador constrói sua experiência vivenciada não é apenas uma jornada pessoal, mas também uma jornada através da história e da cultura de seu povo. Ele reconta não apenas suas próprias vivências, mas também as injustiças, lutas e resistências de todo um grupo social.

Dessa forma, a narrativa se torna um testemunho, ou confissão, que seja, não apenas do indivíduo, mas também de um grupo social que fez parte de uma época marcada pela repressão política e pela busca por justiça e liberdade. Os estudos elencados até então, em nossa concepção, podem até não ignorar

completamente o aspecto coletivo das experiências narradas, ou da memória, pois reconhecem que estas estão inseridas em um contexto social mais amplo. No entanto, é importante ressaltar que a ênfase desses estudos está voltada para o aspecto individual e subjetivo da narrativa autobiográfica, do testemunho, entre outros, enquanto entendemos que o caráter social e coletivo das memórias devesse ser levado em consideração.

Diante do exposto, consideramos que Memórias do cárcere não seria apenas um relato histórico, autobiográfico ou testemunho da violência orquestrada durante o governo político da época, mas uma narrativa de lembranças carregada de elementos ficcionais, embebida de um ponto de vista subjetivo, em que os diálogos são recriados e narrados com base em sua reconstrução de memória, emoções e opiniões são expressas sobre determinados assuntos, além de seleção e ênfase sobre quais eventos devem ser narrados. É o que podemos observar, por exemplo, na passagem seguinte de Memórias do cárcere (Ramos, 2011, p. 121):

A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. (...) Santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão-do-mato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento

O cenário exposto na passagem nos leva a constatar uma provável comparação entre a condição de pessoas presas e a condição de pessoas escravas, em especial pelo tratamento desumano e cruel destinado às mesmas. Pode ser um indicador de uma divisão social em termos de condições econômicas: as pessoas presas que dispõem de um certo status econômico e social usufruem benesses nas prisões. Entendemos, pela passagem, haver um ponto de vista subjetivo nas narrativas.

Afirmamos que, em nossa concepção, é na atualização e compartilhamento das memórias que se destaca com mais veemência o caráter ficcional no qual se delineia a narrativa de Memórias do cárcere, já que, embora esteja relacionada a acontecimentos históricos brasileiros, foi necessário que o narrador recorresse a mecanismos da linguagem para narrar acontecimentos que parecessem ao leitor

reais e não imaginados.

Em uma lógica Aristotélica⁴⁰, em Memórias do cárcere são narrados acontecimentos que provavelmente aconteceram, não o que poderiam vir a acontecer. E não pretendemos, portanto, discutir se os acontecimentos em Memórias do cárcere aconteceram ou não da forma como foram narrados: o que nos chama a atenção nesse momento é investigar a construção dessa narrativa e discutir em que medida a obra poderia ser considerada como ficção. Porém, a questão da memória se impõe ao nos posicionarmos em relação a obra Memórias do cárcere principalmente porque a distinção entre memória individual e memória coletiva é fundamental, pois entendemos que a memória individual não existe de forma isolada, mas é profundamente influenciada pelo ambiente social em que uma pessoa vive, quer dizer, a memória individual é uma perspectiva da memória coletiva. Conforme já explicitamos, de acordo com Halbwachs (2004), a memória individual não é um fenômeno isolado, mas está intrinsecamente ligada ao contexto social, quer dizer, a memória individual é moldada e influenciada pelas relações sociais, pela participação em grupos e pela comunicação com outras pessoas. Halbwachs afirma que, ao recordarmos, a lembrança é sustentada por grupos, ou, como denominou, quadros sociais: o quadro da família, da religião e das classes, quer dizer, a realidade é reconstruída a partir desses três quadros sociais, o que acontece no momento presente.

4.2. Explorando novos horizontes: Memórias do cárcere enquanto ficção de memória

Em um período de tempo relativamente recente, insatisfeita pela falta de definição na Literatura para a memória, o termo “ficções de memória” foi apresentado por Neumann (2010). O termo, segundo a autora (2010, p. 334,

⁴⁰ Na lógica aristotélica, há uma distinção entre o que é possível, o que é provável e o que é necessário. Essa abordagem baseia-se na noção de que os eventos podem ser classificados com base em sua relação com a realidade e com o princípio de não contradição. No contexto de que estamos falando, a ideia é que a narrativa de Memórias segue uma estrutura na qual os eventos narrados são considerados como eventos que provavelmente ocorreram, em vez de eventos imaginários ou meramente possíveis.

tradução nossa), alude ao duplo sentido de ficção:

Inicialmente, se refere a narrativas literárias, não referenciais que retratam os trabalhos de memória. Em seguida, em um sentido mais amplo, o termo ficções de memória se refere às histórias que pessoas ou culturas contam sobre seus passados como resposta para a questão 'quem sou eu?', ou, coletivamente, "quem somos nós? Essas histórias também podem ser chamadas de "ficções de memória" porque, na maioria das vezes, acabam sendo uma reconstrução imaginativa do passado em resposta às necessidades atuais. Essas ficções conceituais e ideológicas da memória consistem em predisposições, preconceitos e valores, que fornecem códigos acordados para entender o passado e o presente e que encontram sua expressão mais sucinta em enredos literários e mitos⁴¹.

Neumann sugere que as "ficções de memória" englobam narrativas literárias que não se limitam a relatar fatos objetivos do passado, mas sim exploram os aspectos subjetivos, emocionais e criativos envolvidos na reconstrução da memória, isso é, essas narrativas muitas vezes misturam elementos reais e imaginários para oferecer uma representação mais rica e complexa do passado, indo além de uma simples descrição factual, bem como também se referem às histórias que indivíduos ou culturas constroem sobre seus próprios passados como parte do processo de formação da identidade pessoal ou coletiva. Essas narrativas não são apenas registros objetivos dos eventos passados, mas sim construções narrativas que moldam a compreensão e interpretação do passado e do presente, respondendo à questão fundamental de quem somos e de onde viemos.

Ainda segundo a autora,

A característica constitutiva de todas as ficções de memória é, portanto, a sua operação com perspectivas de tempo co-presentadas: os níveis multitemporais do passado e do presente se misturam de formas múltiplas e complexas. Esse tipo de organização não apenas estabelece uma ordem consecutiva, não apenas uma cadeia de elementos ao longo da flecha do tempo, mas

⁴¹ Do original: First, the phrase refers to literary, non-referential narratives that depict the workings of memory. Second, in a broader sense, the term "fictions of memory" refers to the stories that individuals or cultures tell about their past to answer the question "who am I?", or, collectively, "who are we?" These stories can also be called "fictions of memory" because, more often than not, they turn out to be an imaginative (re)construction of the past in response to current needs. Such conceptual and ideological fictions of memory consist of predispositions, biases, and values, which provide agreed-upon codes for understanding the past and present and which find their most succinct expression in literary plot-lines and myths.

um quadro de referência no qual cada evento está relacionado a outros em ambas as direções, tanto a direção para frente quanto para trás: cada evento é marcado por todos os eventos anteriores e evoca expectativas sobre eventos futuros (Neumann, 2010, p. 336, tradução nossa)⁴²

Ou seja, o termo “ficções da memória” é utilizado para se referir ao papel complexo e multifacetado que a memória desempenha na formação da identidade coletiva, especialmente no contexto das narrativas literárias. Neumann argumenta que a memória não é um registro objetivo do passado, mas é interpretada de acordo com as necessidades e perspectivas individuais e culturais. Essa visão da memória destaca a ideia de que nossas lembranças muitas vezes são construídas de maneira semelhante às narrativas ficcionais. Isso significa que, assim como um autor cria uma história com personagens, eventos e cenários, nossa memória também é influenciada por elementos criativos e interpretativos, logo, “ficções da memória” podem incluir elementos de fantasia, distorções, lacunas e outras adaptações para se adequar às nossas percepções, emoções e necessidades.

Entretanto, a principal ideia do conceito de “ficções de memória” é que a memória não é uma reprodução objetiva do passado, mas uma construção influenciada por fatores pessoais e culturais – ou, adicionamos, por vezes políticos ou históricos. Neumann (2010, p. 339) enfatiza que as narrativas literárias, ao explorarem a complexidade da memória, muitas vezes revelam como lembranças individuais e coletivas são formadas por meio de seleções, omissões e interpretações:

Ao dar voz àquelas ficções da memória anteriormente silenciadas, elas constituem uma contra-memória imaginativa, desafiando assim a cultura de memória hegemônica e questionando os limites socialmente estabelecidos entre lembrança e esquecimento⁴³

⁴² The constitutive characteristic of all fictions of memory is therefore their operating with co-present time perspectives: The multi-temporal levels of the past and the present intermingle in manifold and complex ways. This kind of organization does not merely establish a consecutive order, not merely a chain of elements along the arrow of time, but a reference frame in which each event is related to others in both a forward and backward direction: Each event is both marked by all preceding events and evokes expectations about events to come.

⁴³ By giving voice to those previously silenced fictions of memory, they constitute an imaginative counter-memory, thereby challenging the hegemonic memory culture and questioning the socially established boundary between remembering and forgetting.

É coadunando com essa linha de pensamento que nos posicionamos em relação a Memórias do cárcere. Levando em consideração todos os aspectos que a obra engloba, como a violência, a experiência no cárcere, entre outros, situamos o texto Memórias do cárcere enquanto ficção de memória já que, em nossa concepção, o texto é fruto de uma atualização, ou melhor, uma construção imaginativa de acontecimentos passados em função de uma necessidade atual: a de narrar histórias que pudessem auxiliar no caminho que respondesse à pergunta: quem sou eu, ou melhor, coletivamente, quem somos nós (pessoas encarceradas, sob custódia do Estado)?

Assim, ao considerarmos Memórias do cárcere como ficções de memória, podemos perceber como Graciliano Ramos utiliza sua narrativa não apenas como um registro objetivo dos eventos passados, mas como uma reconstrução criativa e interpretativa de suas memórias de experiências coletivas na prisão. Através da escrita, ele não apenas relata os fatos históricos, mas também os recria e os reinventa, dando-lhes novos significados e perspectivas.

Por fim, ao entendermos Memórias do cárcere como ficção de memória, reconhecemos a natureza fluida e subjetiva da memória. Graciliano Ramos enquanto narrador não busca simplesmente reproduzir os eventos passados, mas sim reinterpretá-los e atualizá-los à luz de suas próprias experiências, sentimentos e percepções. Nesse sentido, sua obra nos convida a refletir não apenas sobre o que aconteceu no passado, mas também sobre como o lembramos e o significado que atribuímos a essas lembranças.

Diante de tudo o que já foi dito até o presente, evocamos, para o centro da questão, o narrador de Memórias do cárcere, objeto que focalizaremos no próximo capítulo. A relevância de um capítulo dedicado ao narrador de Memórias se faz imperiosa já que, se quisermos realmente compreender as relações entre o real e o ficcional, o presente e o passado, nas Memórias do cárcere, convém investigar quem é o narrador dessa história “presumivelmente verdadeira”.

5 O NARRADOR EM MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Na complexa tapeçaria da literatura, o papel do narrador é fundamental para a construção de uma narrativa envolvente e impactante. Nas páginas de *Memórias do cárcere*, essa importância se manifesta de maneira notável e intrigante, de maneira que nos propomos, nas próximas páginas, discorrer sobre a figura do narrador. Através dessa análise, objetivamos entender como se dá o processo de construção dessa narrativa com base nas singularidades e perspectivas desse narrador, bem como os mecanismos pelos quais a obra perpetua uma narrativa que ecoa muito além de seu tempo original, ao tentar responder perguntas como: Quais qualidades do narrador fazem com que *Memórias do cárcere* permaneça uma obra de referência? Quais recursos discursivos são usados por esse narrador que precipitam efeitos (estéticos?) no leitor?

5.1 Esquadrinhando as possibilidades do narrar(dor)

Textos literários narrativos são, como sabemos, uma forma rica e complexa de expressão artística, em que a figura do narrador desempenha um papel crucial na construção de um universo ficcional. O narrador, enquanto mediador entre os acontecimentos e o leitor, pode moldar a experiência de leitura ao decidir o ponto de vista, o tom e a quantidade de informação revelada ao longo da narrativa. No decorrer da história da literatura universal, vemos uma ampla gama de narradores que desempenham papéis diversos, passando, por exemplo, de um narrador defunto que conta a sua história após a morte, na obra Machadiana (1984) *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a um narrador que se confunde entre o real e o fantástico em *Grande Sertão Veredas* (1986), entre tantos outros existentes na Literatura. Porém, o que nos causa uma grande inquietação nesse trabalho é o narrador de *Memórias do cárcere*.

Nesse momento, advertimos: não buscamos realizar uma análise exaustiva de todos os conceitos relativos a figura do narrador, uma vez que esse esforço já foi

realizado por outros estudiosos, a exemplo de Ligia Chiappini Moraes Leite em sua obra *O foco narrativo* (1985). Portanto, focalizaremos os conceitos que serão pertinentes e específicos para a compreensão do narrador presente na obra *Memórias do Cárcere* em nosso estudo.

O jogo de palavras que propomos no subtítulo desta seção, o esquadrihar de possibilidades do narrar/narrador não é meramente de caráter semântico, mas sim uma porta para uma análise intrincada da maneira como a narrativa é tecida e expressa. Nos interessa, de acordo com os objetivos que elencamos nesse estudo, entender: Como essa história, gestada por quase dez anos, é finalmente contada? Como o narrador constrói a narrativa da experiência prisional?

Dessa forma, buscamos lançar luz sobre como o narrador atualiza e constrói a memória, utilizando os recursos de resistência de natureza discursiva e linguística, diante da experiência de sofrimento e da dor. Portanto, propomo-nos a, nas próximas linhas, tentar entender como se dá o processo de construção dessa narrativa por meio da análise da estrutura narrativa baseada em pontos essenciais sugeridos por Stanzel (1971), um estudioso teórico sobre a narratologia, no texto *The first-person novel*. O autor inicia seu texto fazendo uma diferenciação entre o eu narrador (narrating self) e eu experienciador (experiencing self)⁴⁴. No primeiro caso, temos uma voz que narra a história, ou seja, o ponto de vista a partir do qual a história é contada. Ele pode estar dentro da história (como um personagem que conta sua própria história) ou fora dela (como um narrador onisciente). Já o eu experienciador, refere-se ao eu que experimentou ou vivenciou os eventos narrados. De acordo com o autor (Stanzel, 1971, p. 69):

O centro inicial de orientação do leitor reside no aqui e agora do eu narrador. A partir desse ponto, o material narrado deve aparecer como passado. Então, torna-se possível para o leitor direcionar sua atenção para longe do ato narrativo e em direção à cena fictícia. O leitor então se identifica com o eu experienciador no momento de sua experiência. A mudança do centro de orientação no romance em primeira pessoa é facilitada pelo fato de que o eu narrador e o eu experienciador são apenas diferentes aspectos da mesma

⁴⁴ A distinção entre narrating self (erzählendes Ich) e experiencing self (erlebendes Ich) foi feita pela primeira vez pelo autor Leo Spitzer (1992) em seu ensaio sobre Proust e é adotado até hoje pela maior parte dos estudiosos que se debruçam sobre a narrativa de primeira pessoa e foi desenvolvido por Stanzel, com quem nos alinhamos.

personalidade. A mudança do aqui e agora do eu narrador para o aqui e agora do eu experienciador pode, portanto, ocorrer dentro da mesma pessoa. A recordação do passado, que geralmente é o ponto de partida do processo narrativo no romance em primeira pessoa, avançará com mais facilidade para uma representação vividamente “presente” das experiências anteriores do eu.⁴⁵

Em seguida, quando inicia sua análise de narrador de primeira pessoa na obra *Moby Dick*, elenca quatro pontos essenciais que devem ser analisados⁴⁶:

- 1) O eu narrador é idêntico, *in persona*, com o eu experienciador;
- 2) O eu narrador, no ato da narração, está em uma relação de posterioridade com o eu experienciador e com a ação; a distância narrativa é designada na narrativa;
- 3) Se a distância narrativa for maior do que a duração do assunto narrado, então o eu narrador considera a ação como concluída;
- 4) O eu narrador se distingue do eu experienciador por um maior *insight* e maturidade, por uma tendência à retrospectão e reflexão, e muitas vezes por uma maneira de vida completamente diferente.

Ao final de sua análise de *Moby Dick*, Stanzel (1971, p. 76) conclui que, em relação ao primeiro fator analisado:

Pode-se dizer que a conexão inicial próxima entre o eu narrador e o eu experienciador é consideravelmente relaxada ao longo da maior parte da obra. (...) Esse romance contém, portanto, ambas as formações da situação narrativa em primeira pessoa - tanto a conexão estreita quanto a conexão frouxa do eu narrador com o eu

⁴⁵ Do original: The reader's initial center of orientation lies in the now-and-here of the narrating self. From this point the narrated material must appear as past. Then it becomes possible for the reader to direct his attention away from the narrative act and toward the fictional scene. (...) The reader then identifies with the experiencing self at the moment of its experience. (...) The shift of the center of orientation in the first-person novel is facilitated by the fact that the narrating self and the experiencing self are only different aspects of the same personality. The shift from now-and-here of the narrating self to the now-and-here of the experiencing self can thus take place within the same person. recollection of the past, which is usually the starting point of the narrative process in the first-person novel, will advance all the more easily to a vividly "present" portrayal of the self's earlier experiences.

⁴⁶ 1. The narrating self is identical in persona with the experiencing self; 2. The narrating self in the act of narration stands in a relationship of posteriority to the experiencing self and to the action; the narrative distance is designated in the narrative; 3. If the narrative distance is greater than the duration of the narrated matter, then the narrating self regards the action as completed; 4. The narrating self distinguishes itself from the experiencing self by greater insight and maturity, by a tendency to retrospection and reflection, and often by a completely different way of life.

experienciador⁴⁷.

Em relação ao segundo ponto analisado, o autor nos diz que

A designação das duas distâncias narrativas é expressa de forma vaga, principalmente em adjetivos. Parece provável que o autor não tenha acompanhado conscientemente a distância narrativa; ela surgiu naturalmente como função de sua concepção básica do romance⁴⁸.

Já em relação ao terceiro fator que observou em sua análise, o autor nos informa que

O eu experienciador, Ishmael, não pode prever seu destino. Sem hesitações, ele se alista no Pequod para uma longa viagem de baleação. (...) Para o eu narrador, separado desses eventos pela distância narrativa, a viagem do Pequod deve aparecer em uma visão panorâmica desde sua partida até seu naufrágio. No entanto, narradores em primeira pessoa raramente fazem comentários prefigurativos que antecipem a conclusão e a resolução do conflito. O narrador de Moby Dick, também, não permite que o leitor saiba antecipadamente a conclusão da viagem do navio⁴⁹.

Por fim, no que diz respeito ao último ponto de sua análise, o fato de o eu narrador se distinguir do eu experienciador por uma tendência à retrospectiva e reflexão, o autor atesta que

Em Moby Dick, tanto o eu experienciador quanto o eu narrador aparecem como fontes primárias de informação. O eu narrador registra suas experiências, suas valorações e interpretações dos eventos, assim como o eu experienciador. Por esse motivo, frequentemente surge uma tensão ou oposição entre a valoração acompanhante do eu experienciador de um evento conforme ele

⁴⁷ It can be said that the initial close connection between the narrating self and the experiencing self is considerably relaxed throughout most of the work. (...) This novel thus contains both formations of the first-person narrative situation - both tight and loose connection of the narrating self to the experiencing self.

⁴⁸ The designation of the two narrative distances is expressed vaguely, in adjectives for the most part. It seems likely that the author did not consciously keep track of the narrative distance; it arose naturally as a function of his basic conception of the novel

⁴⁹ The experiencing self, Ishmael, cannot foresee his fate. With no misgivings he enlists on the Pequod for a long whaling voyage. (...) For the narrating self, separated from these events by the narrative distance, the voyage of the Pequod must appear in a panoramic view from its departure to its sinking. Yet first-person narrators only rarely make prefigurative comments which anticipate the conclusion and resolution of the conflict. The narrator of Moby Dick, too, does not allow the reader to know in advance the conclusion of the ship's voyage.

ocorre, por um lado, e a valoração fornecida pelo eu narrador, por outro⁵⁰.

Dado o exposto, tomando como base os pontos essenciais de análise elencados por Stanzel, iniciamos nossa análise em relação ao narrador em nossa pesquisa. Entretanto, nos baseamos em apenas três dos pontos essenciais, que escolhemos nomear:

- 1) a coexistência de um eu narrador e um eu experienciador;
- 2) a existência de uma distância narrativa entre o eu narrador e o eu experienciador; e
- 3) a dissociação entre eu narrador e o eu experienciador por uma tendência à introspecção.

Discorreremos mais detalhadamente sobre cada um desses pontos conforme nossa análise for tomando forma.

A narrativa de Memórias do cárcere é, conforme já mencionamos, uma narrativa extensa e intrincada, especialmente quando consideramos que os principais desafios na interpretação do texto estão centrados em um aspecto fundamental: o narrador em primeira pessoa sobre fatos relativos à vivência de encarceramento por quase um ano do autor.

Dessa maneira, iniciamos nossos apontamentos “trazendo para a mesa” o fato de que Graciliano Ramos sempre se valeu do pensamento de que só poderia narrar aquilo que, de uma maneira ou de outra, decorreu de eventos experienciados. O próprio autor nos afirma o pensamento quando narra, em certa altura das Memórias, sua opinião sobre a escrita de José Lins do Rego, outro nome de destaque na Literatura Brasileira, e diz: “só me abalanço a expor a coisa observada e sentida” (Graciliano Ramos, 2011, p. 61). Dessa maneira, poderíamos nos aventurar a dizer que Memórias do cárcere é uma ficção de memória que resulta de um processo de ficcionalização de acontecimentos vividos real ou imaginariamente: isso significa que as lembranças construídas, bem como as experiências relativas a fatos reais do cotidiano carcerário relatadas pelo autor, Graciliano Ramos, são moldadas e transformadas em elementos ficcionais dentro da narrativa.

⁵⁰ In Moby Dick the experiencing as well as the narrating self appear as primary sources of information. The narrating self registers his experiences, his valuations, and interpretations of the events just as the experiencing self. For this reason a tension or opposition often arises between the experiencing self's accompanying valuation of an event as it happens, on the one hand, and the valuation provided by the narrating self, on the other.

Nesse momento, então, focalizamos o primeiro dos pontos essenciais na construção dessa narrativa: a coexistência entre um eu narrador e um eu experienciador. Nesse sentido, entendemos que o eu narrador é a voz que conta a história, o narrador propriamente dito. Ele pode estar dentro da história (como um personagem que narra os eventos) ou fora dela (como um narrador onisciente). O eu narrador molda a narrativa, selecionando quais eventos contar, a maneira como são apresentados e as interpretações que são feitas. Já o eu experienciador é o personagem principal da história que vivencia os eventos diretamente, no contexto em que estamos discutindo, os eventos ocorridos no cárcere. Eles experimentam as ações, pensamentos e emoções dentro do mundo ficcional. O eu experienciador não narra a história, mas é central para os eventos que ocorrem. Por isso, entendemos que há uma coexistência entre esses eus, embora eles sejam eus diferentes.

Debruçamo-nos, em nossa análise, em alguns momentos da narrativa em que o fato descrito acima pode ser observado. A título de identificação na leitura de nosso estudo, ordenaremos os trechos com algarismos romanos e destacaremos eles em itálico.

O primeiro trecho que trazemos faz parte do primeiro capítulo do livro, quando o narrador, em uma espécie de metalinguagem, nos fala sobre o processo do narrar. O segundo trecho, mais adiante na narrativa, nos situa no momento em que viajava a bordo do Navio Manaus:

Trecho 1

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje a impressão de realidade.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 15)

Trecho 2

Era certo achar-me no camarote do padeiro; algumas horas depois iria estender-me na rede, por baixo da escotilha. Centenas de homens cochichavam ao pé da porta, lembrando minúcias de uma revolução gora. Esquisito. Um mês antes isso

não tinha realidade (...). Agora me ligava a fatos pouco mais ou menos ignorados, esquecia casos a que dera muita importância. Não os esquecia realmente: jogava-os num desvão, onde se empoeiravam, cobriam de teias de aranhas; ressurgiam, sobrepunham-se ou subpunham-se aos outros, afinal se nivelavam, misturavam todos, e já não me era possível saber o que estava dentro ou fora de mim.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 166)

No primeiro trecho, a dualidade entre “o que notei” e o que “julgo ter notado” se faz presente explicitamente na reflexão da natureza de determinado evento rememorado. Ambos em primeira pessoa, o narrador faz uso dos vocábulos para se referir ao eu experienciador, ou seja, o eu que viveu os eventos, e o eu narrador, que conta os eventos do seu ponto de vista, ao atualizar, revisitar esses possíveis vestígios referidos ao passado em termos da construção de lembranças, o que nos reitera a presença desses dois eus. Já no segundo trecho, de maneira semelhante, a coexistência entre o eu narrador e o eu experienciador é evidente na descrição do processo mental do autor: o uso do advérbio agora nos indica que o eu narrador está consciente de uma transformação em sua perspectiva de eu experienciador ao longo do tempo, enquanto que a metáfora do “desvão” simboliza a mente enquanto caminho pelo qual as lembranças são potencializadas – ou esquecidas- e a poeira e teias de aranha indicam a passagem do tempo. Essa coexistência serve para enfatizar a subjetividade da experiência narrada e a influência do tempo na interpretação e recordação dos eventos, enriquecendo a narrativa quando versa sobre a natureza da memória e da própria escrita.

Ainda no que diz respeito à convivência de eus presentes na narrativa na forma de um eu narrador e um eu experienciador, insta mencionar o uso do pronome de primeira pessoa. Segundo Stanzel (1971, p. 60)⁵¹,

No típico romance em primeira pessoa, a ilusão da identidade entre o narrador e uma figura do mundo fictício é continuamente renovada pelo uso do pronome ‘eu’ (...). Esse ‘eu’ ou ‘si mesmo’ se revela ao leitor como uma figura que vivencia os eventos da trama - uma figura que, em última instância, torna-se o narrador desses eventos.

⁵¹ Tradução livre de: In the typical first-person novel the illusion of the identity of the narrator and a figure from the fictional world is continually renewed by the use of the pronoun “I” (...) This “I” or “self” reveals itself to the reader as a figure experiencing the events of the plot – a figure which ultimately becomes the narrator of those events.

Ou seja, embora coexistam, os eus não são únicos nem homogêneos. Entretanto, mesmo quando o narrador se distancia, se diferencia do eu experienciador, de acordo com Cohn (1978, p. 144⁵²), “seus dois eus permanecem unidos pelo pronome de primeira pessoa”.

Sobre o pronome de primeira pessoa, curiosamente, nosso narrador nos indica, já na abertura de suas memórias, que desgosta usar o “pronomezinho irritante”:

Trecho 3

Desgosta-me usar a primeira pessoa. (...) é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 15)

Assim, uma consideração pode ser levantada sobre esse desgosto em usar o pronome de primeira pessoa. De acordo com Souza (2010, p. 151), esse movimento contrário ao uso do pronome se justifica porque “o narrador se comporta como ator dramático, que representa o outro eu, e não o próprio eu”. Ora, Graciliano Ramos narrador pode até não gostar, ou fazer malabarismos com suas próprias palavras para torná-lo mais impessoal (quando diz, no trecho, que *se façam malabarismos*), mas, segundo Alves (2016, p. 47), “o utiliza como condição estratégica de construção do texto”, ou seja, o narrador se identifica como parte integrante da narrativa, ao mesmo tempo em que é um narrador cuja natureza transita naturalmente entre a realidade e a ficção.

Nesse momento, trazemos a lume mais um trecho das Memórias, assaz elucidativo, de momentos em que os prisioneiros do quartel do exército estavam sendo levados para embarcar no navio Manaus:

Tradução livre de: His two selves remain yoked by the first-person pronoun.

Partimos. Ignoro se chegamos logo ao destino, se nos demoramos a rolar nas ruas estreitas, que não nos despertavam curiosidade. Certamente ninguém se lembrava de observar o trajeto e consultar relógio. Tínhamos vivido em num quartel do exército, separados: talvez nos houvessem oferecido tratamento diverso para semear discórdia.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 102, grifos nossos).

Sobre o trecho acima, podemos tecer alguns comentários. Inicialmente, é possível observar que a falta de interesse dos personagens pelo trajeto pode ser uma maneira utilizada pelo narrador para criar um senso de incerteza ou desapego em relação ao ambiente, mas entendemos ser uma maneira de realçar o foco da história em temas ou conflitos internos dos personagens em oposição aos eventos externos, ou seja, esse trecho pode ser visto como uma manobra narrativa que enfatiza a atmosfera e o estado de espírito dos personagens em vez de detalhes objetivos. Segundo Miranda (1992, p. 106),

É do pormenor, cuja insignificância autentica, assinala e significa o real, que provém a impressão de realidade e é através dele que esta pode ser lida, escrita e relida. Daí decorre a impossibilidade de exatidão das múltiplas visões do real, dependentes evidentemente do olhar de quem olha e do arranjo do olhado ou experimentado no discurso, já que neste o verdadeiro pode não ser verossímil.

Ou seja, esse autor sugere que a impressão de realidade em uma narrativa é construída através de detalhes aparentemente insignificantes, mas verossímeis. São esses pequenos detalhes que conferem autenticidade à narrativa e permitem que ela seja percebida como verdadeira pelo leitor, já que a percepção da realidade é subjetiva e depende do ponto de vista de quem observa.

Aqui, cabe um parêntese. De maneira semelhante, Rousseau, em seu texto *Confissões* (2008), no qual ele narra os eventos e experiências de sua vida, desde a infância até a idade adulta, deparou-se com a tarefa impossível de reconstruir situações que tiveram lugar no passado com a precisão que desejaria, o que fez com que se baseasse, na narrativa, no que sentiu no momento em que narrou os fatos vividos. Isso quer dizer que não há como haver engano com relação aos

afetos, de sua parte, haja vista que sempre haverá certeza no tocante à dor sentida, porém aquilo que a causou pode ser objeto de dúvida ou de suspeição. Ainda seguindo o pensamento de Rousseau, depreendemos que “eu posso deixar lacunas nos fatos, (...), posso atrapalhar-me com as datas, mas não posso me enganar sobre o que senti” (Rousseau, 2008, p. 102). Dessa maneira, entendemos que o narrador de Memórias fez o mesmo: impossibilitado de reconstruir fidedignamente certos eventos ocorridos há uma década, baseou-se no que sentiu enquanto narrava, para atualizar suas memórias e narrar setecentas páginas de experiências tecidas em lembranças de um passado que insistia em não passar.

Em seguida, podemos ressaltar também, no trecho que estamos focalizando nesse momento, a alternância entre o uso de primeira pessoa do plural para primeira pessoa do singular, seguida da volta para a segunda pessoa do plural, o que nos intriga: o que teria impulsionado o narrador a fazer essa mudança? Observando o excerto sem muitas pretensões, alguém poderia dizer que a alternância entre a primeira pessoa do singular e do plural pode ser vista apenas como uma escolha estilística do narrador. Entretanto, concordamos com Souza (2010, p. 172) quando afirma que “a alternância do singular e plural (...) enfatiza o intercâmbio dialógico da memória do preso e das memórias dos encarcerados” já que entendemos as memórias evocadas pelo narrador como memórias coletivas. Quer dizer, se o narrador pode afirmar que as ruas não despertavam curiosidade em todos, poderia dizer também que todos ignoravam o fato de terem demorado ou chegado logo ao destino, até porque demonstra certeza quando versa que “certamente” ninguém, ou seja, nenhum deles teria se dado ao trabalho de checar o relógio.

Assim, entendemos que a alternância de primeira pessoa do singular para a primeira pessoa do plural indica uma mudança na focalização narrativa: a narrativa começa com o foco no narrador que, em seguida, se expande para incluir a perspectiva coletiva do grupo. Essa alternância produz um efeito no leitor que remete à atmosfera de coletividade, destacando a importância do grupo na história. Em outras palavras, a alternância entre a primeira pessoa do singular e do plural indica a dinâmica de memória coletiva e memória individual. Quando o narrador privilegia o uso de “nos/nós”, ele está se referindo à coletividade dos personagens, sugerindo que a falta de atenção ao trajeto faz alusão a uma posição subjetiva compartilhada por todos, em uma espécie de ação solidária, ou seja, uma

característica comum que repercute na trajetória de vida de todos os personagens. Melhor dizendo, de forma direta, os personagens são igualmente afetados.

Nesse momento, evocamos a seguinte ideia: esses eus, ainda que coexistentes, em Memórias do cárcere, se distanciam por uma década, o que nos leva ao segundo ponto essencial na construção de nossas análises, que diz respeito à relação posterior do eu narrador com o eu experienciador. Alinhando-nos à analogia utilizada por Proust (1934, p. 1014), narrar é possível pois o narrador reconstrói as memórias como quem olha para um negativo de filme:

A pessoa vivencia, mas o que foi vivenciado é como esses negativos que mostram apenas o preto até que sejam expostos diante de uma lâmpada, e eles também devem ser olhados pelo lado reverso; não se sabe o que é até que tenha sido exposto diante da inteligência. Somente então, quando se lança luz sobre isso e o intelectualiza, é possível distinguir — e com que esforço! — a forma do que se sentiu⁵³.

Nessa metáfora, Proust sublinha a coexistência desses eus ao comparar o processo de compreensão das experiências com o olhar para um negativo fotográfico: é necessário inverter a perspectiva e examiná-la sob a luz correta para perceber os detalhes e a forma do que foi vivenciado pois só assim seria possível distinguir claramente o que foi sentido - no caso de Memórias, o narrador olha para o negativo há uma década. Nesse caso, o eu narrador, distanciado de sua própria história, organiza suas lembranças e desvela sua experiência quando os eventos já se desenrolaram de forma definitiva, ou seja, mais uma vez atestamos que ocorre uma dissonância entre o eu narrado e o eu experienciador. O eu narrador, por sua vez, com o benefício do conhecimento adquirido posteriormente, interpreta e atualiza as lembranças de seu passado em termos de construção de memórias. Observemos o trecho abaixo, que se constitui como as palavras de abertura de Memórias do cárcere:

⁵³ Tradução livre de: One experiences, but what one has experienced is like these negatives which show nothing but black until they have been held up before a lamp, and they, too, must be looked at from the reverse side; one does not know what it is until it has been held up before the intelligence. Only then, when one has thrown light upon it and intellectualized it can one distinguish—and with what effort! - the shape of what one has felt.

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos por que silencieei e por que me decido. Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance.

(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 11).

Essa abertura, que entendemos quase como um vômito de palavras entaladas há dez anos, visto que a construção guiada pelo narrador, ao iniciar sua fala com “resolvo-me a contar”, como se já não aguentasse mais guardar todos esses acontecimentos dentro de si, nos dá algumas pistas sobre o que poderemos encontrar nas próximas páginas de leitura. A primeira delas é que o que está prestes a ser narrado é tão complexo que o narrador hesitou e optou por uma década pelo silêncio, mas que por fim, diante da necessidade imperiosa de tentar elaborar de alguma maneira a experiência que consideramos ser de natureza traumática que viveu, mostra força – *me resolvo* - e resistência – *me decido*.

A segunda pista se refere a notas, que não mais existem, mas que existiram em algum momento, incluindo o marco temporal presente do cárcere. Essas notas, as quais consideramos como vestígios de memórias, nos indicam que enquanto estava na prisão, o narrador já expressava o desejo de escrever como forma de existir e resistir já que, ao ser transferido de Alagoas para o Rio de Janeiro a bordo do navio Manaus, Graciliano Ramos já tenciona rascunhar algumas palavras, que continuam a ser desenhadas em letras pequenas para caber no escasso papel de que dispunha durante sua passagem pelo Pavilhão dos Primários, mas que – como adverte logo de início – teve como destino a fluidez das águas do mar diante do temor e da precaução do narrador em ter essas ideias conhecidas quando de sua transferência para uma das unidades prisionais, situada na Ilha Grande.

Nesse momento, gostaríamos de levantar um questionamento: admitindo que o esquecimento é necessário, não apenas para que a evocação da recordação ocorra, mas para que a própria constituição da memória possa ocorrer, é possível aventar a possibilidade de que o lançamento dos rascunhos ao mar quando deixou a prisão na Ilha Grande, bem como os dez anos que separam o eu narrador do início da sua narrativa impliquem critérios de um embate entre o que deveria ser relegado ao esquecimento e o que deveria ser lembrado? Acreditamos que sim.

A terceira pista se refere aos personagens envolvidos na densa trama na qual estamos prestes a adentrar, personagens com nomes reais, personagens que têm suas experiências de vida e lembranças compartilhadas com o narrador e conosco enquanto leitores. Ao passo que alguns personagens eram pessoas custodiadas enquadradas na rubrica de presos políticos, a outra maioria desses personagens cumpria longas penas em razão da condenação por crimes considerados de gravidade máxima.

A quarta e última, mas não menos intrigante pista que nos deixa, se refere ao narrador com quem vamos interagir ao longo da leitura. Esses traços de narrador decidido, mas modesto, nos mostram que entender quem é esse narrador de dez anos depois dos acontecimentos se faz imperioso para compreender os quatro itinerários que compõem Memórias do cárcere, pois serve como a lente através da qual a narrativa se desdobra diante de nós. Através dos olhos e da voz desse narrador, somos guiados pelas nuances das experiências de prisão e das complexidades políticas e sociais da época.

Nessa linha de pensamento, temos o fato de que o narrador não teria a pretensão de narrar uma história em que os fatos lidos fossem cópia absoluta e fiel, mas sim o narrar de histórias em que as operações de lembrança e esquecimento se dão de forma singular. O narrador não se prende, então, a questões cronológicas e temporais, detalhes sobre objetos em determinados locais, ordem de acontecimentos, entre outros pormenores que observaremos em um breve instante. Nessa narrativa, há uma (re)construção de experiências que não necessariamente correspondem a uma verdade absoluta do “experenciado”, fato que não é nem “escondido” pelo narrador quando nos deixa a entender que talvez precise evocar sua liberdade na escolha do narrar essa dor e da maneira como isso ocorrerá, ou, em outras palavras, para ilustrar a seletividade das memórias narradas.

Observemos, agora, a seguinte descrição que o narrador faz, já preso, da

dinâmica ilícita para provisão de certos objetos na cadeia:

Trecho 6

No escotilhão estabelecera-se um pequeno comércio. Foi ali com certeza que achei meio de renovar a minha provisão de fósforos e cigarros. Não me recordo. Também não sei como nos forneciam água. Lembro-me de que ela se achava à entrada, perto do camarote do padeiro, mas esqueci completamente se estava em balde ou ancoreta, se vinha de encanamento. Afasto a última suposição, estou quase certo de que não existia nenhuma torneira. Esta lacuna me revela o desarranjo interno, pois a sede era grande, estávamos sempre a beber. (GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 150)

Observamos, no excerto acima, que o narrador constrói a memória fazendo uso de palavras semanticamente opostas: precisão e imprecisão coexistem de maneira a sustentar essa memória em “com certeza” e “não me recordo”. O importante naquele momento é que os cigarros e os fósforos, objetos de imensa importância, tiveram seu estoque renovado⁵⁴ e com esse problema não teria com o que se preocupar. Além disso, observamos um momento de introspecção devido à autoconsciência do narrador em relação à memória. Isso cria uma atmosfera de contemplação e incerteza que se estende por toda a narrativa, afetando a maneira como os leitores percebem os eventos, como a luta pela sobrevivência durante a custódia no ambiente carcerário, bem como a adversidade enfrentada pelos personagens em diversos aspectos.

De maneira semelhante a que se referiu à provisão de cigarros, informa que havia água, embora não recordasse como ela se fazia disponível, ou seja, o narrador destaca que a sede era grande e que eles estavam sempre bebendo, sugerindo que a sede é uma memória vívida e significativa para o narrador, enquanto os detalhes sobre como obtiveram água são menos importantes em sua memória, mais uma vez evidenciando o caráter seletivo da memória. Ainda,

⁵⁴ Em outro momento de Memórias do cárcere, observamos que sempre que podia Graciliano Ramos tentava renovar sua provisão de cigarros: “Dei ao faxina uma pequena lista de coisas necessárias: papel, lápis, cuecas, lenços, fósforos, cigarros, muitos cigarros e fósforos, pois isto se consumia com grande rapidez” (RAMOS, 2011, p. 55)

poderíamos nos aventurar a dizer que a ênfase na sede simbolizaria a luta contra as adversidades em um contexto desconhecido e temido, que era o contexto carcerário. E termina: “afasto essa suposição”, mas esse impasse sobre o que precisamente existia ou não se suporta no fato de que é a exteriorização de uma confusão interna. Ou seja, pode atrapalhar-se com pormenores, mas não sobre o que sentia, pois, de acordo com Souza (2010, p. 35), “o ensinamento mais precioso da narrativa de primeira pessoa consiste no reconhecimento de que a significação da realidade depende da subjetividade que a representa (...) toda realidade é duplamente filtrada pela reflexão do narrador” ou, adicionamos, pela emoção do eu narrado. É o que podemos observar em outros momentos da narrativa de Memórias quando, logo no primeiro capítulo da obra, o narrador nos diz sobre as notas que escreveu durante seu período encarcerado:

Trecho 7

Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consulta-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p.14)

Ou, mais a frente na narrativa, quando já está encarcerado na prisão da Ilha Grande:

De manhã, no curral de arame, achei-me capaz de fixar a atenção, coisa que ainda não conseguira fazer. As minhas observações tinham sido fragmentárias e dispersas, havia sulcos na memória, fatos de pequena importância avultavam demais. Agora diminuía a perturbação. (GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 443)

Nos trechos acima, “sulcos na memória” e “verossímeis” se destacam no que diz respeito à significação da realidade, pois o nosso narrador nos indica que suas lembranças, bases de seu exercício narrativo, se fazem comprometidas – tanto pelo tempo que distancia o eu narrador do eu experienciador, quanto pelo fato de que não possui mais as notas que escreveu enquanto estava preso- e podem ser evocadas de maneira não linear, ao passo que a presença de “sulcos” nos sugerem lacunas, falhas, ou até mesmo, distorções. Essa ideia contribui para a reflexão sobre a subjetividade da memória, sugerindo que a realidade narrada pode ser afetada pela forma como as experiências foram percebidas e atualizadas, ao passarem pelo filtro do narrador. No trecho 8, mais uma vez, o caráter seletivo da memória é evocado, ao destacar a relação entre *verdade* e *verossimilhança*, pois, de acordo com Miranda (1992, p.107), “o caminho seguido em Memórias do cárcere é o da liberação do texto da subserviência à objetividade e o da sua contraposição a ideia de cópia identificadora do real”.

A complexidade da construção, pelo eu narrador, da realidade experienciada pelo eu experienciador, surge na forma como o narrador lida com essas observações ao longo do tempo, destacando a natureza fluida e interpretativa da narrativa. Mesmo apesar da distancia temporal que separa os dois eus e da seletividade da memória que evoca determinados detalhes e omite outros, há fluidez na narrativa. De acordo com Dorrit Cohn, a fluidez se refere à “relação variável entre o eu que narra e o eu que vivencia ao longo do eixo temporal que os conecta. (...) O eu que vivencia na narração em primeira pessoa é sempre observado por um narrador que sabe o que aconteceu em seguida e que é livre para deslizar para cima e para baixo no eixo temporal que conecta seus dois eus” (COHN, 1978, p.

145⁵⁵). Chamamos a atenção, nesse momento, para o movimento para cima e para baixo no eixo temporal mencionado pela autora, que é narrado quando o eu narrador nos informa como pretende evocar suas lembranças:

Trecho 9

Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias. (...) Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p.14)

Nessa passagem, a liberdade e a flexibilidade do narrador em moldar a narrativa de acordo com suas preferências e perspectivas é evocada: ela reforça a não linearidade dos eventos narrados ao informar que está aberto a explorar a narrativa de maneira justamente não linear, podendo escolher caminhos e direções conforme sua vontade. A metáfora dos binóculos ainda nos indica uma perspectiva singular e observadora de um eu narrador que observa os eventos por meio das lentes da memória. Essa passagem ainda se justifica pois tem como princípio a memória associativa como princípio narrativo, isso é, os pensamentos, experiências e ondas de memórias estão baseadas em suas conexões temáticas ou associativas, ao invés de uma ordem cronológica estrita (COHN, 1978), então o narrador cria seu próprio fluxo narrativo.

Considerando que na interpretação que estamos propondo há uma distância temporal narrativa entre o eu narrado e o eu narrador, evocamos o terceiro ponto

⁵⁵ Relationship of the narrating and the experiencing self along the temporal axis that connects them (...). The experiencing self in first person narration is always viewed by a narrator who knows what happened to him next, and who is free to slide up and down the time axis that connects his two selves.

essencial em nossa análise: o fato de que o eu narrador é mais experiente, maduro do que o eu narrado, pois uma quantidade considerável de tempo se passou, o que implica dizer que esse eu narrador pode, durante esse tempo, refletir e se posicionar de forma crítica sobre os eventos ocorridos.

Observemos o seguinte trecho, que narra o momento em que o personagem se encontrava a bordo da barca que fazia a travessia da cidade para a Ilha Grande:

Trecho 10

Sentado na valise, arrimado à tábua, pouco a pouco me entorpecí, achei-me longe do porão da lancha, do carro de segunda classe, do tintureiro. Todos ali eram desconhecidos, meses antes não me havia chegado o nome de nenhum deles. Eu mesmo era um desconhecido agora, diluía-me, tentava debalde encontrar-me, perdido entre aquelas sombras. Uma frase repetida, que se despojara de significação, martelava-me: o estado de guerra ia ser prorrogado. Isto me aborrecia. Para o diabo o estado de guerra. Imaginei-me em país distante (...). De qualquer forma, enveredando no futuro ou mergulhando no passado, era um sujeito morto.
(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 404)

Nesse momento, ao narrar seu percurso em direção a uma das localidades do cárcere, encontramos um narrador melancólico e solitário que julga saber sobre seu destino: *era um sujeito morto*. A referência ao fato de que “meses antes não me havia chegado o nome de nenhum deles” indica uma distância significativa não só no tempo, mas também na sua percepção. O narrador observa uma desconexão temporal, como se o tempo no cárcere tivesse alterado fundamentalmente sua atual compreensão do mundo e das pessoas ao seu redor. Esse trecho tem uma forte marca de introspecção e reflexão, que distingue os eus que coexistem na narrativa. Além disso, essa reflexão se dá de maneira também interna, na forma de autoanálise ou autorreflexão. Essa estrutura autorreflexiva se traduz na seguinte passagem de Memórias:

É desagradável representarmos o papel de vítima.

- Coitado!

É degradante. Demais estaria eu certo de não haver cometido falta grave? Efetivamente não tinha lembranças, mas ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis, via com satisfação os muros pichados, aceitava as opiniões de Jacob. Isso constituiria um libelo mesquinho, que testemunhas falsas ampliariam. Tinha o direito de insurgir-me contra os depoimentos venenosos? De forma nenhuma. Não há nada mais precário do que a justiça. E se quisessem transformar em obras os meus pensamentos, descobririam com facilidade matéria para condenação. Não me repugnava a ideia de fuzilar um proprietário por ser proprietário. Era razoável que a propriedade me castigasse as intenções (GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 25).

Depreendemos, da passagem acima, um profundo processo de autorreflexão que faz nosso narrador, podendo ser elencados os seguintes pontos:

a) o narrador resiste em aceitar a posição de fragilidade ou de injustiça, ou de ser visto como coitado;

b) ainda, questiona a si mesmo se de fato não cometeu falta grave;

Essa ambiguidade moral sugere uma autorreflexão profunda sobre suas próprias ações e motivações. O narrador reconhece que se seus pensamentos fossem transformados em ações, poderiam facilmente ser utilizados como material para condenação já que não repugna a ideia de fuzilar um proprietário por ser proprietário, o que destaca suas convicções radicais e o reconhecimento de que suas atitudes possam ser interpretadas de maneira desfavorável (ao governo vigente). Ainda, ele reconhece que suas aspirações eram contra o capitalismo e que, mesmo sem lembranças específicas, temia que seus atos pudessem ser interpretados como uma admiração ou concordância com pontos de vista contrários aos do governo vigente;

c) a afirmação “não há nada mais precário do que a justiça” destaca a desconfiança do eu narrador em relação ao sistema legal, o que nos sugere que ele duvida da capacidade da justiça em ser imparcial e correta, levantando questões sobre o próprio julgamento e o sistema judiciário brasileiros; e, por fim,

d) ao afirmar que “se quisessem transformar em obras os meus pensamentos, descobririam com facilidade matéria para condenação”. O narrador parece aceitar a possibilidade de punição por suas ideias e opiniões, o que sugere uma resignação diante da fragilidade do sistema de justiça e da inevitabilidade de ser julgado pelas suas convicções.

Em um outro momento da narrativa das Memórias, observamos que:

Trecho 12

Surpreendera-me, logo ao chegar, ver Sérgio, Adolfo Barbosa, alguns outros fecharem-se: fugiam às discussões rumorosas e atrapalhadas que nos desgastavam a paciência, subiam raro ao banho de sol, desertavam a Praça Vermelha à hora dos discursos. Consideravam-nos Trotskistas, ofensa máxima imputável a qualquer um de nós. Sem se examinar ideia ou procedimento conferia-se o labéu a torto e a direito, apoiado em motivos frívolos ou sem nenhum apoio.

(...)

Outro dia uma das nossas cavaqueiras foi interrompida quando me embrenhava no internacionalismo.

- Você é trotskista? Inquiriu alguém.

- Eu? Que lembrança! Afirmei que sou internacionalista. Por isso me embrulharam. Quem falou em trotskismo?

- É a mesma coisa.

-Está bem.

Esses desacordos me deixavam perplexo. Imputavam-me convicções diferentes das minhas, e nem me restava meio de explicar-me na algaravia papagueada ali: (...) Quase todos se julgavam revolucionários, embora cantassem o hino nacional e alguns descambassem num patriotismo feroz.

(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 238)

Inicialmente, como faz ao longo da narrativa, o eu narrador atualiza uma de suas memórias ao trazer a lume a memória de uma das discussões políticas com seus colegas de prisão, seguida por uma autoanálise. Ao dizer que “consideravam-nos Trotskistas”, há uma ponderação à distância sobre o evento narrado, como se o eu narrador pudesse agora, depois de passados os anos, entender de maneira

crítica a fama política, ou, em suas palavras, a ofensa máxima, isso é, o eu narrador reinterpreta no presente da enunciação a infâmia condenável. O exame introspectivo do narrador tem ainda como evidência as relações interpessoais que o afetaram enquanto estava aprisionado, expondo ainda uma expectativa, em outros momentos, de que esperava um tratamento distinto.

Acontecimento semelhante ocorre no excerto seguinte:

Trecho 13

A minha cama, do outro lado, ao fundo, ficava junto a uma janela aberta sobre um pátio cheio de sombras. Na parede onde o meu companheiro se encostava, uma porta fechada; em frente, uma janela, também fechada. Não sei onde lavei as mãos e o rosto, esqueci pormenores, ignoro se havia água encanada ou lavatório com jarro.

(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 66)

No trecho acima, o narrador pinta uma imagem clara da cela em que se encontrava com um companheiro de prisão. Chama-nos atenção já de início a alusão a sombras, bem como ao seu provável significado, que podemos conjecturar como os fantasmas que coabitam com as pessoas presas na prisão de modo a atormentá-las⁵⁶. Ainda, inicia sua descrição de maneira que conseguimos imaginar a disposição dos objetos presentes: duas camas, uma janela que dava para um pátio com sombras de possíveis árvores, uma outra janela fechada e uma porta fechada. E continua, ao informar ao leitor com todas as letras: esqueci pormenores. No entanto, indagamos: esse esquecimento é proposital ou é um artifício que se converte em um convite para a inclusão do leitor na narrativa?

É possível observar até aqui que as situações em que o narrador comunica a dúvida é sempre em referência a um detalhe. A ele o que importa é privilegiar o todo da memória narrada: não faz diferença se havia água encanada ou um recipiente, mas sim que as mãos foram lavadas; não faz diferença se chegaram no local não

⁵⁶ Shakespeare nos brinda com uma passagem em Hamlet de um personagem atormentado com a presença de um fantasma, ou seja, uma sombra do passado. Quer dizer, a ideia de sombra pressupõe, na medida do possível, uma existência anterior presentificada em ato.

desejado de maneira rápida ou demorada, mas sim que chegaram. Dessa forma, entendemos que o fato de não se lembrar de certos detalhes evidencia mais uma vez o caráter seletivo da memória: ao escolher lembrar de determinados acontecimentos, distanciamos muitos outros, colocando-os na instância do esquecimento, quer dizer, quando escolhemos lembrar de um acontecimento, ao mesmo tempo relegamos outros ao esquecimento (GONDAR, 2016) pois o caráter seletivo da memória pode levar a mudanças na maneira como eventos do passado são lembrados e interpretados ao longo do tempo. O que é lembrado e valorizado hoje pode ser diferente do que foi lembrado em décadas ou séculos passados, e isso se justifica no fato de que o eu narrador se distancia do eu experienciador não só por um lapso temporal grande, mas porque o eu narrante teve dez anos para elaborar o que o eu experienciador passou.

Ainda no que diz respeito à autorreflexão, observemos o trecho abaixo:

Trecho 14

Se os nossos papéis estivessem trocados (pergunta noutra conjuntura), haveria eu procedido como ele, acharia a maneira conveniente de expressar um voto generoso? Talvez não. Acanhar-me-ia, atirar-lhe-ia de longe uma saudação oblíqua, fingir-me-ia desatento. Essas descobertas de caracteres estranhos me levam a comparações muito penosas: analiso-me e sofro.

(GRACILIANO RAMOS, 2011, p. 238)

O eu narrador de hoje, por meio de uma voz reflexiva e observadora, analisa suas próprias atitudes enquanto eu narrado, bem como dos outros na época em que o “voto generoso ocorreu”. Ele está, claramente, questionando e avaliando seu (possível) comportamento, assim como imaginando como outras pessoas se comportariam em determinadas situações. Por fim, literalmente nos informa: *analiso-me e sofro*, ou seja, além do processo de autoanálise desse narrador mais consciencioso frente aos eventos narrados, notamos um sofrimento emocional ao confrontar aspectos desconfortáveis ou dolorosos de suas memórias passadas.

Diante do exposto, considerando a complexidade do narrador de Memórias do cárcere, entendemos de que maneira o narrador de Memórias do cárcere narra

suas dores, reflexões, inquietações e até seus silêncios nessa teia de memórias que não teve fim.

5.2 Mudança de perspectiva narrativa na explicação final

Por fim, gostaríamos de trazer a lume o fato de que nos deparamos com uma sensação de algo inacabado quando viramos as páginas e não encontramos mais nenhum capítulo que nos conte como foi finalmente libertar-se ou sequer um desfecho para narrador, fato que tanto ansiamos depois de acompanhar a densa trajetória, visto que as últimas palavras que encontramos em registro são de autoria de um de seus filhos em um capítulo intitulado “Explicação Final”.

No último capítulo de Memórias do cárcere, temos uma mudança na figura do narrador, que não é mais o mesmo que nos conta a história até então. Entendemos essa mudança como tentativa de justificar por que a obra Memórias do cárcere não foi concluída. Buscando compreender quais foram os obstáculos que levaram a essa falta de conclusão, percebemos que essa nova posição na narrativa tinha o propósito de fornecer um desfecho à obra, pois entendemos, em concordância com o pensamento de Ricoeur, que ler um livro “é considerar o seu autor como já morto e o livro como póstumo. De facto, é quando o autor está morto que a relação com o livro se torna completa e, de certo modo, intacta; o autor já não pode responder, resta apenas ler a sua obra” (Ricoeur, 1976, p. 143), quer dizer, Ricoeur está defendendo a ideia de que um texto atinge sua plena autonomia e potencial interpretativo quando o leitor se desconecta da intenção e presença do autor, ou seja, toda a ênfase está no ato de ler, momento em que o leitor deve encontrar e construir o significado do texto por si mesmo.

O argumento do autor então tem a ver com o fato de que o texto tem autonomia em relação à intenção do autor e à referência ostensiva, que caracteriza a situação comum dos interlocutores no diálogo. A intenção do autor e a nossa compreensão do texto escrito não coincidem necessariamente. Ricoeur não defende a ideia de um texto sem autor, mas enfatiza que é crucial reconhecer que o texto vai além do horizonte limitado do autor. O que o texto diz é mais importante do que o

que o autor quis dizer. É a interpretação que confere significado ao texto, sem a necessidade da presença do autor.\

A fim de interpretarmos essa mudança na perspectiva narrativa, passemos então a leitura do mesmo. Por ser um capítulo curto, reproduzimo-lo na íntegra:

Trecho 15

Faltava apenas um capítulo destas memórias, quando morreu Graciliano Ramos.

Escrevera todos os volumes em trabalho contínuo, lento é verdade, mas sem interrupções. Uma viagem ao estrangeiro, no entanto, ofereceu-lhe o suficiente para um novo livro, um livro que o interessou e o fez abandonar — por algum tempo, supunha — a obra quase terminada. Já doente, registrando com dificuldade as impressões que os países visitados lhe haviam deixado, não tentou concluir suas Memórias do Cárcere. E se às vezes procurávamos lembrar-lhe esse fato, respondia:

— Não há problema. É tarefa de uma semana.

A atenção era desviada, falávamos de coisas diversas, que na aparência o faziam esquecer os sofrimentos prolongados.

Certa manhã, encontrou-nos mexendo em seus papéis, lendo crônicas antigas, publicadas em 1921, num jornal de Palmeira dos Índios.

— Deixa isso!

Resistimos, é claro. Continuamos a ler, ignorando a raiva mansa. Demorou-se calado, finalmente inquiriu-nos sobre o tema. Referia-se à semana santa no interior de Alagoas, apanhando os rituais, o jejum, flagrantemente inesperados.

— Então lê alto.

Obedecemos. Ouviu atento, meio desajeitado, sorrindo às passagens que o agradavam. Finda a leitura, sugeriu uma segunda, outra, e assim ficamos algum tempo, lembrando aspectos da cidade sertaneja.

— Não está muito ruim, hem?

Não estava.

— Você publicaria isso agora?

Evidente. Apenas não tinha uma justificativa.

— Mas depois... Vocês podem fazer o que entendam.

Mudamos de conversa. Vieram as suas edições, artigos recentes que mereciam exame. Depois o livro da viagem, referências a Paris, à Geórgia. E finalmente chegamos às memórias da cadeia.

— Que é que pretende com o último capítulo?

Sensações da liberdade. A saída, uns restos de prisão a acompanhá-lo em ruas quase estranhas.

— Eu conhecia o Rio de 1915...

E procurava orientar-se através de reminiscências, sem examinar as placas. A claridade forte, o movimento grande o atordoavam. Entrou num café, e ao levantar-se arrastou os pés, como se ainda usasse tamancos. Havia perguntas que se repetiam e esperava as respostas com impaciência, olhando a valise. A mulher traria dinheiro bastante para o táxi? Aonde iriam? Como poderia viver?
— *Um fim literário.*

Sim. No começo do livro e também nos outros volumes já fizera considerações numerosas, seria inútil concluir dessa maneira. Talvez surgissem pontos acidentais, desdobrasse a matéria em dois capítulos. Mas nada que pretendesse valorizar, tivesse influência no conjunto. Somente as primeiras sensações da liberdade. Antes que pedíssemos novo esclarecimento, menciona a revisão necessária. Vários anos a escrever e nesse período fatos que se modificaram, figuras apagadas vindo ao primeiro plano, outras a se afastarem, transformando-se. Possivelmente essa leitura mostraria soluções e caminhos diversos dos encontrados. Ainda questões de unidade, estrutura da obra.

Entretanto, se não pudesse fazer a versão definitiva, ficariam as observações iniciais, talvez repetidas e não inteiramente justas, mas que em princípio o satisfaziam.
— *E o título?*

Não importava: Memórias do Cárcere ou simplesmente Cadeia. Inclina-se por um, mais tarde iria preferir o outro. Não valia a pena forçar a escolha. Estas as referências que ouvimos de Graciliano Ramos às suas memórias, agora publicadas. Julgou-se preciso uma explicação acerca do capítulo não escrito. Alinhamos as nossas recordações, em seguida as comparamos às de outras pessoas da família. E foi tudo o que pudemos trazer sobre o assunto (Ricardo Ramos, apud Ramos, 2011, p. 671).

Enquanto leitores e estudiosos desse texto, consideramos essa mudança na figura do narrador significativa, pois temos um narrador que alterna entre terceira e primeira pessoa do plural, ou seja, há uma nova voz narrativa e um novo ponto de vista que não estavam presentes anteriormente no texto. Embora a obra seja em grande parte narrada em primeira pessoa, como vimos até aqui, por Graciliano Ramos, a inclusão de Ricardo Ramos como narrador no capítulo final altera a perspectiva e a voz narrativa, proporcionando uma nova camada de interpretação e conclusão para essa longa narrativa, já que houve uma mudança no ponto de vista narrativo ao tentar justificar a ausência de um último capítulo.

Poderíamos, ainda, pensar nessa mudança na figura do narrador sob o ponto de vista da autonomia do texto literário. Umberto Eco (1989), em uma obra intitulada *Sobre os espelhos e outros ensaios*, nos informa que o texto literário é capaz de

transcender a vida do autor e a continuar a evoluir mesmo após sua morte, através da interpretação e contribuições de outros, o que nos leva a entender a mudança de narrador nesse capítulo final de Memórias do cárcere como uma extensão da autonomia do texto, pois, nesse caso, o capítulo narrado por Ricardo Ramos não somente encerra a obra, mas também enriquece a perspectiva que temos do todo da obra, que, em nossa concepção, enquanto obra literária, está em constante processo de se tornar, de modo que as possibilidades de reinterpretações são possíveis e contínuas.

Ainda de acordo com Eco, os finais dos textos funcionam como uma espécie de máquina do tempo, capazes de moldar nossa compreensão da obra como um todo, ao nos permitir retroceder no tempo e reinterpretar os eventos narrados à luz dessa conclusão. Isso quer dizer que, ao nos depararmos com o final de Memórias do cárcere, poderíamos ter uma nova perspectiva de leitura, compreendendo melhor os personagens, os temas subjacentes à obra e a própria estrutura narrativa. Para Eco, o fim de um texto é crucial para a constituição de sentido do texto como um todo, seria o final que conferiria sentido à narrativa e lhe daria uma resolução. E esse fim, que ocorre no momento em que há uma escolha de mudança de ponto de vista narrativa, nos dá margem para novas possíveis interpretações, diferentes daquelas que teríamos se o texto tivesse finalizado com a narrativa “inacabada” de Graciliano Ramos, por exemplo.

Por fim, pensamos que quase setecentas páginas de narrativas detalhadas não podem simplesmente ser consideradas inacabadas, bem como inacabado não deve ser entendido no sentido de mal-acabado, pois entendemos que a interpretação da obra em relação ao inacabamento pode ser redimensionada, ressignificada. O fato de o narrador não ter nos contado o provável “final da história” tem, na verdade, um significado completo, pois concordamos com Bastos (1998) quando diz que o texto é o que é; a sensação de que falta um fim é parte dele.

Dessa maneira, finalizamos nossas análises e interpretações da obra estudada, considerando que tentamos apresentar alguns sentidos dentre os vários possíveis nas interpretações de um texto no que tange à construção de memória.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo desse estudo, nos propomos a mergulhar mais fundo nas complexidades da narrativa de Memórias do cárcere, explorando criticamente suas camadas discursivas e linguísticas, caracterizando o narrador e analisando os rastros de memória presentes no texto. Nesse capítulo de conclusão, consolidamos nossas descobertas, revisitando os objetivos traçados no início dessa empreitada.

Alcançamos esse ponto do estudo com a convicção de que compartilharemos considerações que, embora não sejam conclusivas, correspondem a nossa visão de que o conhecimento é uma trama em constante tecelagem, razão pela qual esse trabalho não pode ser considerado um todo fechado. Como mencionado anteriormente, durante nossa jornada, buscamos oferecer um sentido entre os diversos possíveis, trazendo à luz uma faceta do processo de construção de memória.

A fim de apresentamos uma leitura crítica de Memórias do cárcere, com base na interpretação hermenêutica, à luz do campo da Memória Social, entendemos que é impossível ignorar a relevância contínua de Memórias do cárcere na contemporaneidade já que as questões levantadas, no que diz respeito a opressão, injustiça, resistência e memória continuam ressoando em nossa sociedade, convidando os leitores a uma leitura crítica sobre os desafios enfrentados por pessoas e comunidades em tempos de adversidade política, pois não podemos deixar de lado o fato de que a obra teve como pano de fundo uma prisão que aconteceu em um período ditatorial da história brasileira. Assim, insta que continuemos discutindo e elaborando essas questões para que memórias oficiais e interessadas não sobreponham memórias subterrâneas e as vidas que não resistiram, ou ainda, as que resistiram, sejam relegadas ao esquecimento.

Assim, com a finalidade de alcançar nosso segundo objetivo, compreender como o narrador constrói a narrativa da experiência prisional a partir da análise de marcas discursivas e linguísticas, adentramos o universo da narrativa, sugerindo um novo posicionamento em relação Memórias do cárcere enquanto uma ficção de

memória, uma abordagem inédita para a leitura do livro, considerando que até então, apesar da importância teórica e histórica sobre o assunto, os estudos existentes consideravam-na como autobiografia, testemunho ou relato histórico. Ainda, objetivamos, em relação à narrativa, analisar três pontos essenciais com base no trabalho proposto por Stanzel (1971), que nomeamos de: 1) a coexistência de um eu narrador e um eu experienciador; 2) a existência de uma distância narrativa entre o eu narrador e o eu experienciador; e 3) a dissociação entre eu narrador e o eu experienciador por uma tendência à introspecção.

Ao analisar esses pontos, entendemos que as complexidades existentes na coexistência entre um eu narrador e o eu experienciador nos levam a observar, primeiro, que, embora coexistam, os eus não são únicos nem homogêneos. Ainda, o eu experienciador e o eu narrador se separam por uma distância narrativa de uma década. Nesse caso, o eu narrador, distanciado de sua própria história, organiza suas lembranças e desvela sua experiência quando os eventos já se desenrolaram de forma definitiva, ou seja, mais uma vez atestamos que ocorre uma dissonância entre o eu narrado e o eu experienciador. Por fim, entendemos que o eu narrador é mais experiente, maduro do que o eu narrado, pois uma quantidade considerável de tempo se passou – lembramos, há uma distância narrativa entre eles - o que implica dizer que esse eu narrador pode, durante esse tempo, refletir e se posicionar de forma crítica sobre os eventos ocorridos. Dado o exposto, entendemos que o narrador de Memórias do cárcere desempenha um papel essencial na construção subjetiva da experiência prisional na narrativa e na atualização das memórias coletivas.

O primeiro objetivo que nos propomos, analisar vestígios de memória, tais como as cartas, fotografias e rascunhos do livro com vistas a compreender de que forma a narrativa da obra em questão opera a relação lembrança e esquecimento acerca das experiências no cárcere, nos conduziu a observar mais de perto os rastros de memória presentes em Memórias do cárcere, desde cartas até fotografias e documentos oficiais. Ressaltamos, nesse sentido, que a narrativa não é apenas uma representação dos eventos ou memórias, mas uma complexa teia de lembranças, esquecimentos e reconstruções das memórias de todos aqueles que fizeram parte do mundo carcerário, não só as pessoas em regime de custódia, mas também as figuras políticas, equipes dirigentes, familiares, entre outros.

Ao explorar a intrincada tapeçaria de Memórias do cárcere entendemos que o

narrador que nos acompanha por setecentas páginas não se limita a apresentar simplesmente os eventos do período de encarceramento; ao contrário, ele tece uma narrativa como uma construção subjetiva, de autoexame e reflexão. A experiência prisional, delineada meticulosamente por meio das palavras, transcende o mero relato factual, transformando-se em uma exploração intensa da mente humana diante da adversidade. Por esse motivo, mais uma vez, consideramos de grande relevância que a obra seja entendida como uma ficção de memória, pois entendemos que essa perspectiva não apenas enriquece nossa compreensão da narrativa, nos possibilitando produzir uma nova interpretação, mas também permite analisar como a ficção pode ser uma poderosa ferramenta para explorar a complexidade das experiências coletivas.

Reiteramos: Memórias do cárcere não se contenta em ser apenas um registro histórico dos horrores da vida oprimida pelos sombrios paredões do cárcere; ela se converte em um meio de elaboração, resistência e resiliência. Ao narrar os acontecimentos, somos inseridos nas complexidades do psiquismo humano, capturando os matizes emocionais e psicológicos que acompanham a condição principalmente de pessoas em regime de privação e restrição de liberdade e, por extensão, da própria humanidade diante das vicissitudes da existência.

Quer dizer, a obra que concerne à coalescência de dois eus nos sugere que existem duas instâncias subjetivas: uma que olha da exterioridade para a interioridade, no caso, as possíveis formas pelas quais Graciliano Ramos foi afetado pela vivência de encarceramento; e outra que se lança do exterior, a vida após a saída do cárcere, para construir uma narrativa sobre fatos vividos reais ou imaginários.

Conforme aponta Ricoeur (2007), “a escrita é sempre um remédio e um veneno”: por um lado, ela tem o poder de preservar os acontecimentos da lacuna do esquecimento, protegendo-os da deterioração da memória. Por outro lado, também corre o risco de substituir o esforço ativo da memória. Ou seja, de certo modo, podemos dizer que essa viagem advém de um impulso que motiva o narrador, embora recalcitrante, a construir uma teia de experiências de vida a partir de suas lembranças que se afiguravam em seu espírito de forma imprecisa, esfumaçada, difusa. Nessa caminhada pelos meandros da escrita, o narrador fala-nos de medo, estados de confusão psíquica, entorpecimento, tristeza, mas enfim, apresenta-nos uma decisão em ir em frente, uma vez constatada a necessidade

imperiosa de viver.

Nesse sentido, entendemos que nossas análises contribuíram para uma nova interpretação da obra, destacando o papel do narrador na perenidade do texto e revelando nuances antes não exploradas já que esse estudo lança luz sobre a subjetividade do narrador, ao observar três pontos essenciais, ressaltando a importância das marcas discursivas e linguísticas na construção do significado. Ao destacar o papel do narrador na perenidade do texto, enfatizamos a importância das marcas discursivas e linguísticas na construção do significado: cada escolha vocabular, cada pausa, contribuiu para nossa interpretação da narrativa. Além disso, nossa abordagem tem aplicações que podem oferecer uma perspectiva única sobre como as pessoas constroem e atualizam suas experiências.

Dessa maneira, concluímos nosso estudo, mas nosso diálogo com Memórias do cárcere está longe de encerrar-se por alguns motivos. Inicialmente, consideramos que a obra de Graciliano Ramos apresenta uma riqueza narrativa tão profunda e complexa que sempre haverá novas camadas a serem exploradas e novas possibilidades interpretativas. Cada leitura subsequente pode revelar nuances adicionais, mantendo viva a discussão sobre seus significados subjacentes, de forma que convidamos futuros pesquisadores, estudiosos e amantes das ciências a continuarem explorando as intrincadas camadas desta obra, enriquecendo assim nosso entendimento da relação entre memória, narrativa e experiência humana.

Em segundo lugar, reiteramos, as questões abordadas na obra permanecem relevantes na sociedade contemporânea. O diálogo com a obra é essencial para confrontar e compreender desafios semelhantes que ainda persistem em diferentes formas, logo, essa relevância contínua torna imprescindível manter o diálogo ativo.

Um terceiro ponto a ser mencionado é que a pluralidade de vozes e perspectivas na obra fornece um terreno fértil para a análise crítica. A escrita, enquanto registro de palavras, nem sempre apresenta a realidade de maneira fiel; no entanto, ela abre possibilidades para diferentes interpretações. É através desse discurso fixado pela escrita que o mundo do texto se manifesta, proporcionando narrativas que se tornam o foco da hermenêutica. Para nós, essa abordagem se revelou como uma ferramenta valiosa, permitindo-nos compreender o outro através da decifração dos vestígios deixados pela ausência, pelo ter sido.

Assim, entendemos que a interpretação de diferentes aspectos da narrativa

continuará a ser enriquecedora, proporcionando novas visões sobre a experiência em instituições prisionais, o que nos instiga a continuar a observar a tecelagem da teia de Memórias.

Ainda, ao continuar o diálogo com a obra, contribuimos para a promoção da literatura brasileira, destacando a importância cultural e artística de autores como Graciliano Ramos em um contexto global. A possibilidade de se investigar a recepção crítica de Memórias do cárcere ao longo do tempo e como a percepção da obra evoluiu pode trazer *insights* sobre como a sociedade interpretou e reinterpreto a importância da obra em diferentes momentos.

Por fim, a atribuição de significado a essa obra teve um impacto pessoal, permitindo-me explorar o autor, o narrador e o personagem por meio de diferentes perspectivas. Ao imergir nos complexos cenários prisionais junto ao personagem Graciliano Ramos, não pude permanecer indiferente a sua angústia, sentimentos de medo e dor e agonia e ao receio de não superar as adversidades que surgem de uma estadia prolongada, delimitada por imponentes paredes, grilhões opressores e ameaçadores cadeados. Assim, esse estado de inquietação, que germinou em meu espírito, e deu início a duas pesquisas sobre o tema, impulsiona-me a prosseguir nas atualizações dessa densa e complexa teia em que a luz dificilmente alcança, quando se trata das paredes das prisões.

ANEXO 1: PERSONAGENS DE MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Consideramos, para esse estudo, de suma importância apresentar e contextualizar os personagens presentes na obra *Memórias do cárcere*, uma vez que eles integram o contexto sociohistórico da obra, desempenham papéis fundamentais na construção da narrativa e na representação do coletivo carcerário e ilustra a rede de relações. Quer dizer, entendemos relevante apresentar os personagens de *Memórias*, embora não tenhamos nos detido em pormenores no decorrer da tese, pois consideramos como uma janela a mais para entender o momento político narrado, já que entendemos que não foi apenas Graciliano Ramos quem foi injustiçado. Nos baseamos no trabalho de Alves (2016) para a apresentação da lista abaixo:

Adolfo Barbosa (Adolpho Barbosa Bastos): Milionário carioca, dito *Carvalho*, colocou-se à disposição do Partido nos preparativos para o levante de 1935.

Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro): Capitão comunista, difusor da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, estava preso por indisciplina no 3º. Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Responsável pelo recrutamento do pessoal militar para o levante e considerado um dos líderes da insurreição, dominou o quartel na Praia Vermelha, na noite de 27 de novembro.

Alcedo Baptista Cavalcanti: Major e professor adjunto do curso de Engenharia e Transmissões da Escola do Estado Maior das Forças Armadas, acusado de manter contato com Luís Carlos Prestes na articulação a fim de promover um trabalho em São Paulo, junto aos oficiais, em prol da revolução.

Antonio Maciel Bonfim: Secretário-geral do Partido Comunista; dito Adalberto,

Miranda, Adalberto de Andrade Fernandes, Queirós. Baiano de origem camponesa e professor, tornou-se secretário-geral do PCB em 1934. Ele teria colaborado com a polícia após o assassinato, pela direção do Partido, de sua companheira, Elvira Cupello Calônio (Elza, também conhecida como Garota), paulista de 20 anos executada em fevereiro de 1936 por suspeita de espionagem. Desligado do PCB em 1940.

Apporelly (Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly): Jornalista e escritor gaúcho, mudou-se em 1925 para o Rio de Janeiro. Redator de A Manhã e criador da personagem Barão de Itararé. Um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora no Rio de Janeiro, publicou uma série de reportagens sobre a Revolta da Chibata, gerando a ira da Marinha e sendo acusado de subversivo.

Aristóteles Moura: Líder bancário e sindicalista no Rio de Janeiro; autor do estudo Capitais estrangeiros no Brasil, uma análise econômica e crítica contundente ao imperialismo norte-americano, publicada em 1959.

Auguste Elise Ewert: Dita Sabo, Annie Bancourt, Machla Berger, Edith Blaiser, Ethel Chilles, Kath Gussfeld, Machla Lenczycki, Elise Saborowski. Judia alemã, esposa de Artur Ernst Ewert (Harry Berger), enviados ao Brasil pela Comintern para liderar a insurreição. Elise foi violentada por dezenas de policiais a mando de Filinto Müller e enviada a um campo de concentração em Lichtenburg, na Alemanha, onde morreu tuberculosa em 1940.

Augusto Paes Barreto: Tenente designado pelo general Eurico Gaspar Dutra para reforçar a guarda do Quartel General, aliciou elementos para a insurreição de 27 de novembro no Rio de Janeiro.

Bagé (José Francisco de Campos): Militante baiano e membro do Comitê Central do PCB em 1935. Preso, foi acusado pelos comunistas de fornecer informações à polícia de Filinto Müller.

Capitão Lobo (José de Figueiredo Lobo): Oficial encarregado de vigiar os suspeitos detidos após o levante do Recife, integrou o Serviço de Inteligência do Exército.

Capitão Mata (Francisco Alves da Mata): Capitão do Exército em Alagoas, exerceu o cargo de prefeito de Viçosa em 1932.

Carlos Vander Linden: Estudante e líder dos praças em Natal, responsável pela prisão do prefeito da cidade no levante de 25 de Novembro e a instituição do “Governo Popular Revolucionário” na cidade.

Castro Rebelo (Edgar Castro Rebelo) e Leônidas de Rezende: Professores universitários no Rio de Janeiro: o primeiro, catedrático de Direito Comercial e professor interino de Introdução à Ciência do Direito, além de membro do Conselho Nacional do Trabalho; o segundo, catedrático de Economia Política e responsável, em 1927, pelo primeiro diário comunista do Brasil, o jornal A Nação, que durou sete meses e tinha por finalidade promover a agitação nos meios operários. Rebelo e Rezende tornaram-se os primeiros alvos da polícia de Filinto Müller, sob acusação de propagarem ideias marxistas.

Desidério (José Desidério da Silva): Membro do Partido Comunista no Rio de Janeiro, dito Estivador, era o responsável por desencadear greves na Light, na Estrada de Ferro e dentre os marítimos, secundando a revolta dos quartéis em 27 de novembro de 1935.

Edgard Sussekind de Mendonça: professor universitário de História, acusado de ministrar aulas sobre o marxismo a operários da União Trabalhista (RJ).

Eneida de Moraes (Eneida Costa de Moraes): Jornalista e escritora paraense, dita Nat, militante do Partido Comunista no Rio de Janeiro, dirigente da União Feminina do Brasil (uma das frentes congêneres da ANL), juntamente com Maria Werneck.

Febus Gikovate: Médico polonês, militou no Partido Comunista entre 1932 e 1934; dissidente trotskista, participou da Aliança Nacional Libertadora no Rio de Janeiro e aderiu à União Democrática Socialista nos anos 1940.

Francisco Chermont: Advogado, foi detido juntamente com o seu pai, o senador paraense Abel de Abreu Chermont, que denunciou no Congresso Nacional as arbitrariedades de Getúlio Vargas e a repressão anticomunista promovida pelo governo.

Gastão Pratti (Gastão Pratti de Aguiar): Engenheiro responsável pelo desencadeamento de greves na Companhia Cantareira, servia de apoio aos líderes revoltosos no Rio de Janeiro, designado por Luís Carlos Prestes.

Hercolino Cascardo: Tenente do Rio de Janeiro, liderou um motim naval ainda em 1924. Tornou-se Presidente Nacional da Aliança Nacional Libertadora, comandou greves em Santa Catarina e, embora não tenha participado dos levantes, foi detido e afastado da Marinha. Mais tarde fazia parte do PSB e seria reintegrado às Forças Armadas.

Hermes Lima: Advogado e professor universitário no Rio de Janeiro. Catedrático de Introdução à Ciência do Direito, foi acusado de ministrar aulas com diretrizes marxistas a operários pertencentes à União Trabalhista (UT). Nos anos 1960 tornar-

se-ia ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

José Medina: Responsável pela greve dos marítimos, fazia parte do Comitê Central do PCB e também foi apontado pela polícia como um dos líderes da insurreição. Tornou-se secretário-geral interino do Partido em 1943, na Conferência da Mantiqueira, diante da impossibilidade de Prestes, encarcerado, assumir o cargo. □

José Praxedes de Andrade: Sapateiro potiguar, dito Mamede, liderou a tomada do 21º Batalhão de Caçadores de Natal, em 1935. Secretário político da insurreição, fazia parte do Comitê Regional do PCB no Rio Grande do Norte.

Lauro Fontoura: Tenente aliancista, atuava no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Rio de Janeiro, divulgando as propostas do movimento insurrecional.

Lourenço Moreira Lima: Advogado pernambucano, secretário e um dos líderes da Coluna Prestes entre 1924 e 1925; funcionário do Ministério do Trabalho em 1935.

Mário Paiva (Mário Ribeiro de Paiva): Guarda civil em Natal quando do levante do 21º Batalhão de Caçadores.

Nise Magalhães da Silveira: Psiquiatra alagoana, mudou-se para o Rio de Janeiro no fim da década de 20 e militou na Aliança Nacional Libertadora, tendo pertencido à União Feminina Brasileira.

Olga Benario Prestes (Olga Gutmann Benario): Dita Frieda Wolf Bhrendt, Olga Berger, Maria Bergner, Olga Bergner, Eva Kruger, Maria Meirelles, Olga Meirelles, Maria Prestes, Maria Bergner Prestes, Olga Sinek, Maria Bergner Vilar, Olga Vilar, Yvonne Vilar. Judia alemã e militante comunista enviada ao Brasil pela Comintern

para auxiliar no levante de 1935, tornou-se esposa de Luís Carlos Prestes. Capturada junto com o marido, ficou presa com uma dezena de mulheres no Pavilhão dos Primários, centro do Rio de Janeiro. Grávida, foi deportada para a Alemanha por Getúlio Vargas e entregue à Gestapo. Enviada ao campo de concentração de Lichtenburg com Elisa Berger, foi deslocada posteriormente para o campo de extermínio de Bernburg, onde foi morta em 1942.

Paulo Pinto (Paulo Pinto Bezerra): Sargento da Polícia Militar em Natal quando da eclosão do levante.

Roberto Sisson (Roberto Faller Sisson): Oficial naval de família abastada, um dos organizadores da Aliança Nacional Libertadora, percorreu os estados do Norte a fim de difundir suas palavras de ordem. Um dos principais colaboradores da insurreição no Rio de Janeiro e empenhado na articulação entre os tenentes e o PCB.

Rodolfo Ghioldi: Secretário-geral e um dos fundadores do Partido Comunista Argentino (PCA); dito *Índio*. Um dos principais coordenadores da insurreição de novembro de 1935 no Rio de Janeiro e membro do Comitê Executivo da III Internacional Comunista.

Sebastião da Hora (Sebastião Vaz Pereira da Hora): Médico, professor da Faculdade de Medicina de Alagoas e presidente da Aliança Nacional Libertadora de Alagoas.

Sérgio (Raphael Krempad): Russo criado na Alemanha e próximo do trotskismo; preso no Rio de Janeiro.

Valentina (Valentina Leite Barbosa Bastos): Dita *Helena*, esposa de Adolfo Barbosa, colocou-se à disposição do Partido na colaboração com o levante.

Walter Pompeu: Bacharel em Direito, jornalista e historiador. Militar e membro destacado do tenentismo e da Aliança Nacional Libertadora, foi acusado de propagar ideias subversivas no Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul.

ANEXO 2: BIBLIOGRAFIA SOBRE MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Consideramos de significativa importância apresentar um compilado de da bibliografia existente sobre Memórias do cárcere, englobando livros, teses, dissertações e artigos de periódicos que tratam de diversos aspectos dessa obra de Graciliano Ramos. Essa iniciativa visa destacar que ainda há uma escassez de estudos abordando esse tema e, especialmente, que dentre os poucos estudos existentes raríssimos são aqueles que estão inseridos no campo de estudos da memória social. A elaboração dessa lista ainda permitirá uma consulta facilitada e sistemática das fontes acadêmicas disponíveis, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do contexto literário, histórico e social em que a obra foi produzida e recebida.

ALVES, F. C. **Armas de papel**. Graciliano Ramos, as Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro. São Paulo: 34, 2016.

AMARAL, P. G. **Um olhar discursivo na obra Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte/MG, 2021.

BASTOS, H. **Memórias do cárcere**: literatura e testemunho. Brasília: EdUNB, 1998.

BERNARDES, E. da S. Autoficção, confissão e história: o escritor-intelectual em Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

BOSI, A. A escrita do testemunho em memórias do cárcere. **Revista de Estudos Avançados**, 23, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, abr. 1995.

CANDIDO, A. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: 34, 2006.

CORREIA, T. G. As memórias híbridas do escritor: uma análise de memórias do cárcere, de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

CORRÊA JUNIOR, A. C. M. **Graciliano Ramos e o Partido Comunista Brasileiro**: as memórias do cárcere. São Paulo, 2000. 123 p. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DAVI, T. N. **A democracia no Brasil é um intervalo comercial**: autoritarismo, estética e representações em Memórias do Cárcere (1953-1984). Dissertação (Mestrado) Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

DA ROCHA, C. Q. **Narrativas do sujeito oculto**: o estado e as memórias do cárcere, de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Memória, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

GUIMARÃES, J. U. A. **Graciliano Ramos: discurso e fala das memórias**. Porto Alegre: PUC/RS, 1982. 406 f. Tese (Doutorado) — Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LEITÃO, C. C. **Origens e fins da memória: Graciliano Ramos, Joaquim Nabuco e Murilo Mendes**. Belo Horizonte, 1997. 230 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais.

LEITÃO, C. **Líquido e incerto; memória e exílio em Graciliano Ramos**. Niterói: EdUFF, São João del Rei: UFSJ, 2003.

LIAO, N. M. **A construção de memórias nas veredas do cárcere: o eterno sertão de Graciliano Ramos**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LIAO, N. M.; FARIAS, F. R. O que nos revelam as paisagens nas sendas da descida aos infernos: Escrita, memória e cárcere. In: Maria Célia da Silva Gonçalves; Bruna Guzman de Jesus. (Org.). **Educação Contemporânea**, Cultura e História. 1ed. Belo Horizonte: Poisson, 2020, v. 5, p. 86-94.

LIAO, N. M.; FARIAS, F. R. Ecos e vestígios da experiência traumática de Graciliano Ramos no cárcere. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 62, p. 175-195, 2022.

MIRANDA, V. M. **Corpos escritos**. Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Edusp, 1992.

OLIVEIRA, A. M. A. dos S. Memória, testemunho e escrita melancólica em Memórias do cárcere de Infância, de Graciliano Ramos. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PEREIRA, M F. **Memórias do cárcere: acordos e desacordos entre o intelectual e o político**. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós Graduação em Ciências da Literatura, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, C. **Cadeia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, c1992. 213 p., il. Inclui bibliografia.

RAMOS, R. **Graciliano**: retrato fragmentado. São Paulo: Globo, 2011. 2ª ed.

SIMINI, F. V. **A Trajetória de Graciliano Ramos e a multiplicidade de sentidos de memórias do cárcere**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro., 2012.

SIRINO, S. P. M. **A materialização do real nas obras literárias e fílmicas São Bernardo, Vidas Secas e Memórias do cárcere**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2014.

ANEXO III: BIBLIOGRAFIA DE AUTORIA DE GRACILIANO RAMOS

Com base em um anexo que consta em nossa versão de Memórias do cárcere (2011), elencamos a bibliografia de autoria de Graciliano Ramos, alguns mencionados na tessitura desse trabalho.

Caetés

Rio de Janeiro: Schmidt, 1933. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947. 6. ed. São Paulo: Martins, 1961. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1973. [31. ed., 2006]

S. Bernardo

Rio de Janeiro: Ariel, 1934. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. 7. ed. São Paulo: Martins, 1964. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [91. ed., 2011]

Angústia

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936. 8. ed. São Paulo: Martins, 1961. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [65. ed., 2011]

Vidas secas

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. 6. ed. São Paulo: Martins, 1960. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [115. ed., 2011]

A terra dos meninos pelados

Ilustrações de Nelson Boeira Faedrich. Porto Alegre: Globo, 1939. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, INL, 1975. 4. ed. Ilustrações de Floriano Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 1981. 24. ed. Ilustrações Roger Mello. Rio de Janeiro: Record, 2000. [41. ed., 2011]

Histórias de Alexandre

Ilustrações de Santa Rosa. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

Ilustrações de André Neves. Rio de Janeiro: Record, 2007. [7ª ed., 2011]

Dois dedos

Ilustrações em madeira de Axel de Leskoschek. R. A., 1945. Conteúdo: Dois dedos, O relógio do hospital, Paulo, A prisão de J. Carmo Gomes, Silveira Pereira, Um pobre-diabo, Ciúmes, Minsk, Insônia, Um ladrão.

Infância (memórias)

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945. 5. ed. São Paulo: Martins, 1961. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [45. ed., 2010]

Histórias incompletas

Rio de Janeiro: Globo, 1946. Conteúdo: Um ladrão, Luciana, Minsk, Cadeia, Festa, Baleia, Um incêndio, Chico Brabo, Um intervalo, Venta-romba.

Insônia

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947. 5. ed. São Paulo: Martins, 1961. Ed. Crítica. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1973. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [30. ed., 2010]

Memórias do cárcere

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953. 4 v. Conteúdo: v. 1 Viagens; v. 2 Pavilhão dos primários; v. 3 Colônia correcional; v. 4 Casa de correção. 4. ed. São Paulo: Martins, 1960. 2 v. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. 2 v. Conteúdo: v. 1, pt. 1 Viagens; v. 1, pt. 2 Pavilhão dos primários; v. 2, pt. 3 Colônia correcional; v. 2, pt. 4 Casa de correção. Rio de Janeiro: Record, 2011, 1 v., 46. ed.

Viagem

Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954. 3. ed. São Paulo: Martins, 1961. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [21. ed., 2007]

Contos e novelas (organizador)

Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957. 3 v. Conteúdo: v. 1 Norte e Nordeste; v. 2 Leste; v. 3 Sul e Centro-Oeste.

Linhas tortas

São Paulo: Martins, 1962. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1975. 280 p. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [21. ed., 2005]

Viventes das Alagoas

Quadros e costumes do Nordeste. São Paulo: Martins, 1962. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [19. ed., 2007]

Alexandre e outros heróis

São Paulo: Martins, 1962. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978. [55. ed., 2011]

Cartas

Desenhos de Portinari... [et al.]; caricaturas de Augusto Rodrigues, Mendez, Alvarus. Rio de Janeiro: Record, 1980. [9. ed., 1994]

Cartas de amor a Heloísa

Edição comemorativa do centenário de Graciliano Ramos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. [3. ed., 1996]

O estribo de prata

Ilustrado por Floriano Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 1984. (Coleção Abre-te Sésamo). [5. ed., 2004]

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. **Armas de papel**. Graciliano Ramos, as Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro. São Paulo: 34, 2016.

AMARAL, P. G. **Um olhar discursivo na obra Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte/MG, 2021.

ASSIS, M de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1984.

BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BASTOS, H. **Memórias do cárcere: literatura e testemunho**. Brasília: EdUNB, 1998.

BARTHES, R. **A Morte do Autor**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, A. A escrita do testemunho em memórias do cárcere. **Revista de Estudos Avançados**, 23, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, abr. 1995.

CANDIDO, A. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. São Paulo: 34, 2006.

CRISTÓVÃO, F. A. **Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1975.

COHN, D. **Transparent Minds**. Modes for presenting Consciousness in Fiction. Princeton: Princeton University Press, 1978.

DAVI, T. N. **A democracia no Brasil é um intervalo comercial**: autoritarismo, estética e representações em Memórias do Cárcere (1953-1984). Dissertação (Mestrado) Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

DILTHEY, W. G. **Origines et développement de l'herméneutique**. Paris: Aubier Editions Montaigne, 1947.

Eco, U. **Sobre os Espelhos e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, v. III.

GADAMER, H. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GONDAR, J. Cinco Proposições sobre Memória Social. **Morpheus**, n. 9, v. 15, p. 19-40, 2016

GONDAR, J. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, J; BARRENECHEA, M. (orgs.). **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDEGGER, M. **L'être et le temps**. Paris: Gallimard, 1964.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo, Campinas: EdUnicamp, 2006.

LEITE, L. C. M. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.

LEVINE, R. M. **Pai dos pobres?** o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIAO, N. M. **A construção de memórias nas veredas do cárcere**: o eterno sertão de Graciliano Ramos. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LIAO, N. M.; FARIAS, F. R. Ecos e vestígios da experiência traumática de Graciliano Ramos no cárcere. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 62, p. 175-195, 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Prontuário n. 11.743**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), 1960?.

MIRANDA, V. M. **Corpos escritos**. Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Edusp, 1992.

MORAES, D. **O velho Graça**: Uma biografia de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

NEUMANN, B. The Literary Representation of Memory. In: ERLI, Astrid,; NUNING; Ansgar (eds). **A Companion to cultural memory studies**. Berlin/New York: de Gruyter, 2010.

PALMER. R. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1969.

PERES, F. da R. (Org.). **Cartas inéditas de Graciliano Ramos** a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro. Salvador: Edufba, 2008.

PEREIRA, M F. **Memórias do cárcere: acordos e desacordos entre o intelectual e o político**. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós Graduação em Ciências da Literatura, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PROUST, M. **Remembrance of Things Past**. New York: Random House, 1934, v. 2.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, G. **Conversas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

RAMOS, G. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RAMOS, G. **Cartas**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RAMOS, G. **Linhas tortas**. São Paulo: Record, 1989.

RAMOS, R. **Graciliano**: retrato fragmentado. São Paulo: Globo, 2011.

REIS, J. C. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.

REVEL, J. **Proposições**. Ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

RICOEUR, P. O Discurso e o Excesso de Significação. In: **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- RICOEUR, P. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto, Portugal: Rés, 1989.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1995, tomo II.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997, tomo III.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007.
- RICOEUR, P. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RICOEUR, P. **Historia y narratividad**. Barcelona, Paidós, 1999.
- ROSA, G. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ROUSSEAU, J-J. **Confissões**. Bauru: EDIPRO, 2008.
- SALLA, T. M. **Graciliano Ramos e a Cultura Política. Mediação editorial e construção de sentido**. São Paulo: Edusp, 2016.
- SENNA, H. Revisão do modernismo. In: BRAYNER, S. (Org.). **Graciliano Ramos**, seleção de textos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SEMPRÚN, J. **A escrita ou a vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHLEIERMACHER, F. D. E. **Hermenêutica – arte e técnica da interpretação**. 8ª. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes; São Paulo: Universitária São Francisco, 2010.

SIMINI, F. V. **A Trajetória de Graciliano Ramos e a multiplicidade de sentidos de memórias do cárcere**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro., 2012.

SODRÉ, N. W. In: RAMOS, G. **Prefácio**. Memórias do cárcere. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SOUZA, R. de M. A ficção dramática de Graciliano Ramos. In: _____. **Ensaio de poética e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2010.

SPITZER, L. **Zum stil Marcel Proust**. In Stilstudien, Zweiter Teil: Stilsprachen, Munich: Max Hueber, 1992.

STANZEL, F. K. **Narrative Situations in the novel**. Bloomington-London: Indiana University Press, 1971.